

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A DINÂMICA DO SISTEMA AGROEXTRATIVISTA DO QUILOMBO PAU D'ARCO
E PARATECA – MALHADA/BA:
APONTAMENTOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE.**

VALÉRIA PÔRTO DOS SANTOS

BRASÍLIA – DF

2019

VALÉRIA PÔRTO DOS SANTOS

**A DINÂMICA DO SISTEMA AGROEXTRATIVISTA DO QUILOMBO PAU D'ARCO
E PARATECA – MALHADA/BA:
APONTAMENTOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE.**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Orientadora: DRA. STEPHANIE NASUTI

BRASÍLIA – DF

2019

Pôrto dos Santos, Valéria

A dinâmica do sistema agroextrativista do quilombo Pau D'arco e Parateca – Malhada/BA: apontamentos para a gestão territorial e a sustentabilidade. / Valéria Pôrto dos Santos. Brasília - DF, 2019. 128 f.

Dissertação de Mestrado - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT)

Orientador(a): Stéphanie Nasuti

1. Gestão territorial 2. Sistemas agroextrativistas 3. Quilombos 4. sustentabilidade. I. Pôrto dos Santos, Valéria. II. Título.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MESTRADO PROFISSIONAL EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRAS TRADICIONAIS

VALÉRIA PÔRTO DOS SANTOS

**A DINÂMICA DO SISTEMA AGROEXTRATIVISTA DO QUILOMBO PAU D'ARCO
E PARATECA – MALHADA/BA:
APONTAMENTOS PARA A GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE.**

Dissertação submetida a exame como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Dissertação aprovada em 13 de agosto de 2019.

Brasília - DF,

Dra. Stéphanie Nasuti – MESPT – CDS/UnB

Orientadora

Dra. Ludivine Eloy Costa Pereira – MESPT – CDS/UnB

Examinadora interna

Dr. Davi Silva da Costa – Instituto Federal Baiano

Examinador externo

*À ancestralidade emergida de forma tão
profunda em meio a esse processo.
E a minha mãe,
Alminda Rodrigues Pôrto, inspiração da minha vida.*

Agradecimentos

Diz um provérbio africano, que o sol anda devagar, mas atravessa o mundo inteiro. Nesses dois anos de labutas pude entender a importância de manter a calma em alguns momentos e acreditar que tudo tem seu tempo. Percebi a importância de desacelerar quando a mente já não consegue ter a mesma serenidade necessária para as lutas diárias. E pensando no termo **Ubuntu**, que significa “**humanidade**” e geralmente é traduzido como “Humanidade para os outros” ou “Sou o que sou pelo que nós somos”, quero agradecer de forma muito especial a todas as pessoas que sempre acreditaram em mim. Entendo que ser grata é um gesto singelo de expressar a importância de cada um/a de vocês. Gratidão:

À Deus, o que é justo e solidário, fonte de inspiração superior.

À minha mãe (Alminda), meu pai (Juracy) e meus irmãos e irmãs (Valmaria, Joílson, Joeme, Marcos, Juliel e Ceany) que sempre me apoiam, mesmo sem compreender direito as minhas buscas pessoais e coletivas. Aos meus sobrinhos/a, a quem tenho tido um amor imensurável (Luis Henrique, Ângelo Gabriel e Heloá).

As minhas laiás (Quena e Zuita) minhas eternas raízes e fonte de sabedoria. Ao povo do meu quilombo, meu pilar de formação para a vida. Aos quilombos do Brasil, base ancestral de resistência de um país. Aos movimentos que tenho participado em minha trajetória: CETA, CRQ e a CONAQ, nas pessoas de: Marinaide (*in memoriam*), Sidneide, Simplício, Givânia e Selma. A Marieta e seus filhos/a (Emanuelle e Christian), por serem família e me acolher. Aos amigos, Carlídia Pereira, Amilton Santos, Michele Matos e Shirley Pimentel, por serem suporte nessa jornada de militância e acadêmica.

Aos professores/a do IFBaiano, Davi, Heron e Ivna, por me incentivar a crescer. Ao professor Tiago da UFRB, Napoliana da UFOB, a Florisvaldo, Joseilton, pelo curso de formação de lideranças quilombolas no TVC e por me incentivar a seguir. Ao MESPT e a UnB, na pessoa da professora Mônica Nogueira e Ana Tereza Reis, pela busca incansável na construção de uma academia mais humanizada.

À minha orientadora, Stéphanie, de forma muito especial, por ter me acolhido enquanto orientanda, sido amiga e parceira em todos os momentos.

A minha turma, nas pessoas de Aparecida, Elionice e Elizamar, por toda a acolhida. Ao BemDiverso, na pessoa da professora Ludivine Eloy, por todo o apoio. Por fim, a todas as pessoas que são importantes em meu caminhar.

RESUMO

A resistência estabelecida pelos quilombos do Brasil desde a retirada do povo negro de África, é algo calçado de elementos que refletem na construção coletiva dos espaços territoriais até o presente momento. Construir um trabalho que consiga expressar de forma simples e autêntica as vivências e manutenções dos saberes de um povo não é fácil. Mas a ideia do referido trabalho é evidenciar o sistema agroextrativista do Quilombo Pau D'arco e Parateca, pensado como propulsor de uma base altamente sustentável. Entende-se, que existe necessidade e é importante o registro e análise desses sistemas de base comunitária para uma maior valorização do quilombo, e, sobretudo na reivindicação de Políticas Públicas. O contexto presente neste gestar territorial evidencia as ferramentas de manutenção ancestral, garante possibilidades para melhoria e garantia alimentar das diversas famílias. Aos poucos, no decorrer da escrita surgem questões pontuadas estrategicamente, mas que ainda permanecem invisíveis aos olhos do próprio povo. Pois, a indução historicamente imposta de um modelo comercial de se viver, de consumir, de realizar compras em supermercado foi sendo disseminada no referido quilombo. Entretanto, as relações existenciais de base comunitária calçada num histórico de luta pela sobrevivência, estarão sempre presentes no reinventar dos sistemas de produção que gera liberdade, autonomia e dignidade ao povo.

Palavras-chave: Gestão territorial, sistemas agroextrativistas, quilombos, sustentabilidade

ABSTRACT

The resistance established by the quilombos since the African diaspora is something based on elements that reflects the collective construction of the territorial spaces until the present time. To elaborate a work that is able to simply and authentically express the experience and maintenance of a cultural group knowledge is not easy. Yet, the idea of this work is to give evidence to the agroextrativist system of the Quilombo Pau D'arco and Parateca, thinking about the increase of a highly sustainable basis. It is understood that the need exists and that the record and analysis of these community basis systems is important for the quilombo appreciation and, overall, the claim for Public Policy. The presented context in the territorial management shows the ancestral maintenance tools, making possible the food provision for the families. Slowly, along the writing some questions emerge strategically, but these questions still remain invisible to the eyes of the people. Due to the historically induced commercial model of living, consuming, shopping at supermarkets have been widespread in said quilombo. However, the community basis of existential relations based on a historical context of these groups' struggle for a living will always be alive in the reinvention of the systems of production that generates freedom, autonomy and dignity for the people.

Keywords: Territorial management, agroextrativist systems, quilombos, sustainability

Lista de figuras

Figura 1: Localização e limites do quilombo Pau d'Arco e Parateca. _____	34
Figura 2: Dona Jandira na sua roça, vazante. _____	43
Figura 3: Antiga casa de farinha da família de seu Alípio, Silene (a direita), filha do agricultor. _____	44
Figura 4: Roça de Dona Raimunda, na vazante. _____	46
Figura 5: Eu e Dona Anita em frente à casa dela. _____	47
Figura 6: Roça de milho de beira de rio. _____	48
Figura 7: Conversa com as matriarcas (Outubro de 2018). _____	49
Figura 8: Paisagem de Pau D'arco, ao lado direito a lagoa cheia num período chuvoso. _____	50
Figura 9: Croqui de localização dos diferentes tipos de área do quilombo Pau d'Arco e Parateca _____	67
Figura 10: Conversa com Dona Anita e seu Zé. _____	69
Figura 11: Área de beira da pista da Ba 160, onde existia muito maracujá. _____	72
Figura 12: Percurso comentado com seu Valdemar _____	73
Figura 13: Segurando a folha/rama do maracujá. _____	74
Figura 14: visita áreas de umbu e maracujá do mato no período chuvoso _____	74
Figura 15: vegetação de área de maracujá do mato após as chuvas. _____	75
Figura 17: Estratégia de armazenamento de água para os animais. _____	79
Figura 18: Quintal de Dona Jandira. _____	79
Figura 19: Dona Jandira cuidando das galinhas. _____	81
Figura 20: Nova visita ao quintal de Dona Jandira. _____	82
Figura 20: Conversa com Dona Jandira e Dona Raimunda na vazante. _____	83
Figura 22: roçado de Raimunda na Beira do Rio. _____	84
Figura 23: lavoura de Dona Raimunda na vazante _____	85
Figura 24: Preparo de manivas para plantio na vazante. _____	86
Figura 25 - Conversa com Dona Raimunda (Rubens Pôrto, março de 2019). _____	87
Figura 26: Vegetação da manga. _____	89
Figura 27: umbuzeiro dentro de roçados. _____	90
Figura 28: Pluviômetro da roça de seu Zé da Vila. _____	97
Figura 29: Colheita de milho na roça de seu Zé. _____	99
Figura 30: Plantio de abobora na vazante. _____	100
Figura 31: Dona Jandira encontrando dificuldades pra chegar na vazante. _____	102
Figura 32: Se Alípio mostrado a diversidade de seu quintal. _____	108
Figura 33: plantio de mandioca de seu Alípio no quintal. _____	109
Figura 34: Percurso comentado e colheita. _____	111
Figura 35: Dona Raimunda falando como lida com o solo. _____	120

Lista de tabelas

<i>Tabela 1: Estratégia metodológica da segunda ideia</i>	39
<i>Tabela 2: Primeira etapa da pesquisa (outubro de 2018)</i>	41
<i>Tabela 3: Segunda etapa da pesquisa (março de 2019)</i>	42
<i>Tabela 4: Categorias de áreas/espacos</i>	68
<i>Tabela 5: Cultivos mais comuns na área de caatinga</i>	77
<i>Tabela 6: Síntese da articulação quintal/sequeiro para a produção de Dona Jandira</i>	80
<i>Tabela 7: Tabela síntese área/solo/cultivos</i>	88
<i>Tabela 8: Pluviosidade na comunidade (out. 2018 a mar. 2019)</i>	98
<i>Tabela 9: Principais culturas, e incidência de pragas</i>	103
<i>Tabela 10: Tipos de controle alternativos utilizados nos cultivos.</i>	103
<i>Tabela 11: Plantas utilizadas como repelentes, ou na forma de extratos para o controle alternativo de pragas dos cultivos, levantamento realizado em julho de 2012 e janeiro de 2013.</i>	104

Lista de abreviaturas e siglas

Área de Preservação Permanente – APP

Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ

Central Regional Quilombola – CRQ

Colegiado Territorial de Desenvolvimento Sustentável – CODETER

Comissão Pastoral da Terra – CPT

Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - CNATER

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –EMBRAPA

Instituto Anísio Teixeira – IAT

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento – IRD

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.

Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais - MESPT

Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e quilombolas do Estado da Bahia – CETA

Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDET

Núcleo de Pesquisa e Extensão - NUPEX

Instituto da Mulher Negra - ODARA

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Relatório Técnico de Identificação e Demarcação – RTID

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Supremo Tribunal Federal – STF

Território Velho Chico -TVC

Universidade de Brasília – UnB

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

SUMÁRIO

SUMÁRIO	13
MEMORIAL	15
INTRODUÇÃO	25
PRÓLOGO	25
APRESENTAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA	29
A PROBLEMÁTICA E SUA EVOLUÇÃO	32
CAMINHOS METODOLÓGICOS	37
ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	38
PERFIL DOS COMPONENTES DO GRUPO ESTRATÉGICO	43
CAPÍTULO 1 - ONTEM	50
<u>HISTORICIDADE DO QUILOMBO PAU D'ARCO E PARATECA A PARTIR DOS SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS, E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO</u>	50
1.1 A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E A LUTA PELAS LAGOAS	50
A LUTA PELAS LAGOAS	53
1.2 A SOBREVIVÊNCIA DAS FAMÍLIAS: HISTORICIDADE DOS SISTEMAS AGRÍCOLAS NO TERRITÓRIO	55
O EXTRATIVISMO, LUGAR DO COLETIVO	60
1.3 A ORGANIZAÇÃO E A GESTÃO ATUAL DO TERRITÓRIO	60
CAPITULO 2 - HOJE	66
<u>CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS ENCONTRADOS NO QUILOMBO.</u>	66
2.1 O EXTRATIVISMO	68
O LUGAR UMBU E DO MARACUJÁ DO MATO NOS RELATOS DOS ANTIGOS	68
ESTÃO DESAPARECENDO O UMBU E O MARACUJÁ DO MATO?	71
2.2 OS SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS DO QUILOMBO PAU D'ARCO E PARATECA	76

PRODUÇÃO DE SEQUEIRO	77
QUINTAIS PRODUTIVOS	78
PRODUÇÃO DE BEIRA-RIO E DE VAZANTE	82
SÍNTESE DO TIPO DE ÁREAS ENCONTRADAS NO QUILOMBO	87
OS ANIMAIS DENTRO DO SISTEMA PRODUTIVO	88
2.3 O QUE É UM SISTEMA AGROEXTRATIVISTA EM PAU D'ARCO E PARATECA?	91
NA PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE	94
<u>CAPITULO 3 - AMANHÃ</u>	96
<u>GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE DE UM QUILOMBO: MUDANÇAS, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, RESSIGNIFICAÇÕES.</u>	96
3.1 MUDANÇA DO TEMPO E DAS ÁGUAS	97
PLUVIOSIDADE	97
VAZÃO DO RIO	100
3.2 CONTROLE ALTERNATIVO DE PRAGAS	102
3.3 SEU ALÍPIO: AGRICULTOR EXPERIMENTADOR	106
3.4 APONTAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE	111
O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?	111
A SUSTENTABILIDADE NA PERSPECTIVA DOS QUILOMBOS	114
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO RESSIGNIFICAR AO GESTAR SUSTENTÁVEL</u>	123
<u>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	126

MEMORIAL

"Enquanto os leões não contarem suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre os caçadores" (Provérbio africano)

Início este memorial com um provérbio africano que nos remete à reflexão sobre a negação de versões diferentes de uma história e sobre o perigo de uma história única como já nos alertou a escritora Chimamanda Adichie. Escolhi este provérbio por acreditar que a mensagem que ele nos passa diz muito sobre a trajetória de mulheres negras e em específico sobre as mulheres negras quilombolas, como é o meu caso. A chamada história oficial sempre nos limitou a estereótipos como “descendentes de escravos”, “boas para o sexo”, “amas de leite”, “mucamas”. Porém, pouco se escreve a partir da nossa visão da história, do nosso olhar e das nossas “escrevivências” para utilizar um termo da escritora Conceição Evaristo. Assim, esse memorial é uma oportunidade de compartilhar as minhas memórias sobre minha trajetória enquanto mulher negra e quilombola. Como qualquer relato, certamente terão lacunas sobre alguns fatos, darei mais ênfase a outros, mas espero poder transmitir ao leitor e leitora um pouco do que vem dando sentido à minha trajetória pessoal, acadêmica e de militância.

Eu sou Valéria Pôrto dos Santos, Quilombola, sócia na Associação Agro-Extrativista das comunidades quilombolas de Pau D’arco e Parateca, Malhada-BA. Sou filha de Alminda Rodrigues Pôrto e Juracy Mendes dos Santos, tenho quatro irmãos e duas irmãs: Valmária Pôrto, Joilson Pôrto, Joeme Pôrto, Marcos Pôrto, Juliel Pôrto e Ceany Santos. Sobrinhos: Luís Henrique, Ângelo Gabriel e Heloá. Venho de uma família que é predominantemente do rural e sempre procurei estabelecer uma relação familiar independente, no sentido de que, mesmo sendo mulher e do rural, pudesse sair de casa e buscar meus sonhos. Meu pai era e ainda é muito machista, mas nunca deixei esse machismo atrapalhar minha caminhada em busca de meus sonhos pessoais e coletivos.

Em meu núcleo familiar temos poucas pessoas que tem o nível superior. Entre irmãos e irmãs, uma das irmãs conseguiu cursar o Ensino Superior e os demais não

concluíram o Ensino Médio. Além disso, eu fui a primeira pessoa da família (de forma ampla) a pleitear uma vaga de mestrado na Universidade.

Antes que eu adentre às questões relacionadas ao movimento quilombola e à minha atuação enquanto militante, quero aqui fazer uma explanação da vida familiar e meu empoderamento a partir do meu sobrenome: PÔRTO, pois aprendi com Lélia Gonzales e Vilma Reis que preta e preto têm que ter nome e sobrenome, senão o racismo coloca o nome que ele quiser. Sendo assim, já gostava muito do meu “Pôrto”, que vem do pai de minha mãe, Sebastião Rodrigues Pôrto. Mas ao entender a importância que tem o sobrenome nesse momento de afirmação do povo negro quilombola, passei a gostar e usar diariamente em atividades no qual eu participo. É interessante essa questão, pois já passei por situações em que algumas pessoas se surpreenderam ou ficaram espantadas ao me conhecerem, tendo em vista que ao ouvirem o nome “Valéria Pôrto”, que tem uma sonoridade forte, criaram uma imagem de uma mulher que não sou eu. Assim, ao me conhecerem pessoalmente conseguem demonstrar pelo semblante que realmente pensava que eu fosse uma outra pessoa. Talvez imaginassem uma mulher mais alta, mais forte, não sei. O fato é que sempre causa uma certa surpresa nas pessoas que ouvem falar de mim, falar meu nome e sobrenome e somente depois me conhecem.

O “Valéria Pôrto”, para além de um sobrenome, me ajuda a afirmar a mulher que eu sou, o lugar de onde eu venho e revela também minha identidade em sua totalidade enquanto pessoa, além do sentimento de pertença comunitário e familiar. Gostaria de esmiuçar toda a minha história de vida aqui nesse trabalho, mas não será possível. Sendo assim, deixo registrado que minha trajetividade vem sendo construída a partir de muito sofrimento e alegrias. Nasci na beira da lagoa da comunidade Pau D’arco e costumo brincar ao dizer que nasci entre duas lagoas: a lagoa do fundo, no qual têm uma extensão de aproximadamente três quilômetros e a lagoinha da frente de casa que enchia no período chuvoso e ali ficava um monte de sapos, entre outros bichinhos que faziam um som lindo e incomparável.

Costumo dizer que sou grata por tudo que passei pra chegar até aqui, porque mesmo tendo nascido mulher negra, quilombola, pobre e do meio rural, em um país em que estas identidades são subalternizadas, eu tenho conseguido mostrar a beleza de cada elemento que compõem a minha história de vida. Nesse processo todo, tiveram alguns acontecimentos que foram muito impactantes negativamente em

minha vida, citarei alguns: as inúmeras brigas que eu tinha com meu pai para defender a minha mãe; a primeira vez que eu saí de casa aos 14 anos de idade e fui morar em São Paulo com um tio e sua família, no intuito de cursar o ensino médio; o dia em que uma colega de classe me chamou de nojenta por eu ser negra; o dia em que meu pai me expulsou de casa porque eu estava militando no Partido dos Trabalhadores - PT; o dia em que vi meu nome escrito em um contra-cheque no cargo de auxiliar de serviços gerais (sem diminuir o trabalho desses profissionais guerreiros) em vez de ser Engenheira Agrônoma (fizeram isso pra me humilhar), uma vez que na época eu já era agrônoma e a ideia era que eu trabalhasse na minha área de formação, mas os homens do poder entenderam naquele momento que eles deviam cortar as asas de uma quilombola que acabara de se formar e assim o fizeram; e, por fim, o dia em que fui a uma colação de grau de Ensino Médio vestida e com discurso pronto para ser a patrona, porque eu havia sido convidada pela referida turma, mas não fui convidada para compor a mesa porque fizeram uma articulação de última hora e colocaram um homem branco em meu lugar e eu fiquei na entrada do cerimonial em pé com os olhos cheio de lágrimas e segurando para elas não caírem.

Como eu tinha escrito antes, existe muita coisa pra ser dita nesse memorial, mas essa versão eu vou deixar apenas com esse pequeno relato e mais algumas questões gerais da militância, estudo e o entrelaçar de minha trajetividade até aqui. Hoje eu me encontro exatamente com 31 anos de idade e digo com toda firmeza do mundo: a história é longa e sofrida, mas a resistência sempre existirá! Dessa forma, segue um relato mais geral.

Estive militante do Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas do Estado da Bahia (CETA), sou da Central Regional Quilombola (CRQ), colaboradora do Conselho Estadual Quilombola (CEAQ), colaboradora da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Rurais Quilombolas (CONAQ), articuladora da REDE de Mulheres negras da região nordeste. Essa militância se deu de forma muito natural, a partir da necessidade de uma formação na qual eu pudesse compreender o meu contexto de vida e buscar junto ao meu povo melhorias em todos os aspectos. Dessa forma, a minha militância teve início dentro da própria comunidade, quando me associei e comecei a participar de todas as reuniões, da vida comunitária e pensar na resolução dos problemas que afetavam ou afetam a comunidade. Ao entender essa trajetória é preciso identificar que uma coisa

vai puxando a outra. À medida que se intensificava a militância, surgia a necessidade de adentrar em outras discussões e principalmente aquela que se tratava da minha questão enquanto mulher negra.

Devido à forte militância, surgiu a oportunidade de participar de um processo seletivo para cursar Engenharia Agrônoma (Projeto pleiteado pelo movimento CETA). Naquele momento não era bem o que eu queria, mas fui movida pela necessidade de aperfeiçoar os conhecimentos e galgar a oportunidade da tão sonhada universidade. Sendo assim, consegui aprovação e estou Bacharel em Engenharia Agrônoma Sustentável pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, departamento de Ciências Humanas DCH, Campus IX, na cidade de Barreiras, numa perspectiva da Educação do Campo com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária, autorizado pela resolução nº 500 CONSU, publicado no D.O.E de 11.12.2007. Fiz uma Pós-graduação em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Universidade Federal do Estado da Bahia, Campus I Salvador e estou também Especialista em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária no Instituto Federal Baiano, Campus Bom Jesus da Lapa.

O início da minha vida acadêmica foi em 2008 quando fui classificada no processo seletivo mencionado acima para a primeira turma do curso de Engenharia Agrônoma pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Nesse período, várias atividades relacionadas a capacitações foram desenvolvidas em parceria com a UNEB e com as organizações não governamentais, envolvendo também os trabalhos de tempo comunidade. Desenvolvi atividades de extensão rural nas comunidades no interior dos assentamentos da reforma agrária no período acadêmico de 2008 a 2013. Os trabalhos realizados nas comunidades quilombolas em parceria com outros colegas fizeram com que o leque de possibilidades para o desenvolvimento sustentável fosse aberto, trazendo para o contexto comunitário o conhecimento acadêmico, somando ao empírico, no intuito de garantir o fortalecimento de ações direcionadas à inclusão produtiva das comunidades.

E assim, no decorrer da trajetória o interesse pela agroecologia e economia solidária foi se intensificando, levando ao desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso com o tema “Caracterização de Práticas Agroecológicas no Quilombo Pau D’arco e Parateca”.

Continuar estudando é uma necessidade, um desafio, bem como, uma pretensão de aprender e desenvolver o conhecimento de forma coletiva, onde todos aqueles e aquelas que contribuíram para a formação enquanto ser humano e militante social, desfrutem, tenham uma nova visão de coletivo e a dádiva do que é viver em comunidade. A graduação em Engenharia Agrônômica terminou em outubro de 2013, a partir desse momento intensificou as discussões, assim como também, surgiram demandas de proposições de projetos produtivos.

Na tentativa de continuar o processo de formação, em 2015, ocorreu o início da pós-graduação *lato sensu* em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária. Logo em seguida, optei por fazer outra pós-graduação, também correlata à formação do bacharelado, mas desta vez em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores. Anteriormente, houve o engajamento no projeto de extensão em desenvolvimento territorial através do Núcleo de extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM. Essa atuação se deu por meio da função de assessora da inclusão produtiva do Território Velho Chico, esse projeto que teve vigência nos anos de 2015 e 2016 foi coordenado por dois professores do IF Baiano, Campus Lapa, e tinha como objetivo assessorar o colegiado territorial, acompanhar grupos produtivos de mulheres e estimular processos de controle social e autonomia.

No mesmo período, também consegui ser cadastrada para colaborar nas atividades de pesquisa e extensão do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes, junto às comunidades quilombolas e grupos de mulheres do Território de Cidadania Velho Chico (TVC), trabalhando especificamente com temáticas relacionadas à agroecologia, liderança de mulheres, associativismo, agricultura familiar, gênero, desenvolvimento sustentável, saberes tradicionais e tecnologias para convivência com o semiárido, sob a coordenação dos professores Davi Silva da Costa e Heron Ferreira Souza.

Enfatizando a questão de gênero, antes de ir trabalhar no NEDET, consegui com mais algumas companheiras, e o apoio do ODARA, organizar o primeiro Encontro Territorial de Mulheres Quilombolas que aconteceu nos dias 22 e 23 de janeiro de 2015. Nesse mesmo ano, acontecia a organização e mobilização das mulheres negras

para a grande marcha nacional, na qual juntamos com mais duas mulheres quilombolas e conseguimos quatro ônibus para levar as mulheres do TVC. A participação na marcha teve uma grande visibilidade, a ponto de darem entrevista e participarem do programa “Mulheres Feministas em Ação” no programa Profissão Repórter. Após essa participação fui convidada para participar da pesquisa de doutorado da professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro, Rosália de Oliveira Lemos, cujo título foi: *Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha Nacional das Mulheres Negras 2015: Uma Análise das feministas Negras Brasileiras sobre Políticas Públicas*. O encontro com a professora foi em 05 de março de 2016, em Bom Jesus da Lapa. Nos dias 06 e 08 realizou a entrevista para a tese. No dia 07 ela foi conhecer a minha comunidade e na oportunidade proferiu uma palestra no seminário Empoderamento de Mulheres Negras. O evento foi muito representativo e o debate foi enriquecedor.

Na questão da juventude, participei como organizadora na primeira Conferência de Juventude Rural do Território Velho Chico. Bem como, mobilizei, articulei e ministrei oficinas nas conferências de mulheres ocorridas em vários municípios do Território Velho Chico - TVC, também participei da 2ª conferência Livre de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para mulheres com o tema “ATER, Agroecologia e Alimentos saudáveis – sem feminismo, não existe Agroecologia. Sem Agroecologia, não existem alimentos saudáveis – ATER para mulheres já!”, realizada nos dias 10 e 11 de março de 2016, no instituto Anísio Teixeira (IAT), em Salvador, Bahia.

Participei da Conferência Nacional de ATER para Juventude Rural, onde fui votada e eleita delegada para representar a juventude quilombola na 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (2ª CNATER), realizada entre os dias 31 de maio e 03 de junho de 2016, na cidade de Brasília - DF.

Já ministrei várias palestras relacionadas à agroecologia, mulheres quilombolas, estudante do campo, mulheres negras e bem viver, entre estas a palestras ministradas na Escola Municipal Paulo Souto, em Malhada (sede) cujo tema foi: “Consciência Negra: Educação não tem cor”, promovido pela direção e coordenação pedagógica da Escola. Também atuei na condição de palestrante na mesa redonda intitulada “Populações Oprimidas e a Democracia, vinculado ao Núcleo

de Pesquisa e Extensão - NUPEX da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, departamento de Educação – Campus XII, realizada no dia 13 de julho de 2016”.

Ministrei a palestra intitulada direitos das populações negras e quilombolas na contemporaneidade, na VII semana da consciência Negra e IV seminário das Comunidades Quilombolas do território Velho Chico, Resistências Históricas e Culturais de População Afro Brasileira, realizados pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB/ DCHT, Campus XVII, no período de 16 a 20 de novembro de 2016.

Em 2017 a luta continua acompanhando várias atividades nacionais, estaduais e regionais, inclusive as diversas agendas no Supremo Tribunal Federal- STF. Agenda esta, direcionada a votação do decreto 4887/ 2003, referente à regularização das terras quilombolas. Nesse ano de 2017, consegui uma participação muito importante em um congresso que sempre sonhava participar: Congresso Brasileiro e Latino Americano de Agroecologia. Além de atuar enquanto moderadora, também proferir uma palestra, e muito honrada fiquei por tal feito. Acredito eu que encerrei o ano de 2017 com chave de ouro, porque além de ministrar palestra em nosso novembro negro, também consegui concretizar a solicitação de um grande seminário sobre a cadeia da bovinocultura leiteira, no mês de dezembro (sobre metodologia pra produzir mais pasto em pequena área), que é uma das especificidades do quilombo Pau D’arco e Parateca.

Lembrando que, também participei das discussões da Câmara Técnica de Agroecologia e Educação Ambiental, que faz parte do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, no estado da Bahia. Esta câmara tem como objetivo reunir a academia, institutos federais de ensino, secretarias de Estado, movimentos sociais e redes de Agroecologia e Educação no Campo, para juntos construir uma agenda comum, que resultará num horizonte estratégico que é a transição agroecológica, produção de alimentos saudáveis, organização, certificação e comercialização nas feiras locais e ofertas nos editais do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e de Aquisição de Alimentos - PAA.

Em 2018 a luta continuou de várias formas, inclusive com a minha participação na última votação do decreto 4887/03, no dia oito de fevereiro, no STF. Depois de mais de 15 anos de luta do povo quilombola pelo reconhecimento da

constitucionalidade do decreto, finalmente o Supremo reconheceu e legitimou a constitucionalidade do mesmo.

No referido ano tive a oportunidade de participar de vários congressos (nacionais e internacionais), apresentar trabalhos, participar de discussões extremamente ricas, além de cumprir agenda da militância, como uma participação em um evento em Lima –Perú, representando a CONAQ, o evento era sobre experiências exitosas de Gestão Territorial e sua eficácia na luta contra a mudança climática.

Nesse sentido, o que posso dizer é que os meus 13 anos de militância em movimentos sociais, só reforça a ideia de que é preciso adentrar os centros acadêmicos, avivar as discussões e pesquisas voltadas às comunidades tradicionais.

E nesse ano de 2019, também tem sido muito intenso, pois estou finalizando o mestrado em Desenvolvimento Sustentável, na área de concentração junto a povos e Terras Tradicionais, na UnB. Antes de conseguir passar no processo seletivo do referido programa, eu já havia tentando por três vezes entrar em um mestrado que tinham propostas relacionadas com aquilo que eu busco, inclusive tentei o MESPT em 2015, mas somente em 2017, na quarta turma, pude realizar esse grande sonho. Tenho em mente de forma muito bem definida que esse mestrado profissional potencializará ainda mais a minha concepção de coletivo, comunidade e a busca de direitos em prol de uma sociedade, mais justa e humanitária. Mencionei muito rapidamente em um trecho anterior, mas quero aqui deixar registrado que o MESPT é simplesmente revolucionário! A oportunidade que tive de conviver com pessoas de vários seguimentos existentes no Brasil e ainda profissionais das mais diversas áreas, me fizeram enriquecer de forma grandiosa enquanto pessoa e profissional. Sem contar que a composição do quadro de professores são todos direcionados para uma construção de novas epistemologias pautadas nos saberes e fazeres das comunidades tradicionais do Brasil.

Posso relatar que passei por momentos bons e ruins durante esse processo, mas o que ficou mesmo foram os momentos bons! O aprendizado, as amizades e irmandades construídas são pra vida toda. Mesmo na correria da dissertação e um processo de adoecimento que tive que enfrentar. Ainda pude participar de vários eventos neste ano de 2019, como o seminário de interculturalidade, realizado com a

contribuição do próprio MESPT, pude explicar um pouco de minha pesquisa em um evento realizado pela EMBRAPA, IPHAN E IRD, este teve como finalidade discutir as roças tradicionais no campo do patrimônio e posso afirmar que foi uma discussão muito rica.

E no intuito de já ir para os encaminhamentos finais, é dizer que tendo em vista que obtive formação na área ambiental, de políticas públicas e por ser ativista de movimentos sociais, me credenciam para ampliar os estudos em gestão territorial, ambiental, sistemas agroextrativistas, desenvolvimento sustentável, entre tantos outros temas que venho pautado em minha formação.

Mas também preciso enfatizar que devido à grande atuação e formação direcionadas às comunidades tradicionais, tenho demonstrado competência para ocupar os espaços na academia, não só para o meu crescimento intelectual, como também, para contribuir com o desenvolvimento local das comunidades na região do Velho Chico, especificamente, Pau D'arco e Parateca, possibilitando que minha experiência prática encontre a reflexão necessária na academia, uma vez que tais comunidades necessitam que “seus filhos e filhas” se empoderem e voltem para atuar na promoção da melhoria das condições sociais, políticas econômicas, mobilidade e ambientais.

É importante observar a trajetória de vida no sentido de que sou uma jovem de 31 anos, de família pobre de uma comunidade quilombola, que fica no interior da Bahia, aproximadamente, a 1000 km da capital Baiana. O ensino médio foi concluído em outra cidade e, mesmo sem condições financeiras, segui em frente focando em minha formação. O prazer em estudar era imenso e, para realizar meus objetivos, trabalhei como empregada doméstica, recebendo pequena fração do salário mínimo (R\$ 50,00 a R\$ 100,00), para me manter minimamente.

Ao retornar à comunidade, após terminar o ensino médio, me tornei ativista. Ingressei em seguida no primeiro curso de bacharelado em Engenharia Agrônoma Sustentável. Tenho como meta bem definida, permanecer apoiando as comunidades quilombolas e investindo em sua formação, e ainda, o compromisso de incentivar e apoiar outras (os) jovens em seus percursos acadêmicos, auxiliando-as (os) para ampliação dos horizontes profissionais.

Finalizo esse memorial com a certeza de que muito do que vivi e que faz de mim o que sou hoje, não foi aqui relatado. Porém, não há dúvidas de que cada nuance da minha trajetória, cada marca de dor e de alegria compõe a “Valéria Pôrto” que sou e que venho construindo a cada dia. Do mesmo modo, como diz outro provérbio africano, “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança”, sou também fruto da educação que a minha comunidade me deu, pois os meus valores, os meus saberes ancestrais, as minhas referências de luta vêm da minha comunidade quilombola que resiste secularmente a todo o sistema racista que nos é imposto.

INTRODUÇÃO

Prólogo

Historicamente os quilombos do Brasil resistem ao processo opressivo instalado desde África. É com ênfase na palavra “resistência” que inicio essas primeiras linhas introdutórias.

Uma das estratégias bastante utilizadas pelas pessoas escravizadas para garantir sua liberdade e sobrevivência, foi justamente a formação dos diversos quilombos espalhados por várias partes, na época escravocrata. Para Kabengele Munanga (2009) a palavra quilombo passou por um processo de adaptação para a língua portuguesa da palavra africana *kilombo* que refere-se a uma organização sócio-política militar que era presente na área geográfico-cultural Congo-Angola. O mesmo autor afirma que, em seu conteúdo, o *kilombo* afro-banto, foi de certa forma, reconstruído em território brasileiro como uma forma de oposição ao sistema escravista, porém com características específicas que foram se desenvolvendo no contato com outros povos e outras culturas (MUNANGA, 2009 *apud* Souza, 2015).

No Brasil, o conceito de Quilombo utilizado é bastante amplo, sobremaneira a partir da revisão historiográfica efetivada pela Antropologia. Segundo Barbosa *et al* (2010), acredita-se erroneamente que “Quilombos” se referem a negros ou escravos. De forma diferente, as comunidades remanescentes de quilombos devem ser compreendidas como grupos sociais cuja **identidade** étnica os distingue do restante da sociedade. Também é preciso pontuar toda a luta que o caracterizava enquanto quilombo, de forma que não vejam a partir do isolamento e da fuga, mas sim da resistência e a autonomia. Estes desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução dos seus modos de vida consolidando um território próprio.

O termo foi alvo de uma renovação conceitual, que sinaliza um movimento contemporâneo em busca de uma reconstrução historiográfica que dê conta de fazer aflorar a condição de sujeitos históricos efetivada pelos escravizados apesar das adversidades historicamente por eles e elas enfrentadas. Esse posicionamento contemporâneo leva em consideração que a forma de organização quilombola no território brasileiro se efetivou de maneira dinâmica (MUNANGA, 2009 *apud* SANTANA, 2011), tendo como traços recorrentes a gestão coletiva dos recursos,

associados no território com sistemas produtivos familiares (Gomes, 2015). Conceituar quilombo não é algo fácil, mas trazer essas ideias construídas a partir de alguns estudiosos nos faz pensar no processo organizativo atual. Dessa forma, também compreender alguns elementos que podem somar na construção de uma definição. Mesmo entendendo que alguns estudiosos quilombolas dizem que é praticamente impossível construir um conceito de quilombo que consiga abarcar sua infinidade de composições existenciais.

Os quilombos consistem em se uma categoria que representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução o que era conhecido como comunidades negras rurais e terra de preto, mas ao adentrar ao meio urbano, vem dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé. A organização dos mesmos em nível nacional em uma coordenação com delegados representantes na maioria dos estados da Federação, os quilombos reivindicam, principalmente, a regularização dos territórios tradicionalmente ocupados, tendo em vista que estes não remetem exclusivamente ao período da escravidão (ARRUTI, 2006).

Assim, o Quilombo histórico, geopolítico, espelha a luta de resistência à dominação, e mais que isso, é lugar/tempo de prática política de existência. Pode-se considerar que na contemporaneidade o Quilombo uma categoria política e se constitui dos processos de formação de comunidades de negras e negros em múltiplas dinâmicas de fugir da escravização e também aquelas constituídas pelos antepassados que permaneceram nas áreas do trabalho escravo, mas sim resistiram, e se apropriaram do processo de desenvolvimento nos seus próprios termos.

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 abriu-se a fenda para a multiculturalidade e consagrou-se o reconhecimento dos direitos culturais e da diversidade étnica. É neste contexto que a questão quilombola ganha peso no cenário nacional. O reconhecimento de direitos culturais e específicos, no que diz respeito ao título de propriedade coletiva para as comunidades quilombolas foi resultado da mobilização de grupos e comunidades organizados em associações comunitárias, movimentos estaduais e nacionais, no qual se tem hoje como importante referência a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais – CONAQ.

Nessa oportunidade, incorporaram-se três importantes dispositivos normativos que foram potencializados pelas reivindicações do movimento negro. Um deles foi o tombamento de todos os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, previsto no § 5º do artigo 216. Outro foi a imposição da obrigação constitucional de expedir o título de propriedade aos descendentes das comunidades de quilombos. Assim, o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece o reconhecimento pelo Estado brasileiro do domínio das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas. Isso mostra a reafirmação diante das diferenças estabelecidas enquanto povo dentro da nossa sociedade, ou seja, existe um processo de identificação de determinadas características específicas dos quilombos, em consonância com o Estado Democrático de direito.

Ante esta obrigação constitucional, a tarefa estatal de expedir o título de propriedade onde estejam os descendentes de comunidades de quilombos foi regulada pelo Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003. Assim, na oportunidade de um governo que de alguma forma atendia a reivindicações das classes menos favorecidas do Brasil, foi pautado pelo movimento quilombola a construção do Decreto 4887/03, que regulamenta a delimitação, identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos quilombolas, fazendo obedecer o artigo acima descrito.

A discussão acerca do tema é de fundamental importância por ressaltar a dificuldade deste grupo, historicamente excluído, de legitimar a posse da terra secularmente ocupada. Após a conquista do referido decreto houve investidas de representantes de alguns partidos alegando que o referido decreto era inconstitucional. Foram praticamente 15 anos de luta até o Supremo Tribunal Federal – STF, reconhecer a constitucionalidade do mesmo. Este ato foi concretizado em 08 de fevereiro de 2018 no DF, com a presença de lideranças quilombolas e não quilombolas de vários estados do país. Foi um momento impar na vida do povo quilombola.

Outro marco legal importante para pensar os quilombos do Brasil é o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabelece um conceito operacional, onde “povos e comunidades tradicionais” podem ser entendidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Os quilombolas são assim reconhecidos como grupos de povos e comunidades tradicionais. Portanto, são considerados como “culturalmente diferenciados”, e possuidores de uma forma de organização social que abrange o modo de ser tradicional e toda ancestralidade que os fizeram chegar a tal patamar.

Quando se fala em quilombola refere-se diretamente ao **território**, pois é o espaço de identidade, resistência e cultura de um povo que ao longo do tempo procurou estabelecer metas direcionadas àquilo que lhe foi tirado a muito tempo atrás. Os quilombos ainda hoje vivem em processo de auto identificação demonstrando sua força através da união, potencializada pelos laços de irmandade que nos unem enquanto quilombolas.

A luta quilombola em prol de seus direitos é incansável e, devido à conjuntura política, se mostrar atualmente extremamente caótica, exige o envolvimento de todas as comunidades tradicionais, em suas especificidades diversas buscar reivindicar o direito à terra, a liberdade de expressão, a educação contextualizada e políticas públicas que fomentem o verdadeiro desenvolvimento sustentável pautado numa sociedade justa e solidária.

Infelizmente os grandes latifundiários insistem em dizer que os verdadeiros donos dos territórios são eles e que os negros devem viver da forma que lhe foram submetidos no passado (presos, encurralados e submissos aos grandes coronéis).

O Brasil foi o último país a declarar a abolição da escravatura, no entanto, ainda permanece no fingimento dos olhos fechados, para não enxergar a dívida enorme que tem para com os negros deste país. Entende-se que essa dívida jamais será paga, mesmo com tantas dissensões entre grandes e pequenos, pretos e brancos, ricos pobres.

Disparidade existe e sempre existirá na terra, mas nada se compara a forma como se tratavam os negros Africanos que aqui chegaram por volta de 1532, para serem explorados através de sua força, suor, sangue e assim implantar o chamado

sistema capitalista, para aqueles que os consideravam como bichos ou animais. Pois, a única serventia que as pessoas escravizadas tinham para os seus donos, era o do trabalho, do abuso sexual das negras e mais nada. E assim, esse sofrimento se prolongou por mais de três séculos.

A situação física dos quilombos na contemporaneidade, é totalmente contrária ao que muita gente imagina. Criaram-se um modelo de quilombo, onde a história praticamente parou no tempo. Entretanto, não é assim. Mesmo nessas localidades ainda existindo os marcos históricos da ancestralidade, as casas de barro, pilão, arvores centenárias, ruínas, relíquias, etc. elas se desenvolveram, inclusive muita coisa nova que chegou em nossos territórios nem é bem aceita, porém, temos plena consciência que os nossos quilombos não são estáticos.

Essa explanação toda, foi apenas pra dizer de forma bem histórica e minuciosa, **que não existe gestão territorial, sistema de produção, sustentabilidade e muito menos evidenciamento de processos que garantiram a vida de uma população, sem o próprio território.** Ou seja, o desmonte que vem ocorrendo hoje no Brasil, em 2019, em pleno século XXI, é uma afronta aos territórios e visa sua destruição juntamente com seu povo. Certamente tal afronta não se concretizará, pois a luta de classe sempre existirá! É com essa rima que afirmo a luta incansável de um povo e encerro este parágrafo, para no próximo justificar a ideias iniciais da dissertação em questão.

Apresentação do local de pesquisa

A presente pesquisa foi realizada no quilombo Pau d'Arco e Parateca, município de Malhada, Estado da Bahia. Este faz parte do Território da Cidadania "Velho Chico" (TVC), por sua vez inserido na região econômica do Médio São Francisco. Acompanhando o leito do Rio São Francisco, se limita ao Norte com o Estado do Piauí, ao Leste com os territórios Irecê e Chapada Diamantina, ao Oeste com o território Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande e ao Sul com o Estado de Minas Gerais.

Os municípios que compõem o TVC, são: Brotas de Macaúbas, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama,

Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. Possui 40.256 agricultores familiares (as), 6.660 famílias assentadas, 44 comunidades quilombolas, sendo apenas 34 reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares e, atualmente, existem 9 terras indígenas, e 14 comunidade de fechos e fundos de pastos (CODETER, 2016).

A cidade de Malhada, localizada na Região Sudoeste da Bahia, recebeu este nome devido à presença de gado no lugar, gado este conhecido como “malhador”, ou seja, o rebanho tinha o local como um lugar de descanso. O Município de Malhada pertencia ao território do Município de Carinhanha, município este onde viviam os índios caiapós.

Xavier (2012), relata que nos anos de 1712 entrou nessas terras, pela primeira vez, um homem tido como “civilizado” que se tratava do famoso bandeirante Manoel Nunes Viana, vencedor implacável dos paulistas na guerra dos emboabas no campo da traição. Em 08 de junho de 1931 com o decreto estadual nº 7. 479, a então cidade de Malhada deixa de ser um simples povoado e passa a ser distrito de Carinhanha, recebendo o nome de Malhada, nome este que permanece até os dias atuais. Mas não parou por aí, o distrito continuou desenvolvendo e em 29 de novembro de 1961, Malhada consegue um importante salto, deixa de ser distrito e conquista a sua independência, sendo elevada à categoria de cidade e foi desmembrada da cidade de Carinhanha no dia 7 de abril de 1963

O referido município limita-se ao norte com o município de Bom Jesus da Lapa, ao Sul com o Estado de Minas Gerais, ao Leste com Iuiú e Palmas de Monte Alto e ao Oeste com Serra do Ramalho e Carinhanha. Sua extensão territorial é de 1.971,717 km², se encontra a 899 km da capital. Com população de aproximadamente 16.830 habitantes (IBGE, 2018).

No passado o município se destacava na questão agrícola quando se tratava das lavouras de algodão, milho, feijão, mandioca e sorgo, fator este que não vem sendo satisfatório há uns 08 anos devido à grande seca que castigou essa região. E hoje, o que se percebe é uma diminuída em relação ao cultivo de algumas culturas tradicionalmente cultivadas. Isso acontece por exemplo a respeito do próprio feijão, do milho. Contudo, a agricultura familiar ainda produz muito, sendo que algumas

comunidades até mesmo fornecem para programas como PAA e PNAE, inclusive tem uma comunidade quilombola que é uma grande produtora de alimentos agroecológicos, e tem seus produtos valorizados através dos programas mencionados anteriormente. Entretanto, é notável o investimento por parte do poder público, em implantação de áreas de algodão naquelas áreas em que os produtores tem um poder aquisitivo maior. Com relação aos agricultores (as), no município, existe grande, médio e pequeno produtor. Quando trazemos a questão do agroextrativismo no sentido de evidencia-lo, dentro do território quilombola, é justamente para dizer que mesmo apesar de tantas adversidades, as famílias continuam praticando e se adaptam a partir das condições que lhes é favorável no momento. Muitas coisas mudaram, isso é ressaltado em vários momentos pelo grupo contribuinte da pesquisa.

Depois da agricultura umas das principais atividades econômica do município é a pesca, executada no Rio São Francisco e nas grandes e pequenas lagoas do município, a exemplo: da Lagoa do Mocambo, Lagoa da Cruz, Lagoa da Samba, Lagoa do Pau D'arco entre outras.

A região faz parte do semi-árido nordestino, e se caracteriza por um clima que varia de seco a sub-úmido. As temperaturas evoluem entre 24,5C ou máxima de 30, 5C. Antigamente, as chuvas chegavam em outubro e se estendiam até janeiro ou até março. A média anual de pluviosidade variava entre 700 a 800 mm. O risco de seca nessa região é algo frequente e deve-se sempre buscar estratégias para convivência com a mesma. Pois a seca no semiárido não se combate, e sim, se aprende a conviver com ela.

É nesse contexto que se localiza o Quilombo Pau D'arco e Parateca, no qual foi realizada a presente pesquisa. O Quilombo Pau D'arco e Parateca é um território situado a margem direita do Rio São Francisco, numa área de transição caatinga/cerrado, com predominância de caatinga.

De acordo com o parecer da equipe técnica da Fundação Cultural Palmares, esse território foi reconhecido como um quilombo rural em 27 de julho de 1988, portaria nº 06, publicada em diário Oficial da União de nº 154, de 13 de agosto do mesmo ano (GUEDES, 2000), e certificada junto a Fundação Cultural Palmares, sendo publicado no Diário Oficial da União em 10 de dezembro de 2004, para fins de demarcação e titulação das terras imemorialmente ocupadas pelos moradores (INCRA, 2006).

É importante enfatizar que esse reconhecimento se deu como consequência de uma luta que vem sendo travada desde a formação desse território por volta do século XVII. Na contemporaneidade, reflete a autoafirmação dos próprios quilombolas através de reuniões no qual tiveram informação e formação. Portanto, a definição e reconhecimento enquanto terra de quilombo veio devido ao reconhecimento histórico trazido pela própria população.

O quilombo é composto de várias comunidades, somando aproximadamente 800 famílias, o território tem uma abrangência de 42 mil hectares. De todas as comunidades citadas as maiores são Pau D'arco e Parateca, com uma distância de 3 km uma da outra.

A pesquisa foi conduzida especificadamente em uma das comunidades: a comunidade de Pau D'arco, onde tem aproximadamente 250 famílias. Assim, o nome completo do território sempre vai aparecer em vários trechos da pesquisa, porém, optei por trabalhar apenas com a comunidade Pau D'arco. A escolha se deu pelo fato de eu ter nascido nela, de já haver um diálogo pré-estabelecido com pessoas e famílias, também para delimitar melhor o local de pesquisa. É tendo em vista que o território é muito grande, por razões operacionais, trabalhar apenas com uma comunidade (Pau D'arco), se tornou mais preciso. Isso fez com que obtivéssemos mais consistência e mobilidade para desenvolver a referida pesquisa.

Segundo os mais velhos do quilombo, até há uns vinte anos atrás, as principais atividades econômicas geradoras de renda, neste território, eram a agricultura e a pesca. Dessa forma, sempre existindo dois tipos de agricultura: a feita na vazante e a agricultura que é feita no sequeiro, ou seja, na Caatinga. As duas dependem das chuvas, mas de forma diferente. Enquanto o sequeiro é praticado na época das chuvas, a vazante é praticada na seca, na umidade e fertilidade provocada pelas águas que banham o lameiro.

A problemática e sua evolução

No processo de construção do projeto de pesquisa em 2017/2018, tive a ideia de apresentar algo que pudesse ajudar ao quilombo, e mais especificadamente a associação. Acabei chegando em uma ideia de como seria importante escrever sobre

a **mandiocultura**, seus processos históricos e sua relação direta com tantas comunidades tradicionais e não tradicionais.

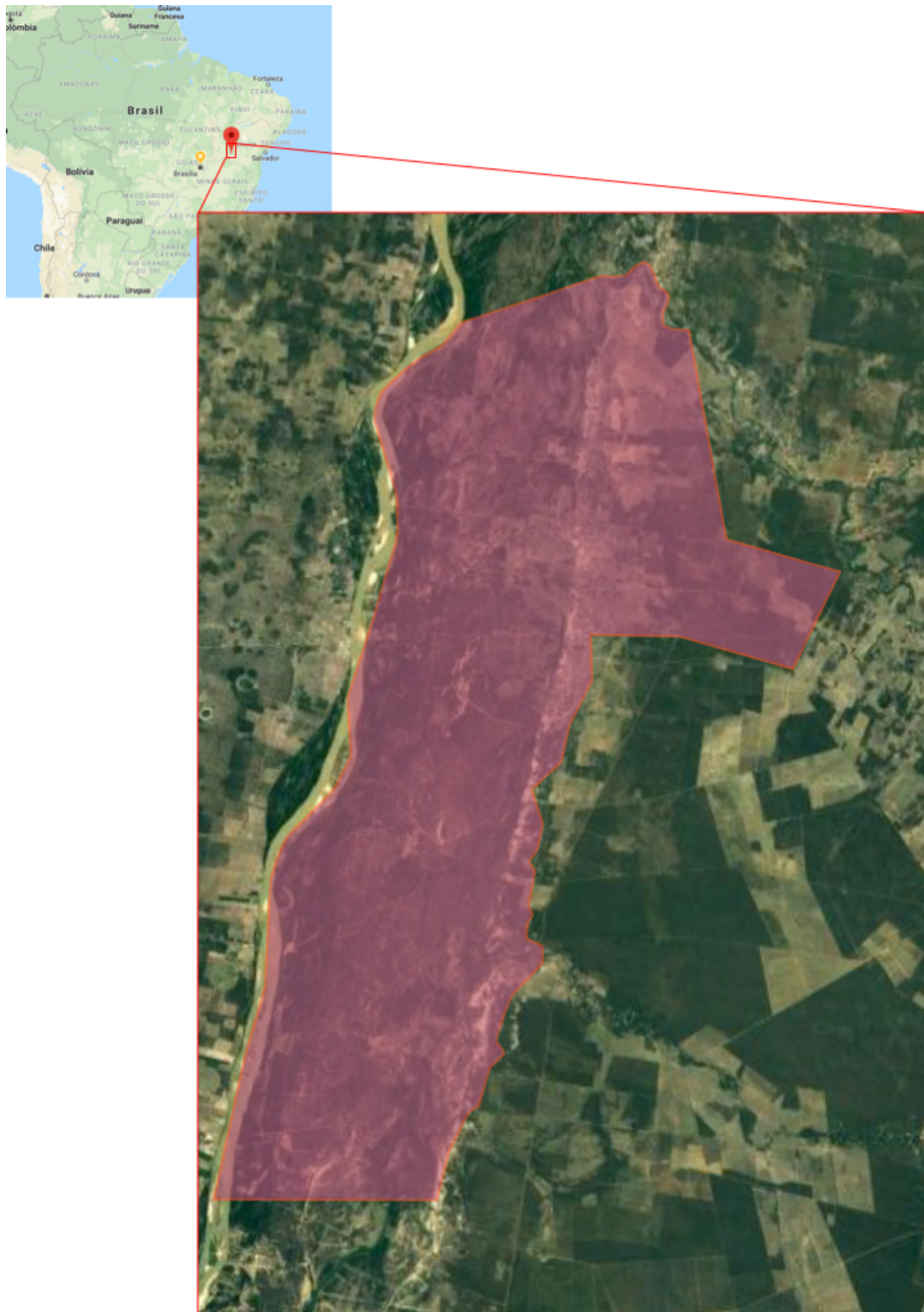
De fato, a mandioca sempre foi cultivada pelas famílias das comunidades de Pau D'arco e Parateca. A ideia inicial era assim de pensar o espaço ocupado por essa cadeia que historicamente pertence a esse povo, e que sempre gerou autonomia alimentar, na perspectiva de ressignificar o processo de produção a partir de técnicas utilizadas na contemporaneidade, alinhadas aos saberes empíricos existentes nas comunidades.

O processo de ressignificação surgiu da necessidade de repensar a organização comunitária, devido às mudanças ocorridas no território ao longo do tempo. As condições hoje são outras, já que nenhum quilombo é estático. Sendo assim, os elementos que constituem a base formativa da organização, com certeza sofreram influências, influências essas que devem ser repensadas a partir também dos sistemas produtivos que tem uma relação direta com a historicidade.

Nesse sentido, propusemos inicialmente analisar a mandioca como uma propulsora de momentos históricos. Repensar os saberes tradicionais que devem ser compreendidos em uma dimensão maior, nesse momento em que o quilombo já sofreu tantas influências.

Sendo assim, apresentei para a qualificação um projeto de pesquisa intitulado: "Gestão Territorial: a Mandiocultura Evidenciada como Cadeia Base para o fortalecimento da Sustentabilidade no Quilombo Pau D'arco, Malhada – Bahia.

Figura 1: Localização e limites do quilombo Pau d'Arco e Parateca.



SEPPIR, 2019 (<https://monitoramento.seppir.gov.br/paineis/pbq/mapas.vm?type=quilombola&id=192>)

Nesse momento, estávamos propondo o conceito de “cadeia base”, a ser entendido em contraponto com o conceito de “cadeia produtiva”¹. Assim, esta pesquisa almejava analisar a mandiocultura como cadeia “cadeia base”, no intuito de evidenciar o papel histórico, atual e futuro da mandioca no quilombo Pau D’arco: enquanto elemento organizador do espaço e das relações sociais durante o processo de territorialização das famílias na comunidade, pois esses elementos estruturantes dos sistemas produtivos das famílias devem continuar dialogando e se estabelecendo aos moldes atuais (ontem e hoje), enquanto um potente pilar da sustentabilidade, ambiental, econômica e cultural, para as famílias (amanhã), pois as diversas formas de disseminação dos grandes pacotes tecnológicos ainda continuam a influenciar as comunidades tradicionais deste país. Mas é possível pensar através de algumas questões pontuadas no referido trabalho, que a inovação tecnológica social faz com que alguns elementos trazidos pelo pacote em questão, sejam usados a partir de adequações feitas pela própria comunidade.

Assim, ainda a respeito da “cadeia base” da mandioca, ela surge à medida que começa o processo de reflexão sobre o contexto de territorialização e suas especificidades. Pensar a cadeia base seria entender que existem várias cadeias

¹ A ideia era apontar que apesar do conceito de “cadeia produtiva” na agricultura ser bastante difundido, percebe-se que, existem algumas lacunas em seu sentido total. Esse termo teria que atender as especificidades dos sistemas não convencionais de produção. Os valores que estão envolvidos no fazer ancestral de vários povos, não é quantificável em sua essência, e uma cadeia produtiva agrícola da forma como tá posto, em sua grande maioria começa na relação pesquisador, produção exacerbada, com grandes moldes tecnológicos e o caminho é atender uma grande rede de supermercado. Porém, nesta proposta em desenvolvimento, a ideia que se tem é de evidenciar e conceitualizar a noção de “cadeia base”, explorando seu diferencial com a ideia de “cadeia produtiva”, a partir da observação de sua importância em relação às demais cadeias existentes dentro do território quilombola Pau D’arco e Parateca.

A “Base” pensada vem justamente no sentido de primária e soberana. Tentar entender em que está calçado o processo de vinculação da mandioca no território é um dos desafios em construção nesta referida dissertação.

Para Brum (2012, p. 187), as cadeias produtivas são consideradas uma “multiplicadora de operações de transformações separadas entre si por um encadeamento técnico”. Pois, uma cadeia produtiva pode ser conceituada como um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um “fluxo de troca”, pautado apenas numa relação construída entre “cliente” e “fornecedor”. Essa colocação conceitual de Brum deixa uma brecha para pensarmos que isso invisibiliza o poder simbólico de qualquer cadeia.

Sendo assim, a ideia de “cadeia base” vem também no intuito de contrapor a ideia de “cadeia produtiva”, a qual é muito difundida no que toca a questão agrícola. Mas, é preciso compreender que ela é insuficiente para abarcar as cadeias que carregam tantas simbologias, pertença e o grande valor do sagrado territorial. E por isso estamos trazendo a ideia de cadeia base na perspectiva da mandiocultura, que significa muito mais do que apenas a questão produtiva, mas sim simbólica. A cadeia produtiva da forma como vem sendo pautada não dá conta do lugar que ocupa a mandioca dentro do quilombo Pau D’arco. Isso faz com que pensemos nas inúmeras cadeias que subsidiam a subsistência do quilombo, porém, dentro todas essas daremos ênfase a mandiocultura como cadeia base.

dentro deste território. Mas, que a mandiocultura ocupa um lugar de destaque, devido ao seu histórico fomentado em multiplicações de saberes e contexto de formação familiar.

Porém, nesse momento ainda não tinha ido a campo com as reais intenções investigadoras de elucidar se dentro do território a simbologia da mandioca se perpetuava.

No entanto, a primeira conversa com as matriarcas da comunidade, no intuito de realizar o levantamento da historicidade da mandioca, logo mostrou que essa proposta estava equivocada. Nessa oportunidade, apareceu de forma muito enfática a questão dos sistemas agrícolas, dentro dos quais a mandiocultura tinha sua importância, porém constituía apenas um elemento. Em campo com mais pessoas participantes, essa percepção se enraizou. Dessa forma, fui aos poucos percebendo que se deveria mudar o foco.

É nesse sentido que a problemática evoluiu, na perspectiva de evidenciar os sistemas agroextrativistas como base existencial da sustentabilidade.

De fato, os quilombos do Brasil apresentam sistemas agroextrativistas diversificados, refletindo os moldes próprios com os quais esse povo se organizou historicamente em prol da sua sobrevivência através dos roçados, baseados em saberes empíricos trazidos de África, reproduzidos e adequados em situação de insegurança e sobrevivência (GOMES, 2015). Esses sistemas produtivos são geralmente realizados em sistema de policultivo ou em sistema de consórcio.

Hoje, por conta do processo indutivo dos pacotes tecnológicos e a chegada dos industrializados em nossas comunidades, alguns produtos que eram extraídos da natureza no sentido de contribuir diretamente na sustentabilidade das famílias, acabaram perdendo um pouco de espaço para os produtos industrializados. Havendo assim, uma necessidade de repensarmos nossas práticas e formas de lidar com os produtos provenientes das nossas áreas de vazante e sequeiro. Nessa perspectiva, o extrativismo vegetal vem perdendo a sua devida importância ao longo do tempo. **Sendo assim, propomos nesse trabalho fazer um levantamento e diagnóstico dos sistemas agroextrativistas para se pensar algumas questões passadas e atuais**, dando destaque ao diagnóstico das áreas onde ocorre o extrativismo do umbu e do maracujá do mato, pois o quilombo necessita de ações que possam contribuir na

reflexão a partir do que se tem como potencial produtivo dentro do território. A partir desse levantamento é possível chamar atenção das famílias para a importância do extrativismo local e como o mesmo pode contribuir na geração de renda².

Caminhos metodológicos

Em primeiro lugar, quero salientar que estamos diante de inúmeras informações jamais escrita antes sobre um quilombo situando no interior da Bahia, na região do Velho Chico. A relevância desse tipo de registro está justamente em problematizar e visibilizar sujeitos sociais que fazem a diferença no mundo a partir de seu mundo. O território é um guardião de conhecimento e de relações ancestrais importante para sobrevivência humana.

Para o desenvolvimento do referido trabalho, foi se estabelecendo estratégias à medida que eu ia sentindo a disponibilidade das pessoas em participarem do grupo que estava sendo chamado como grupo chave, mas se tornou grupo estratégico. Em sua composição final tivemos o envolvimento de homens e mulheres, pessoas somente da comunidade de Pau D'arco. As pessoas envolvidas nesse processo foram pontuadas por serem **moradores experimentadores da comunidade em questão**. Também pertencem ao núcleo construtivo de “guardiões” em relação aos saberes repassados, e dessa forma foi que se deu a escolha dos mesmos, a partir do nosso vivenciar dia a dia comunitário.

Para essa composição, inicialmente se pensou em três mulheres com idade entre 40 a 60 anos e três homens com idade entre 45 a 70 anos. São pessoas que se identificam enquanto produtores, são atuantes no que toca a questão da agricultura, e trabalham com a cultura da mandioca a qual estava sendo evidenciada como cadeia base. Elas produzem em seus quintais, tem roça no sequeiro e também na vazante. É muito característico nessa comunidade que as famílias tenham vários pedaços de roças em solos diferentes. Nesse processo nos deparamos muito com a coletividade em ação. Pois, junta-se vários grupos (geralmente parentes) familiares e fazem os roçados.

² Mesmo com esse redirecionamento, no decorrer deste trabalho sempre haverá parágrafos falando sobre a mandiocultura e sua importância dentro do território, pois ela está diretamente presente em todos os sistemas descritos. Sem falar da relação ancestral que existe entre povos tradicionais, povos originários e a mandiocultura.

Para além do “grupo estratégico”, ao percorrer esse caminho em busca de uma pesquisa a partir de métodos orgânicos (desenvolvido em campo com as condições existentes pra o momento) contamos também com algumas matriarcas, como: Dona Jesuíta, Dona Quena, entre outras, informantes, também estratégicas no sentido de disseminação do saber, a respeito da relação do processo de desenvolvimento nas casas antigas de farinha comunitária. Elas são as portadoras de informações e detalhes que enriqueceram este trabalho, além de nos mostrar um pouco da historicidade, símbolos e valores contidos no entrelaçar territorial a partir da evidência da mandiocultura e dos sistemas agroextrativistas do quilombo.

Estratégia metodológica

Para que pudéssemos alcançar os objetivos desta pesquisa, elaboramos uma estratégia metodológica. Vale ressaltar que esta evoluiu junto com a problemática: como a hipótese da primeira proposta não findou, readequamos as atividades a serem desenvolvidas em campo.

Realmente a pesquisa foi mudada em vários aspectos:

- 1) O caminho metodológico construído inicialmente tinha como objetivo o evidenciamento apenas da mandiocultura, mas chegando em campo a hipótese não se finda, como já foi dito anteriormente. Dessa forma, tive que buscar meios de readequação da pesquisa.
- 2) O público no qual seria chamado de grupo chave, foi direcionado para grupo estratégico, isto por conta das condições das próprias pessoas em contribuir com a pesquisa em questão.

Gostaria que estes exemplos fossem úteis para vários pesquisadores no sentido deles entenderem que os pesquisadores precisam se adequar aos sujeitos que se dispõem a colaborar com a pesquisa. Para falar desta questão da adequação trago um colega da terceira turma do MESPT, João Chiles (2018), quando ele relata em seu trabalho as atividades que realizava em campo afim de conseguir os dados sem atrapalhar os fazeres daquelas pessoas que estão engajadas em lhes ajudar na pesquisa em curso.

Tabela 1: Estratégia metodológica da segunda ideia

Objetivos	Público	Ferramentas	Informações esperadas sobre ...
Realizar um levantamento dos principais sistemas produtivos dando ênfase a cultura da mandioca.	Grupo estratégico e matriarcas.	<p>Conversa com matriarcas.</p> <p>Visita nas roças das pessoas pertencente ao grupo estratégico</p>	Quais os principais cultivos e qual a relevância da mandiocultura. Quais as principais áreas de localização dos sistemas.
Contextualizar o histórico do sistema agroextrativista dentro do território e sua importância no contexto de formação comunitária.	Matriarcas da comunidade e o grupo estratégico.	<p>Entrevistas individuais</p> <p>Roda de conversa</p>	Histórico dos Sistemas, sua importância e as mudanças ocorridas ao longo tempo.
Identificar as formas de manejo, a relação agroextrativista nesse processo dando ênfase ao lugar do umbu e do maracujá do mato dentro desse processo.	Matriarcas e Grupo estratégico.	<p>Entrevistas com pessoas mais velhas</p> <p>Conversas nos percursos comentados.</p>	Elementos que nos ajudam a descrever os sistemas evidenciar o agroextrativismo, sua importância a partir das áreas de umbu e maracujá do mato, tendo em vista a utilização das áreas em várias fases do processo de gestão territorial.
Identificar pontos de ação estratégicos utilizados pelo grupo estratégico afim de construir reflexões que possam contribuir na ressignificação territorial.	Grupo estratégico	<p>Atividade em campo</p> <p>Conversa nas áreas</p> <p>Escuta atenta nos percursos comentados e na realização das atividades em campo juntamente com as pessoas do grupo estratégico</p>	Como as famílias conseguem manter a sustentabilidade da famílias em meio a tantas adversidades (mudanças climáticas, retiradas de políticas públicas, falta de acompanhamento técnico) como se pensam esse lugar de resistência a partir da agricultura.

Não estou apenas utilizando esse texto no sentido de reaproveitá-lo para o nosso tema, mas sei que deixando ele assim, completo e organizado da forma que deveria ser executado, mostra de forma mais precisa, que nenhuma pesquisa de campo deve ser enquadrada, obrigando os pesquisados a se adaptarem aos pesquisadores e sim os mesmos buscar estratégia para construir suas pesquisas sem prejudicar aqueles (as), que estão diariamente em campo em busca do sustento de suas famílias.

Dessa forma, a pesquisa foi direcionada para questão dos sistemas produtivos e a realização de atividades em campo de forma não apenas pesquisar através de conversas, entrevistas, etc. Mas assim com muita proatividade nas atividades das quais serão apresentadas abaixo, em um calendário da primeira e segunda etapa da pesquisa (tabelas 2 e 3).

Enfim, preciso destacar o quanto a conversa com agricultores e agricultoras permitiu alcançar que o conhecimento tradicional arraigado entre as agricultoras e agricultores das comunidades tradicionais perpassam a todos os moldes postos pela ciência. A capacidade de reinvenção, de sobressaída nos sentidos intrínsecos dos saberes, estabelecem formas de condução não estabelecida pela ciência convencional.

Uma ida a campo no início de uma pesquisa para sondar como estaria a organização para preparo das áreas de cultivo trouxe possibilidades de já ir sentido as ações pensadas por pessoas que estariam futuramente inseridas no grupo chave, que se tornou grupo estratégico. Foi nessa atividade realizada em outubro de 2018, que pude dialogar com Dona Jandira, seu Alípio, entre outros, de como seriam os caminhos percorridos para que pudesse obter as informações, elementos construtores do referido trabalho. Nesses momentos saem tantas conversas, falas importantes, que a vontade é de guardar somente na mente. E de fato as vezes acontece isso. Mas como o processo de escrita de uma dissertação exige elementos de forma mais pontuada para que, ao analisar tenhamos argumentos substanciais. Foi preciso se valer de instrumentos tecnológicos, como celular para registrar os momentos através das fotos, ou gravar falas afim de garantir ideias verdadeiras e condizente com os períodos da pesquisa das próprias ações.

Tabela 2: Primeira etapa da pesquisa (outubro de 2018)

Objetivo Geral: Analisar os Sistemas Agrícola, para identificar os pontos estratégicos de ressignificação, visando o fortalecimento da Gestão Territorial pautado na Sustentabilidade.				
Hipótese(s): É possível elencar as evidências estruturantes dos Sistemas produtivos dentro da Comunidade Pau Darco, Malhada- Ba. A historicidade traz elementos que podem ser potencializados com questões da contemporaneidade no sentido de fortalecer os sistemas cultivados.				
Atividade	Data/período	Descrição da atividade	Tipo de área	Agricultor (a)
Conversa com agricultores e agricultoras para fazerem registros do preparo das áreas	Meados de outubro	Acompanhar as etapas de preparo das áreas antes das chuvas	Caatinga/ Sequeiro.	Alekson Nascimento
			Vazante	Jandira Mendes
Visita ao quintal de Dona Jandira	Meados de outubro	Foi possível Compreender a organização do quintal e quais as estratégias ela utiliza no período sem chuva	Quintal	Dona Jandira
Visita às áreas de Umbuzeiro	Meados de outubro	Foi possível verificar o estado vegetativo deles antes das chuvas	Caatinga/ roças de sequeiro	Áreas coletivas/ livres
Visita às áreas de Maracujá do mato	Meados de outubro	Foi possível verificar às áreas onde existia uma grande quantidade de maracujá do mato.	Caatinga, sequeiro	Áreas coletivas/ livres
Conversa no quintal de seu Alípio afim de saber do interesse dele em participar da pesquisa	Meados de outubro	Foi possível estabelecer uma conversa harmônica, no sentido de pensarmos juntos sobre as questões da agricultura local.	Quintal	Seu Alípio
Conversa com dona Jandira e Dona Raimunda afim de estabelecer uma parceria para construção da pesquisa em curso.	Meados de outubro	Foi um diálogo animador e produtivo no sentido de me fazer refletir sobre os norteios da pesquisa e de como ela será rica para o quilombo.	Quintal	Dona Jandira e Dona Raimunda
Escrevivência com as matriarcas Quena e Zuita (laiás)	Meados de outubro	Pude descrever a respeito dos sistemas produtivos de anos passados e sobretudo da cultura mandioca.	Casa de laiá Quena	Dona Quena e Dona Jesuíta
		Foi uma tarde produtiva e linda, em termo de conhecimento e afeto.		

Tabela 3: Segunda etapa da pesquisa (março de 2019)

Atividade	Data/Período	Descrição da atividade	Tipo de área	Agricultor(a)
Visita as áreas de Umbu e maracujá do mato	15 de março	Verificar se após as chuvas houve uma produção significativa de umbu e se a rebrotação do maracujá do mato estava acontecendo.	Área de caatinga/ Sequeiro, local próximo a Ba 160, onde se cria gado à solta. Roças feitas, vegetação nativa (mata fechada). Nessas áreas, algumas são coletivas.	Áreas coletivas / livres
Visita	17 de março	Foi possível entender como estão organizados os diversos roçados, a diversidade de culturas existentes, bem como as estratégias de cultivos.	Roça de vazante na beira do Rio São Francisco	Dona Jandira
Visita	17 de Março	A entrevistada contou sobre as dificuldades encontradas para se manter em um barraco lá na beira do Rio. Mas também agradece por conseguir sustentar a família com o que ela produz na vazante.	Roça de vazante na beira do Rio São Francisco (ao lado de Dona Jandira)	Dona Raimunda
Visita	19 de março	Essa atividade teve como finalidade compreender como seu Alípio organiza as estratégias para produzir em seu quintal.	Quintal	Seu Alípio
Visita	19 de março	Foi possível ir até a roça na catinga, verificar a perca que houve por conta da falta de chuva no período adequado. Também realizar a colheita de feijão, melancia, aproveitando assim o que restou da lavoura.	Roça consorciada na caatinga (área de sequeiro)	Seu Alípio
Visita	20 de março	Foi possível compreender outras estratégias de roças na beira do Rio, acompanhar a colheita do milho que conseguiu desenvolver, pois nessa lavoura também houve uma perca significativa.	Roça consorciada na beira do Rio	Seu José
Entrevista	21 de março	Uma conversa/entrevista necessária para compreender o porquê do desaparecimento do maracujá do mato e diminuição da produção de umbu. Também falaram dos processos históricos dos roçados na caatinga.	Casa de Dona Anita	Dona Anita e seu Zé
Entrevista	21 de março	Continuidade da atividade anterior, em que seu Zé enfatizou bastante os processos históricos relacionados aos temas envolvendo essa referida pesquisa.	Casa de Dona Anita	Seu Zé e Dona Anita
Visita	22 de março	Retorno pra verificar se houve mudanças no sistema.	Quintal	Dona Jandira

Perfil dos componentes do grupo estratégico

Ao iniciar o projeto de pesquisa que deu origem a referida pesquisa, se pensou na construção de um grupo, o qual recebeu o nome de grupo chave, com o intuito de estabelecer uma relação direta com as ações cotidianas das pessoas que estavam colaborando. Ao final, mudou-se o nome de grupo chave para grupo estratégico.

Esse espaço aqui é para apresentar um pouco o perfil de cada participante do grupo estratégico. Trazer o perfil é uma forma de valorizar e localizar essas pessoas tão importantes na construção de novos pensares em busca da ressignificação de lugares e estratégias de sobrevivência calçada na sustentabilidade.

Dona Jandira

Dona Jandira (figura 2), é filha do Quilombo Pau D'arco e Parateca. Ela já chegou a morar fora da comunidade em busca de melhores condições de vida já trabalhou como doméstica, inclusive na capital do estado. Ela acreditava nos discursos de que a cidade grande traria autonomia, daria outras possibilidades de construir meios estruturantes para si e sua família, que ficara no quilombo. Ao passar um tempo, ela

Figura 2: Dona Jandira na sua roça, vazante.



Valéria Pôrto (Março/2019)

foi se decepcionando com a vida que levava na cidade, sem estudo para que pudesse buscar outras alternativas de trabalho, ela foi retornando para o quilombo e fixando novamente suas raízes. Hoje ela está com 53 anos, tem filhos e netos que moram com ela e ainda depende da labuta na roça para se manterem minimamente.

Na primeira visita a Dona Jandira, pedi a ela pra enviar algumas fotos, pois naquele momento inicial eu ainda não tinha condições de ir a campo acompanhar de perto as atividades. Então ela mesma bateu várias fotos e teve o compromisso de enviar todas.

Seu Alípio

Seu Alípio (figura 3) é um agricultor antigo, ama agricultura. Nasceu em uma comunidade vizinha dentro do território quilombola. Mas já depois de adulto se mudou para Pau D'arco. Ele tem 74 anos, é aposentado, e cuida com muito entusiasmo de cultivar seus roçados, assim como seu quintal. A família de seu Alípio é uma das maiores da comunidade. E praticamente todos os filhos moram próximo (ao redor da casa dele), com exceção dos que moram em São Paulo.

Figura 3: Antiga casa de farinha da família de seu Alípio, Silene (a direita), filha do agricultor.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Ele sempre recebe todas as pessoas com muita satisfação. Mostra todo conhecimento que carrega de seus antepassados com muita eficácia. Sabe prontamente apontar as questões gritantes na agricultura, assim como suas conquistas. Sempre estabelece pontos fortes em relação ao passado e a contemporaneidade. O que mais impressiona em seu Alípio é justamente a esperança que ele carrega nos processos agricultáveis e de como ele é viável em sua essência filosófica e prática. Para ele, a agricultura é a base, e traz muito forte a importância da mandioca no passado e das dificuldades para o cultivo hoje. Conta da casa de farinha da família, e de como ela era utilizada por todo um coletivo existente no quilombo. Mostra tudo que tem disponível com satisfação da história e resistência de luta comunitária.

Um agricultor ativo e sábio, como seu Alípio, ensina de forma simples e prática. Ele fala e trabalha ao mesmo tempo. E assim vai se construindo o conhecimento, no campo, em baixo do sol e fazendo as atividades agrícolas. Não foi leviana a escolha dessa metodologia, já modificada em campo. Pois a pesquisa e ação estabelece essa vivência do fazer pesquisando.

Dona Raimunda

Dona Raimunda (figura 4), de forma simples e modesta apresenta um pouco de como tem vivido e buscado estabelecer uma interação entre sua casa no povoado e sua roça na vazante, que fica a nove quilômetros das casas do quilombo.

Figura 4: Roça de Dona Raimunda, na vazante.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Dona Raimunda tem 54 anos, tem filhos e netos. Sempre morou no quilombo, e aprendeu com sua mãe como lidar com a terra. Ela também fala com muito entusiasmo de como gosta de cultivar a terra.

Ela tem um barraco na beira do Rio São Francisco, prefere passar o tempo por lá, cuidando da roça e curtindo a tranquilidade das margens do Rio. Em conversa ela fala das dificuldades e alegrias de ser uma mulher quilombola e do rural. Para ela, o que transforma a vida é o modo como se encara ela e se tenta aproveitar as oportunidades.

Dona Raimunda é uma mulher negra, quilombola, do rural, que não estudou, mas carrega consigo a esperança a partir daquilo que se tem. Consegue fazer do momento, das possibilidades uma estratégia de sobrevivência de sua família e também de um coletivo.

Dona Anita

Dona Anita é uma das pessoas que contribuiu no repasse de informações sobre a pesquisa enquanto informante dos processos a respeito do maracujá do mato e do umbu. Ela também falou sobre os sistemas agrícolas. Para ela o tempo mudou. As

coisas que tinha antigamente não tem mais. Ela fala das bondades e ruindades do tempo passado e consegue refletir sobre ambas no momento atual.

Figura 5: Eu e Dona Anita em frente à casa dela.



(Março/2019)

Dona Anita tem 76 anos, sempre morou na comunidade, tem filhos e netos criados no quilombo, mas alguns hoje vivem em São Paulo e Belo Horizonte. Gosta de participar dos processos festivos tradicionais da comunidade. Ela é uma católica fervorosa, não perde os encontros de domingo na igreja católica local.

Durante os festejos do Divino Espírito Santo e de São João Batista, ela sempre participa ativamente do samba de roda e das rezas. Ela carrega consigo o conhecimento de fazeres e saberes relacionados à cultura. Antes puxava o carnaval tradicional do quilombo. Neste, envolvia adultos, jovens e crianças. Ouvir pessoas como Dona Anita faz refletir como cada elemento constituinte de um povo forma base estruturante da própria gestão territorial.

Seu Zé e sua esposa Tatiana

Seu Zé (figura 6) e sua esposa Tatiana, são agricultores da comunidade, produzem na beira do rio e no quintal de casa (hortaliças). Sugiram enquanto componente do grupo, por estarem sempre envolvidos nas atividades agrícolas. Mas

especificadamente numa conversa, ter ocorrido o relato sobre as suas roças de beira de rio.

Figura 6: Roça de milho de beira de rio.



(Março/2019)

As matriarcas

Contamos também com a participação das matriarcas (figura 7) que sabidamente falaram de processos históricos relacionados aos sistemas agrícolas e a importância da mandioca.

Ambas são minhas avós, mas conhecidas como laiá Quena (Celestina Magalhães) e laiá Zuita (Jesulita Mendes). Uma tem 87 anos e a outra tem 84. São viúvas, moradoras do Quilombo, conhecedoras dos sistemas agrícolas tradicionais. Têm filhos, netos e bisnetos.

Figura 7: Conversa com as matriarcas (Outubro de 2018).



Valéria Pôrto (2018)

Ao longo da nossa caminhada de pesquisa, apareceram várias pessoas que, a princípio, não estavam previstas como potenciais entrevistados. Foi o caso de dois jovens (Cleiton e Denis), de seu Valdemar da Vila, de Joeme e Alminda. Todas essas pessoas contribuíram e muito com informações e ações em campo.

A abertura para esse tipo de pesquisa nos possibilita perceber como é importante acender espaço para novas formas de construção do conhecimento. São nesses espaços que emergem as problemáticas mais necessárias a serem pensadas no sentido de apontar alternativas de melhorias na vida do povo.

Os resultados a serem construídos vão nos dar um panorama de como a gestão e a sustentabilidade se confluem de forma natural e complexa na realidade vivida pelas famílias. Cada participante tem sua percepção e modo de falar sobre as ações que são desenvolvidas no dia a dia, para manutenção da vida a partir do chão e das possibilidades que possibilitem desenvolver esse espaço.

CAPÍTULO 1 - ONTEM

HISTORICIDADE DO QUILOMBO PAU D'ARCO E PARATECA A PARTIR DOS SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS, E SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

1.1 A ocupação do território e a luta pelas lagoas

Pau D'arco e Parateca são duas comunidades “Negras Quilombolas”, que tem seu processo histórico marcado por grande lutas e confrontos para obter direitos que até mesmos nos dias de hoje ainda são negados. Tem como base sua estrutura geográfica e formação política social de um povo. Sua localização é situada no município de Malhada, aproximadamente 80 km da sede, a margem direita do Rio São Francisco, no sudoeste Baiano.

Pau D'arco recebeu este nome devido à grande quantidade de árvores existentes na margem da Lagoa próxima ao aglomerado de casas.

Figura 8: Paisagem de Pau D'arco, ao lado direito a lagoa cheia num período chuvoso.



Autor desconhecido (2015)

Já, a respeito de Parateca contam relatos sobre a existência de uma Negra muito sambadeira, chamada pelo nome “Teca”, que em um dia de festejo caiu no samba e sambava sem parar. Logo mais seu companheiro disse: para Teca!

O que se nota nessas duas comunidades é que, assim como outros quilombos, o objetivo é se desenvolver. E com elas não é diferente, pois no decorrer dos anos, apesar das dificuldades, elas têm lutado no intuito de serem valorizadas enquanto quilombos, querem reparação em todos os aspectos, seja na área da educação, saúde, lazer e acima de tudo o respeito. Pois o Brasil se diz ter uma sociedade plural, onde se respeita o direito de todos os grupos étnicos e culturais. Dialogando assim com os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Seguindo com a apresentação do território, segundo o Relatório Técnico de Identificação e Demarcação – RTID (INCRA, 2005). A Comunidade Quilombola Pau D’Arco e Parateca se insere na história de ocupação da região do Vale do São Francisco, no final do século XVII, em que ocorreram combates contra negros e índios nas capitanias de Pernambuco e Ceará, episódios que se destacou Matias Cardoso, que recebeu como prêmio da Coroa Portuguesa a primeira sesmaria da região.

Um dos grandes episódios desse processo de territorialização foi justamente à formação e distribuição das famílias. Sendo que, Pau D’Arco, inicialmente predominou a família: Brito. Já Parateca foram as seguintes famílias: Monan, Mendes, Rocha, Neris. Na comunidade de Jenipapo foram: Lopes. No Capim de Raiz: Almeida. Na comunidade Anil foi a Neris. Na comunidade de Curral Novo foram Lopes. Em Boa Vista a família Pessoa e em Jacaré a família dos Ecletos. Esses dados foram adquiridos na pesquisa de campo em 2005 realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

No início do século XVIII, as fazendas de gado se desenvolveram significativamente, entretanto, obstáculos, como a rigorosa política de controle fiscal do governo sobre a produção das minas, dificultaram a continuidade desse desenvolvimento. Entre meados e fins do mesmo século, tem início um processo de declínio econômico e isolamento do Médio São Francisco, o que facilitou a ocorrência de insurgência da população escrava com a ocupação de terras na região.

Para Sampaio, o caso de Parateca se inscreve nesse contexto:

A pequena povoação colonial setecentista se tornaria, com sua decadência e abandono pelos primeiros fazendeiros, um arraial de

negros cuja população, possivelmente, se renovaria com o afluxo de fugitivos até o período inicial do século XIX, época à qual a atual população de Parateca e Pau d'Arco remonta a sua origem, não se registrando, desde então, nenhum ingresso populacional digno de registro na memória do grupo (SAMPAIO, 2004, p.3)

O processo de povoação foi se dando de forma que as possibilidades existentes aos poucos se tornassem realidade a partir de ações que se consolidariam numa conquista territorial. Mas são muitas situações em que se observa, após o declínio das fazendas, as populações negras permaneceram se desenvolvendo nas terras próximas das fazendas dos brancos. Dessa forma, segue abaixo dois exemplos, largamente conhecidos.

No primeiro, o do Quilombo Rio das Rãs, comunidade próxima a Parateca/Pau D'Arco, a memória social registra que os negros se estabeleceram em uma localidade chamada de Mucambo, que em seguida seria invadido pelos "marotos", que escravizaram algumas famílias que moravam na citada localidade. Após a saída dos "marotos" do Mucambo, os seus moradores viveram um período de tranquilidade, autonomia e liberdade. Em 1972, ocorre uma nova tentativa de invasão da Comunidade. Mais tarde, em 1982, um certo Carlos Bonfim ocupa o território de Rio das Rãs e alegando ter adquirido as terras mediante compra, prática todo tipo de violência na tentativa de expulsar os antigos. Nas terras imemorialmente ocupadas pela Comunidade, esse novo invasor instala um projeto de cultivo e beneficiamento de algodão, agravando a situação dos quilombolas (CARVALHO, 1995; SILVA, 2000).

Em posse do conhecimento adquirido na disciplina de Gestão Territorial e Ambiental, tenho a ousadia de analisar os parágrafos mencionados anteriormente, estes escritos por pesquisadores de processos de territorialização. Isso, porque os autores desses escritos trazem uma outra leitura do processo de territorialização. O primeiro fala de um processo escravocrata, das fazendas de gado, como modelo de desenvolvimento. E logo em seguida, critica a política de fiscalização como sendo algo impeditivo ao modelo desenvolvimentista pensando por ele. Além disso, o autor fala que o território quilombola Pau D'arco e Parateca, teria surgido no século XIX. No entanto, existem relatos de que esse território remete ao século XVII e XVIII. Relatos esses mencionados pelas próprias pessoas da comunidade, com base nos relatos dos antigos, de alguém mais velho já falecido. Um dos marcos que prova fortemente a existência do quilombo desde o século mencionado acima, é a ruína localizada em Parateca, mencionada em alguns escritos como uma das sesmarias.

O segundo autor, fala do processo de territorialização do quilombo mais velho do Brasil "Rio das Rãs". E do processo violento ocorrido na luta pela garantia deste.

Quando ele menciona os fatos ocorridos, e se estende a Pau D'arco e Parateca, deixa brechas de que tanto um quanto outro território nenhum pertenceram de fato aos negros.

Bom, é conflituoso pensar a territorialização dos nossos quilombos, no Brasil a partir de alguns escritos. Mas a ideia deste trabalho também é trazer elementos que mostrem a importância dos instrumentos informais e formais nessa afirmação territorial. O evidenciamento dos fatos permite uma reflexão por parte de uma moradora (Valéria Pôrto), de que os fazendeiros chegaram com argumentos que as terras eram deles, mas a população quilombola já estava se organizando nesse espaço há um bom tempo. Nessa descrição de alguns sobrenomes das famílias que foram as primeiras a povoar esse quilombo, revelam o entrelaçar entre fala dos mais velhos e o aglomerado ao logo da história. Sendo assim, confirma a legitimidade de que essas terras foram ocupadas primeiramente pelos próprios quilombolas, e os fazendeiros em posse do capital, fizeram um processo de grilagem para se tornarem donos das mesmas.

A luta pelas lagoas

Esse território começou a luta pelas terras e pelas lagoas na década de 90, quando os fazendeiros começaram a proibi-los de pescar e plantar nas áreas sequeiras (Caatinga) e nas vazanteiras (Beira de Rio).

Os mais velhos costumam dizer que foi na comunidade de Pau d'Arco que a luta do território começou. Os registros que temos enfatizam a luta pelas lagoas e pelo peixe como propulsora da busca pela garantia de todo o território, e posteriormente, com o apoio de organizações não governamentais, foi o que despertou o interesse em construir uma organização formal. Dessa forma, se funda em 1996 a associação Agroextrativista das comunidades quilombolas de Pau D'arco e Parateca, um dos primeiros instrumentos legais para gestão do território. Mas antes disso já havia os coletivos, os familiares que se organizavam para produzir em seus roçados, lameiros, caatingas (roças de sequeiro) brejos e quintais. Bem como, criar animais de pequenos e grandes portes.

Para entender esse contexto, é importante lembrar que o conhecimento dos quilombolas de Pau D'Arco e Parateca se estende para além das questões agrícolas. Assim, a importância da pesca, que segundo o relato dos mais velhos, está na origem do processo inicial da luta territorial, a partir do embate pela garantia das lagoas. A

luta pela pesca foi uma grande propulsora para se chegar também ao enfrentamento físico e político para se conquistar o sonhado território já habitado pelos legítimos donos. Falando em estratégias, se os fazendeiros cobravam dos quilombolas o direito a uma pescada, a partir de 1980 passa a ser proibido. Estes latifundiários, na época contavam com o apoio da polícia no processo de repressão das comunidades. Para cumprir tal ordem, empregados vigiavam as lagoas. Entretanto, os moradores continuavam pescando às escondidas, até quando foram flagrados, denunciados e intimados a depor na delegacia do município de Palmas de Monte Alto, conforme alguns relatos, como este a seguir.

O povo ia pescar escondido... foi na época que eles pescando de noite, eles [os vigias dos proprietários] veio lumiaram e conheceram. Era Vandilso, Zé Maria, Domingo de Bernardina e Ramiro. Aí quando passou uns dois dias ou três, a polícia veio atrás deles, com a intimação que era pra se achar lá no Monte Alto e era para cada hora entrar um, pra ir apanhando na prefeitura, na delegacia". (Dona Pequena, in memoriam - Pau D'Arco, 2005).

Segundo Santos (2017), os acontecimentos mencionados acima em que mobilizou os quilombolas em uma grande ocupação da delegacia, além da crescente busca de apoio de organizações e parlamentares defensores dos direitos dos trabalhadores. Nesse mesmo período criou-se o escritório da Colônia de Pescadores Z- 59 em Pau D'Arco.

Dialogando com os autores e autoras de conhecimento tradicional do quilombo em questão, trago a seguinte reflexão: *"Antes, tinha a terra, a resistência dos negros (as) e a vontade de liberdade, mas não demorou muito "A luta começou em Pau D'Arco, por peixe"* (fala de uma moradora)". Este depoimento refere-se à obrigatoriedade dos pescadores a terem que pagar um quarto do pescado aos proprietários de terras, seguido de posterior proibição da pesca. Isso aconteceu no período em que os fazendeiros fizeram as investidas no território. Uma das estratégias construídas, a partir de Pau D'arco, foi pescar às escondidas, o que culminou em flagrante e convocação a prestar depoimentos na delegacia. No dia do depoimento todos os pescadores compareceram para dar apoio àquelas pessoas que foram convocadas.

Uma observação importante a se fazer nesses relatos é de como a identidade de um grupo é um processo em permanente construção. Por isso mesmo, os elementos acionados para a sua constituição em cada contexto são circunstanciais.

Observa-se, também, que há superposição de elementos que conformam uma identidade social. De maneira que, a depender do contexto, da trama de relações sociais, alguns são acionados, outros postos em modo de espera. **Nessa perspectiva, a partir da luta direito à pesca – a luta pelo peixe – incorpora-se a luta pela terra.** A partir daí, embora sejam lutas específicas, estas dimensões se confluem, posto que os dois elementos são essenciais para a reprodução e continuidade do grupo enquanto comunidade. A luta pelo peixe e pela terra é conduzida pelas mesmas pessoas, haja vista, serem produtores e pescadores (SANTOS,2017).

Até hoje, as lagoas continuam tendo um grande significado para os quilombolas do território. A lagoa do Pau D'arco, bem como as demais lagoas existentes dentro do território, é utilizada para a sustentabilidade das famílias no sentido de suprir as necessidades alimentares, mas também na geração de renda com as vendas dos peixes. A formalidade em relação ao período em que a pesca fica aberta é regida pela colônia de pescadores Z 59. Todas as famílias do território que pescam nas lagoas são sócias da colônia, dão entrada no seguro defeso no final de cada ano. Após essa entrada, ocorre uma parada de quatro meses sem pescaria. Mas vez acontece de uma família ou outra adentrar as lagoas e pescarem apenas para o consumo familiar. No período em que a pesca estar totalmente aberta geralmente são utilizando barcos (canoas), redes, tarrafas e até pesca de anzol.

Outra coisa bem interessante nesse processo é diversidades de peixes existentes: mandi, Piau, curimatá, traíra, piranha vermelha, piranha branca, cascudo, surubi, caranha, dourado, entre tantos outros. Isso tudo torna essa região muito rica e nos faz analisar como acontece esse processo de gestão territorial a partir das águas.

1.2 A sobrevivência das famílias: historicidade dos sistemas agrícolas no território

Além das lagoas, a ocupação territorial foi marcada pela produção agrícola. Foi numa tarde com temperatura um pouco elevada, que resolvi sentar com as duas matriarcas para entender melhor como elas entendiam os primeiros processos agrícolas do início da organização, e como aconteciam as arrumações para os preparos das roças.

Na conversa, elas falaram praticamente de tudo um pouquinho. Elas contam que os roçados tinham de tudo. Contam que as pessoas guardavam as sementes essas já eram repassadas dos pais. Então ia repassando e repassando. Contam da plantação de arroz em lagoinhas (locais que enchiam de água e depois secavam) plantava arroz no brejo, plantava com a água empossada (plantava dentro da água).

Nesse relato se evidencia os fazeres na construção dos roçados, mas trazendo elementos importante no sentido de destacar a importância da mandioca nesse contexto. Sobre a mandioca elas relataram que desde o início plantava no carrasco, na caatinga, e na vazante.

Tinha gente que só plantava a mandioca no carrasco. Costumava plantar no mês de outubro. E na vazante plantava quando a água lavava, então era lá pro mês de março. Os tipos de mandioca, tinha a maniva que pegava na beira do rio ou em outra comunidade chamada gameleira ou na tararanga que também era tudo beira de rio (Quena, 2018).

As manivas já eram próprias do povo que ficam na comunidade e também entorno. Pra fazer as manivas, arrancava, tirava a mandioca e já coloca as manivas em pé em um local e elas ficavam nesse local até chover para fazer o replantio.

Iniciavam-se os preparos assim:

Rebatia os paus com a foice, a cama no chão e rebaixava os paus tudo, depois que acertava tudo, botava o fogo, depois ciscava e botava fogo, toda vida botava fogo, nas primeiras aberturas de roça. No ano seguinte só tem os bagaços de mantimentos e matos que nasce. Aí vai destocar a roça com enxadão, com facão. Fazia as coivaras, carregas as madeiras nas costas e depois plantava. Na derrubada, se roçava, fazia o aceiro, fazia as coivaras e depois queimava e só depois fazia a cerca. Depois esperava chover para plantar ou plantava no pó (Quena e Zuita)

Contam também que se fazia farinha e também a puba:

É apanhada a raiz da mandioca bota dentro da água por 5 dias. Pega bota no saco, esmagalha, passa na peneira e bota no saco, e espendurava até a água secar. A puba serve pra fazer mingau, bolo, cuscuz. Também comiam assada no borralho, pois é, minha filha, a mandioca é cheia de nove horas.

Na oficina, tinha as mulheres que ajudava e a tapioca era das mulheres cevadeira, as gamelas, as mulheres levavam de suas casas. Depois que arrancava a mandioca, no dia seguinte tinha a ralação e depois escorria (Quena).

Quena relata que a puba assada era feita assim: adoçada com rapadura e colocada no borralho dentro da cinza. Depois de assada sacodia a cinza e comia. Enfatiza que quando ocorria o arranque da mandioca, na oficina (casa de farinha)

fazia o montão de mandioca. A oficina era dentro da roça, e depois do monte feito, todo mundo tinha sua faca, sua gamela, tudo pronto para raspar e depois espremer e aí enchia as gamelas todas. No outro dia pra fazer a farinha, lavava a tapioca e depois colocava para secar com a cinza. Depois de tudo pronto fazia os beijus e distribuía entre todos que ali estavam trabalhando.

Zuita conta que a casa de farinha do Jenipapo tinha uma roda, com um cavalo que rodava pra poder ralar a mandioca. Zuita era uma *cervada* (pessoa que colocava a mandioca na boca do comedor), da roda que era movido pelo cavalo. Por sua vez, Quena chama a casa de farinha de oficina. A casa de farinha envolvia todo mundo. Os donos da casa e da comunidade. Por um momento discutimos sobre as relações da casa de farinha, do processo de antigamente de ir para o mato pegar a lenha para pôr no fogão, e saber qual o melhor pau de lenha. O que era um graveto. Fizemos a reflexão de que muitos dos jovens não sabem sobre tantos conhecimentos. Falaram da diferença dos assentos passados e dos assentos atuais, lembraram do *cepo* (local pra sentar); lembraram das panelas de barro, do copo de alumínio, dos potes de barro que se colocam no saco de estopa pra gelar a água. Nessa conversa recordatória, acabei falando pra elas dá importância desses conhecimentos serem registrados e partilhar também para que os nossos mais novos possam ter acesso e conseguir, vislumbrar de um passado autossustentável.

Quena fala que naquele tempo era bom. Tinha fartura! Lembra também que nessa comunidade, já se plantou arroz, no curralo capão. Na verdade se trata de um pequeno povoado, com poucas casas, este fica próximo ao território e antigamente algumas pessoas viviam por lá. É importante entender que quando Quena fala da fartura de antes, ela menciona no sentido de que houve uma época em que se tinha colheita farta a respeito das lavouras e sem muitas complicações. No entanto, hoje também existem farturas, mas diferente dessa que ela menciona.

Aqui no quilombo plantava arroz nas veredas, onde juntava muita água e ficava a lama. O arroz que mais se plantava era um arroz vermelho. No brejo também se plantava o arroz. Hoje não se planta mais...Quando colhia o arroz para comer...O pilão era feito de aroeira lá mesmo na roça. Na época de 39 o povo fazia farinha de jatobá, pra comer com peixe.

Minha vó não comia a farinha de jatobá, pois o pai trabalhava pra o fazendeiro e tinha farinha pra comer. Fazia pirão. Fala que tinha muito jaburu e mergulhão³, este muito consumido pelas pessoas (fala de Quena).

Fala que na época dela chovia muito e era a única coisa que se colocava na plantação. Antigamente não revirava a terra... plantava perfurando o solo com enxada ou enxadão. A respeito das sementes já eram dos pais. Mas hoje algumas pessoas já compram as sementes e essas não são mais como antigamente. É importante entender que todas as vezes que aparece a menção fartura, se trata de como algumas coisas mudaram pra melhor e de como outras nem tanto. E as áreas destinadas aos cultivos continuam sendo as mesmas, porém, hoje ocorre o enfretamento das adversidades recorrentes nos territórios. Mas isso não significa que não exista fartura na atualidade.

Quena finaliza dizendo que, antigamente, tudo que se plantava dava (produzia): contou do gergelim preto, do amendoim, etc. Tudo produzia sem precisar usar nenhum tipo de veneno. Ela faz uma reflexão a respeito dos pacotes prontos para agricultura já mencionada anteriormente, mas de forma leiga.

Antigamente o preparo da terra era feita com arado com tração animal (mula, cavalo, égua, ou burro) a maioria das famílias possuía um arado e pelos menos um animal para trabalho. Antes do arado, havia outras etapas: capina manual com enxada, o encoivramento após dois a três dias e a queima da vegetação seca.

Santos (2013) traz alguns relatos, como: o plantio do milho e feijão era feitos com matraca e havia o consócio de diversas culturas. Uma forma comum de se cultivar era através do consorcio de diversas culturas cujas roças eram formadas

³ Explicação resumida de alguns de termos nordestinos, Jaburu: é uma ave grande, encontrada geralmente em beira de rio e lagoas e costuma construir seus ninhos nas arvores. Mergulhão: é uma ave preta, é típica do Brasil, conhecida também como patão. Na lagoa do quilombo em questão é muito comum tê-la no período que a mesma esteja cheia. Gamela: é uma tigela ou bacia feita de madeira retirada de algumas árvores. Matraca: é uma semeadora manual, muito utilizada pelos agricultores e agricultoras tradicionais na agricultura familiar. Coivara: é um processo ou técnica agrícola muito utilizada em comunidades tradicionais. Praticamente se resume em amontoados de galhos de árvores e arbustos que são feitos pelo agricultor (a) para em seguida por fogo. Maniva: é utilizada para falar dos ramos de variedades de mandioca destinada especificadamente para o plantio.

principalmente por milho, feijão, abóbora e melancia. Primeiro era plantado o feijão e após 15 dias o milho, melancia e a abóbora, sendo a última semeada nas coivaras, aproveitando os nutrientes como cálcio (Ca) e potássio (K) disponibilizados pela cinza.

As sementes utilizadas para os plantios eram crioulas e muitas das vezes quando a pessoa não tinha procurava com um vizinho, mas não comprava na cidade, e assim permanecia a interação tradicional agrícola entre o povo e o meio de sobrevivência.

Não é fácil explicar a relação das práticas trabalhadas pelos Quilombolas dessa comunidade. Entretanto, sabe-se que garantiram a sobrevivência através de conhecimentos sobre as formas de cultivar, respeitando dia santo e quadra da lua para realizar plantação, como explica o senhor Pedro de 55 anos e morador da comunidade Jacaré.

“Tem aqueles dias de plantar, tem pessoas que terminam de limpar a terra e já tá final da semana, vou plantar! não gente deixa aquele dia

passar, dexa pra plantar na segunda fera, é mihor, tem pessoa que tem esse sentido” (PEDRO, 2012).

É importante ressaltar que, assim como no passado, ainda se utilizam sementes de colheitas passadas, que ficaram armazenadas em tambores e/ou garrafa pet. Sendo comum o consórcio de várias culturas em pequenas áreas, cujos tratamentos culturais eram praticados manualmente utilizando enxada, enxadão, etc. Em alguns casos adotavam-se rotação de cultura (SANTOS, 2013).

As matriarcas contribuíram na disseminação do conhecimento sobre os sistemas antigos e suas mudanças; é justamente o que estou chamando de historicidade. Uso esse termo para discutir as ações construídas baseadas em processos de lutas que combinam em luta por sobrevivência, garantia de direito e cuidados com o meio a que se pertence, ou seja a relação ancestral com a própria natureza.

Os sistemas agrícolas gerados com base no conhecimento tradicional, os faz pensar na memória e como ela é forte entre os povos e comunidades tradicionais. O conhecimento é repassado pela oralidade tornando forçado de forma muito natural o aprendizado teórico mental, sustentada por uma posterior prática.

Para Toledo e Bassols (2015), esse processo também se dá devido a espécie humana ter uma memória que permite trazer à tona as relações estabelecidas com a própria natureza. Garante que a sustentação humana se baseia nesses processos de referenciais de existência construídos ao longo da história.

A memória permite que os indivíduos se lembrem de eventos do passado. Assim como os indivíduos, as sociedades têm uma memória coletiva, uma memória social. Embora, em teoria, todas as espécies tenham uma memória que lhes permite se manter e sobreviver no contexto em constantes transformações da história natural, a espécie humana é a única que pode, de forma consciente, remontar as recordações que compõem sua própria história com a natureza (TOLEDO E BASSOLS, 2015).

O extrativismo, lugar do coletivo

Na época, as atividades extrativistas ocupavam um lugar importante. As áreas de ocorrência de umbu e maracujá do mato são locais secos, próximos aos roçados, beira de estrada e os outros denominados mangas (servem para pôr o gado), locais coletivos, ou poderá chamar de local de todo mundo, como ressalta Santos (2015). Para esse autor, as nossas demarcações se davam pelas práticas e cultivos. Relata o quanto isso era forte nos territórios e como certos documentos de terras existentes em algumas mãos, só era válido para o estado. Pois, para o novo povo quem destinava as demarcações era justamente a capacidade de cultivar e compartilhar entre os seus.

1.3 A organização e a gestão atual do território

É importante enfatizar que esta luta vem sendo travada desde a formação desse território por volta do século XVII e se constituindo como base de suporte para a resistência do povo. A trajetória de conflitos pela posse da terra e a liberdade de poder realizar a pesca nas lagoas que pertencem ao território quilombola, resultou em algumas conquistas no contexto comunitário.

Os quilombolas (as) mantiveram-se firme na luta em prol de direitos historicamente negados, as comunidades foram tomando forma de povoados, muitas aglomerações de casas foram se formando. O território Pau d'Arco e Parateca foi certificado junto a Fundação Cultural Palmares, em 2004, para fins de demarcação e titulação das terras

imemorialmente ocupadas pelos moradores (INCRA, 2006). Foi entregue no mesmo período a posse (oito mil hectares), de parte do respectivo título da terra.

No entanto, passados 13 anos, apenas parte do território foi titulado, e a área restante, dependente de indenização ao fazendeiro, ainda não foi concluída.

Essa demora provocou uma conjuntura infundável de situações conflituosas e de inseguranças com os não negros cujas terras se sobrepõem a área do quilombo. A família Bastos, fazendeiro, pelo fato de não ter recebido o valor da indenização hipotecou e a área ao banco e o banco, uma instituição financeira, leiloou a área. Assim, um terceiro agora se utiliza da terra e ameaça a comunidade, proibindo de atuar nela. Fatos estes agravados com a crise política e constitucional que o Brasil sofre desde 2016.

As nossas formas de organização enquanto povo quilombola se deram de forma natural e informal, mas ao longo do processo houve a necessidade de estabelecer uma organização formal (associação), que tem passado por alguns entraves no sentido de acessar recurso para investir na produção agrícola e também potencializar o que se tem já proveniente da natureza.

Em 1996 a partir do autoconhecimento enquanto sujeitos de direito despertado por várias lideranças do quilombo, bem como à participação no Movimento dos Trabalhadores, Acampados, Assentados e Quilombola do Estado da Bahia- CETA. Comissão Pastoral da Terra- CPT e a Coordenação Regional de Quilombos- CRQ. Ajudaram a fortalecer o território enquanto um movimento de luta pela terra, e até mesmo alcançar o seu reconhecimento, promoveram um despertar de conservação daquilo que a caracteriza como comunidade Quilombola. Mas, contudo isso não foi suficiente para que as mesmas não sofressem com o processo indutivo no qual as comunidades vêm sendo submetidas ao longo do tempo⁴.

Também em 1996 com a fundação da Associação Agroextrativista tornando assim, um instrumento legal, ou seja, com registro em cartório, CNPJ, as lideranças

⁴ Essa indução se trata, sobretudo dos grandes pacotes tecnológicos implantados pela revolução verde na década de 60. O modelo tradicional de produção, assim como inúmeros conhecimentos empíricos ainda permanecem resistindo em nossos territórios tradicionais porque o sistema de produção capitalista ofertado ao nosso povo, é um sistema falido! Se trata de projetos insustentáveis, de um modelo produtivista falido! Portanto, os Sistemas Tradicionais Agrícolas, os chamados (SATs), acabam sobressaindo. E não foi por acaso que o sistema de produção dos quilombos do Vale do Ribeira em São Paulo, foi reconhecido como Patrimônio Imaterial do povo brasileiro, no ano de 2018.

começaram a buscar projetos de moradias, fomento, implementos agrícolas, entre outros que conseguiram alavancar de certa forma as comunidades.

Com relação à associação agroextrativista desde a sua fundação e construção do estatuto como um documento que tem função de ajudar no processo de gestão, ela sempre tenta seguir, afim de cumprir as normas estabelecidas. A organização comunitária residencial está muito estruturada a partir do sentimento de pertença e liberdade que foi naturalizando nos processos iniciais.

Assim, durante a trajetória da comunidade, as normas para a gestão do território foram evoluindo à medida que evoluem suas instituições. Por exemplo, antes não existiam requisitos pra construção de casas e aglomerações familiares e também não existiam muitas roças coletivas (mais de uma família). Hoje, devido ao aumento da população, já se percebem algumas dificuldades nesse processo de gestão. A divisão do espaço para construção de casas está muita por conta de cada família (ficam juntas como se fossem lotes familiares). No quesito roças: a associação estabeleceu um tamanho em hectares para que cada família pudesse fazer seu roçado até tal limite. Dentro desse território também é possível identificar as áreas de preservação permanente (APP), vinculada diretamente aos acordos formais pautados e discutido em assembleia.

Um das conquistas do quilombo que muito contribuiu para melhor gestão do território, foi a elaboração do Relatório de Identificação e Reconhecimento Territorial - RTID, em 1998. O RTID é um dos documento que compõe o processo de titularização dos territórios quilombolas. Assim, o RTID do quilombo foi construído devido ao reconhecimento da comunidade enquanto quilombo, em adequação com o artigo 68 da ADCT e nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal. É importante frisar que a elaboração deste documento cumpre justamente o que prevê o decreto 4887/03, formalizando sobretudo o direito legal das terras dos quilombolas do referido território.

Quando se fala da importância do decreto mencionado anteriormente, remete às questões coletivas, os acordos, os usos das áreas como elemento ancestral e de uso sustentável da população quilombola. O decreto garante que modos de vida e possibilidades de replicação de práticas ancestrais possam continuar fomentando as vivencias da população quilombola. Assim, de forma precursora, o decreto 4887 de

2003, regulamentou pela primeira vez a titulação coletiva *pro indivisa e ad perpetuam* da terra, traduzindo na propriedade coletiva a forma específica de administração dos recursos naturais própria aos quilombos do Brasil.

Mesmo que já tenha sido mencionado em um outro capítulo, é sempre necessário reforçar o quanto a vitória garantida pelos quilombolas no STF, em fevereiro de 2018 é importante para que os territórios continuem avançado na busca de regularização e reconhecimento por parte do estado da necessidade de maiores investimentos nos quilombos. Depois de anos e anos de luta para o referido decreto fosse considerado constitucional, mesmo em meio a esse momento de retirada de direito, ter uma ferramenta jurídica fortalece as bases e os movimentos de luta para continuar se organizando na busca de nossas conquistas. Dessa forma, entende-se que esse decreto mesmo durante o processo de reconhecimento de sua constitucionalidade já fazia muito sentido na gestão das bases territoriais tendo como princípio os norteios da coletividade.

Pensar as formas de territorialidades antigas e atuais, requer estudos aprofundados a partir do processo de transformação que vêm ocorrendo. Para isso, Becker (2009), descreve a importância de repensar o planejamento governamental com base em conceitos ou concepções de macrorregião com o argumento a respeito da necessidade de serem formuladas políticas públicas para escalas geográficas adequadas aos processos sociais de territorialização. Little (2002), nos mostra outro aspecto, que é a questão da territorialidade humana, pautada numa multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. No intuito de entender a relação particular de cada pessoa com o seu território, Little (2001), descreve a ideia da cosmografia: definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criadas e historicamente situadas - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. Para Moreira (2007) na perspectiva de buscar sentidos para o estar e ser na terra, as diferentes culturas humanas constroem e legitimam imaginária e politicamente - material e simbolicamente – representações culturais. O território se alinha a noção de tempo/espço de reprodução cultural e (re) existência.

Nessa perspectiva, o território como conceito poderá designar a dimensão espacial/espiritual de vínculo de povos e comunidades culturalmente distintas dentro dos territórios nacionais. Como categoria, segundo Mura (2006) se diferenciam

território histórico, aquele construído por cada povo e comunidade; abrange sentidos próprios de modo contextual e subjetivo, do Território - contextual - sócio-ecológico-territorial.

As múltiplas concepções de território dão pistas da multidimensionalidade do fenômeno de existir culturalmente de modo distinto da sociedade constituída sob as bases da lógica eurocentrada, na qual predomina a hegemonia, a unidade e o universalismo e restringe o território ao espaço cartográfico e físico, economicamente valorado em parcelas expropriáveis e alienáveis.

Sendo assim, entender na escrita de um quilombola, Santos (2015), a ideia de confluências e transfluências para pensarmos nos elementos provenientes da natureza, chama atenção para a grande complexidade e responsabilidade que temos ao construir o conhecimento. Para o referido autor, a Confluência é a lei que rege a relação de convivência entre os elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se ajunta se mistura, ou seja, nada é igual. Transfluência é a lei que rege as relações de transformações dos elementos da natureza e nos ensina que nem tudo que se mistura se ajunta.

A partir dos conceitos mencionados acima, pensamos a Gestão territorial na contemporaneidade, na perspectiva informal e formal, e como os elementos que formam território se confluem. Para ir além, é preciso trazer um terceiro conceito, do mesmo autor Santos (2015), o da “Biointeração”, conceituando assim as relações fomentadas no saber ancestral, visando a garantia da sustentabilidade familiar e comunitária. Esse termo é extremamente apropriado para se definir a gestão territorial no qual está sendo pautada nossa reflexão. Gestar um território se apropriando dos fundamentos bases que calçam e sustentam um povo, é primordial em qualquer reflexão de construção do saber. E assim, com essas construções, realizar intervenções que respondam as demandas das comunidades.

A Gestão Territorial se firma num conceito associado ao processo de territorialização e as estratégias pensadas a partir de elementos que estruturam a construção da Base enquanto organização civil. Portanto, pensar um território, suas especificidades e tentar dialogar o contexto formativo compreendendo também a dinâmica do sistema agroextrativista, é vivenciar o gestar e o entrelaçar de um povo, através de seus modos de vida.

Neste sentido, também se pensa em construir uma economia solidária como um modo diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Esta percepção e ação, objetiva não explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

CAPITULO 2 - HOJE

CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS AGROEXTRATIVISTAS ENCONTRADOS NO QUILOMBO.

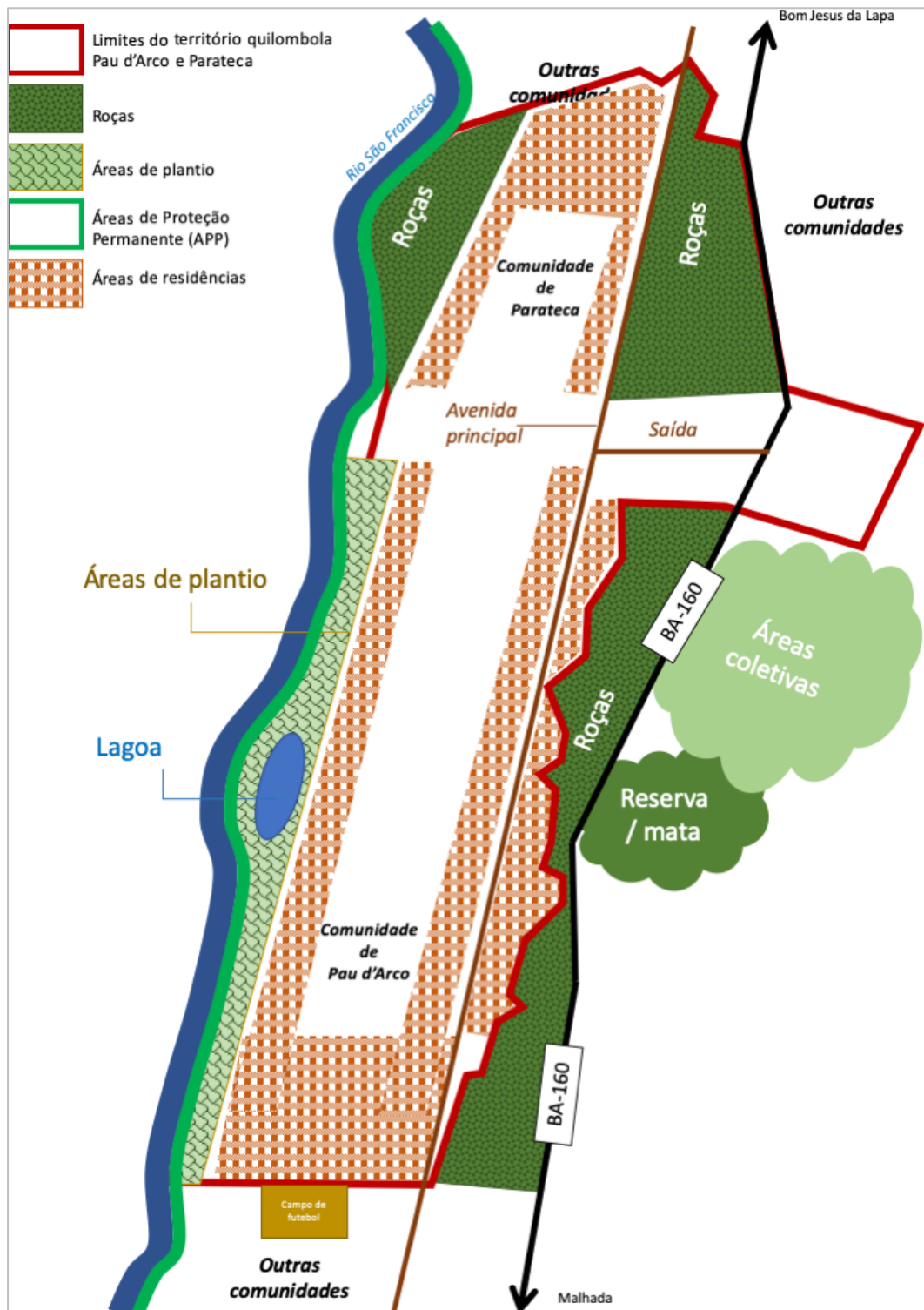
Cultivar em diferentes espaços é uma das principais estratégias de várias famílias do Quilombo Pau D'arco e Parateca, uma área de Caatinga no interior da Bahia.

Nesse capítulo, almeja-se descrever os sistemas produtivos adotados pelas famílias desse território que, localizados em diferentes espaços, articulam produção vegetal, animal e extrativismo. De fato, no território em questão se encontram diferentes tipos de área: a caatinga, que compreende a área de produção de umbu (*Spondias tuberosa*) e de maracujá (*Passiflora cincinnata*), os cultivos nos roçados, e as áreas de criação animal; o quintal produtivo, a vazante.

Assim, o presente capítulo fala sobre a realização de várias atividades práticas que apontam para o sistema agroextrativista do Quilombo Pau D'arco e Parateca, dando destaque ao lugar do extrativismo (umbu e do maracujá do mato) no conjunto.

Para facilitar para o leitor, apresentamos um croqui localizando os diferentes tipos de áreas presentes no território (vazante, áreas coletivas, reserva, roças), junto com as áreas residenciais.

Figura 9: Croqui de localização dos diferentes tipos de área do quilombo Pau d'Arco e Parateca⁵



Fonte: autora, 2019

⁵ Esse croqui foi inserido no sentido de que se possa ter noção de como está a dinâmica do território (forma simples), mostrar as áreas de uso compartilhado. Mas também deixo em evidência que ele não segue totalmente a lógica do mapa apresentado pela SEPPIR. Pois os limites na prática não estão bem representados.

Tabela 4: Categorias de áreas/espços

Áreas coletivas	Categoria de uso / fundiário
Roças	Categoria de uso / paisagem
Residência	Categoria de uso
Vazante = lameiro	Categoria de paisagem
Sequeiro/carrasco/ veredas/capão	Categoria de paisagem
Caatinga = sequeiro	Categoria de paisagem
Área de plantio	Categoria de uso / paisagem
Área de preservação	Categoria de uso / paisagem
Sequeiro = quintal	Categoria de uso / paisagem

2.1 O extrativismo

O lugar umbu e do maracujá do mato nos relatos dos antigos

Nessa seção, trataremos de enfatizar a historicidade dessas duas frutas, e a relação com os processos formativos do referido quilombo. Construimos essa reflexão a partir de visita a campo e entrevistas com pessoas mais velhas da comunidade, participantes do grupo estratégico.

Como foi mencionado em introdução, esse quilombo remete ao século XVII-XVIII, sendo que as primeiras famílias que aqui chegaram viviam livremente, sobrevivendo de seus roçados, da criação de animais, dos quintais produtivos e do extrativismo de frutas (umbu, maracujá, jatobá) (INCRA, UFBA, UNEB, 2006).

Quando se fala dos séculos em que emergem a povoação do território, é possível identificar a diversidade nativa local, assim como tratam os relatos evidenciando várias décadas de abundância de frutos nativos da caatinga.

Em conversa com duas pessoas mais velhas do quilombo foi possível trazer relatos anteriores e posteriores à década de 1970, referente às relações construídas no decorrer da formação territorial, explicando como foi se dando a relação entre as primeiras famílias e sua convivência com as estações (chuvosas e secas). Esses relatos possibilitam entender quais eram as estratégias pensadas e executadas para

busca de garantia do território e sobretudo como se portar frente às adversidades existenciais.

As questões históricas são importantes para entendermos o que houve, quais os vestígios mais evidentes que poderiam elucidar algumas situações problemáticas a respeito do sistema e, sobretudo em relação à diminuição ou quase extinção dos pés de maracujá do mato e a redução da produção de umbu nos anos seguintes.

Assim, eu, nascida e criada nesse território, busquei pontuar as provocações necessárias a algumas pessoas mais velhas do quilombo, no intuito de trazer vivas as memórias sobre as duas frutas. No entanto, é possível pontuar como hipótese a questão da polinização do maracujá, que depende das abelhas e de uma polinização cruzada. Também pode –se considerar o avanço da cultura da banana e agrotóxicos na região, também pode ter uma relação direta sobre a rarefação do maracujá. Lembrando que a grande produção de banana segue avançando à custa das plantas nativas.

Figura 10: Conversa com Dona Anita e seu Zé.



André Lucas (Março/2019)

Dessa forma, duas pessoas bem conhecidas no quilombo foram questionadas a respeito de como era a relação comunitária das famílias com as duas frutas em

questão. Para Dona Anita, 76 anos, antigamente a fartura das duas frutas prevalecia no quilombo. Conta das grandes cheias que inundavam Pau D'arco e como as famílias se organizavam para sair em barcos rumo a caatinga. Os locais onde eram construídos os barracos eram justamente as áreas onde encontramos uma grande diversidade de pés de umbuzeiros: vários tamanhos, mais azedo ou menos azedo, novos ou velho, etc. Ela conta que antigamente o valor simbólico e alimentar do umbu era diferente de hoje. Isso devido essa relação de sua presença tão forte entre os alimentos consumidos por toda a comunidade. Sem falar no envolvimento espacial referente aos locais de estadia durante as cheias. Mas o que ela quer dizer com essa fala sobre a questão simbólica, é que ocorreram mudanças.

Antigamente minha filha, era aquele tanto de mulher com baldes, a pé, indo pra os pés de imbuzeiros. Hoje, as pessoas vão de carro ou de moto. Mas tenho percebido que não é aquela festa que fazia antigamente com tanta fartura. Imbu é bom demais. A fartura que tinha antes era bom pra gente e pra os animais (conversa com dona Anita, março de 2019).

Ela relata sobre a preocupação que tem de que a geração atual não consiga perceber a importância dessas frutas, ou que nem mesmo as conheçam. Assim como externa uma certa insatisfação a respeito das queimas no processo para aberturas de roças. Ao seu ver, possa ser que isso tenha contribuído para diminuição do maracujá do mato. No entanto, tem gente que diz que nos locais das queimadas era onde mais se produzia maracujá. Ou seja, existe opiniões diferentes sobre essa questão.

Dona Anita também menciona de forma muito forte a respeito das grandes coletas de maracujá. Esses exemplos evidenciam como o extrativismo agregava e qual o tamanho da sua importância na alimentação familiar. Pois, não só era utilizado no processo de sustentabilidade familiar interna, como também servia como geração de renda, sendo em alguns momentos vendidos *in natura*, dentro do próprio território. Nessa conversa, também tivemos a contribuição de seu Zé, ele já começa também dizendo da fartura que tínhamos. Relembra os locais com grande incidência de produção (capão, carrasco, a vila da capoeira). Relata que tinha umbuzeiro que iniciava a florada de forma rápida, inclusive no mês de agosto, antes das chuvas iniciarem.

Estão desaparecendo o umbu e o maracujá do mato?

Seguindo com essa conversa, seu Zé falava de inúmeras coisas ao mesmo tempo. Dessa forma, não demorou muito pra ele voltar a citar a questão do umbu e do maracujá do mato. Relembra que entre os anos de 1992 até 2005 ainda tinha muito maracujá, ou seja, nos mesmos locais de produção do umbu.

Moça, teve uma época que tinha tanto peixe, tanto maracujá, que nós fazia molho do maracujá pra colocar no peixe e ficava era gostoso. Era algo muito tradicional naquele tempo. (Seu Zé, 2019)

A proporção que este trabalho tem tomado é de que existe uma problemática forte envolvendo o maracujá do mato e o umbu, ambos em áreas de caatinga. Logo mais será mostrado através de fotografias os locais visitados antes das chuvas, e agora após as chuvas, **a ida em campo trouxe a confirmação de que o maracujá do mato está praticamente em extinção no quilombo**. A época chuvosa é o período de rebrota e floradas. Mas o que constatamos foi que mesmo em baixo dos umbuzeiros não é possível encontra-lo. Talvez isso tenha uma relação direta com o sumiço das abelhas, pois esta depende de uma polinização cruzada.

Em meados de março, acompanhada por moradores do quilombo, fomos a campo em busca dos locais de ocorrência dessas duas frutas. Teve como objetivo verificar se após as chuvas houve uma produção significativa de umbu e se a rebrotação do maracujá do mato estava acontecendo. E por incrível que pareça, esse dia foi a caça ao maracujá do mato. Deixamos o carro na encosta da BA 160 e adentramos a mata, essa que nesse momento estava com a vegetação bem verde.

Ambos os parceiros de pesquisa estranharam bastante o fato de não encontrarmos as ramas do maracujá do mato em processo de rebrotamento, tendo em vista que a quantidade de chuva teria sido suficiente para que ele rebrotasse. Nesse dia fizemos várias caminhadas mata adentro, tanto na margem esquerda como na direita. Essa área de caatinga é tida também como uma manga, utilizada para criação de gado à solta.

Figura 11: Área de beira da pista da Ba 160, onde existia muito maracujá.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Assim, esta ida a campo tinha como objetivo verificar se havia uma quantidade considerável de rebrotas do maracujá. Mesmo percorrendo praticamente toda área, não foram identificadas as ramas que deveriam estar em floração. Sendo assim, retornamos para casa. Ao chegar encontramos um senhor de uma comunidade próxima (Valdemar, de Vila Nova), ele ficou sabendo de minha ida a campo em busca do maracujá. Logo após a chegada, eu disse que não havíamos encontrado. Então sugeriu uma ida minha lá na comunidade dele, pois o mesmo tinha visto alguns pés em baixo do umbuzeiro. Resolvi então ir até a Vila pra tentar observar a predominância.

Figura 12: Percurso comentado com seu Valdemar



Juliel Pôrto (Março/2019)

Utilizando uma moto consegui ir até a vila, com meu irmão. Chegando lá, seu Valdemar nos levou pra tentar ver se encontrava pé de maracujá. No caminhar, ele ia nos mostrando as roças e locais (cercas, baixadas, umbuzeiros) onde havia uma grande produção de maracujá (produção espontânea). Para ele, o maracujá realmente sumiu, se tornou algo raro em nosso território. Caminhamos bastante até encontrar um pé de maracujá enramado no umbuzeiro.

É uma coisa que pra nós, a gente fica até sem entender, isso aqui tudo era fechado de maracujá. Nesse tempo agora era pra ter ramas aqui na cerca, em baixo do umbuzeiro, pois lá pra agosto a gente já estaria colhendo eles maduros. Pra nós era uma fruta que não faltava... todo ano produzia. E era bom porque quando terminava a produção do umbu aí logo já chegava a do maracujá (VALDEMAR, 2019).

Esses percursos nos ajudam a entender e refletir sobre o tamanho da área em que está se perdendo a produção do maracujá. Nessa caminhada passamos por vários umbuzeiros, alguns com frutos e outros não.

Figura 13: Segurando a folha/rama do maracujá.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Assim, com base na comparação das visitas do mês de outubro com as do mês de março, podemos concluir que

Em relação ao maracujá do mato, **esse ano não houve rebrota dessa fruta nativa em áreas muito propícias a produção desse fruto.**

Com relação ao umbu, foi notado que houve sim, produção. No entanto, de forma diminuída.

Figura 14: visita áreas de umbu e maracujá do mato no período chuvoso



Valéria Pôrto (Outubro/2018)

Figura 15: vegetação de área de maracujá do mato após as chuvas.



Valéria Pôrto (Março/2019)

As duas fotos acima mostram o quanto, quando chove no sertão, a vegetação se transforma. As fotos mostram as mesmas áreas, porém, estação diferentes.

Essa pesquisa traz elementos que podem ser aprofundados em trabalhos futuros. Tanto o umbu como o maracujá do mato são frutas simbólicas dentro do território, pois sempre estiveram presentes na base alimentar das famílias, além disso de ter uma relação direta com a territorialização do quilombo, e seu processo de luta e resistência. O umbuzeiro fazia parte da paisagem cotidiana das famílias na época em cheias que antigamente inundavam o quilombo faziam com que as pessoas mudassem para o chamado alto (área de caatinga). Muitos dos barracos eram construídos embaixo ou próximo a um umbuzeiro. Ele também fazia parte da base alimentar das famílias, principalmente no café da manhã.

Por mais que hoje, devido a tantas opções fáceis de como se alimentar a partir de produtos ofertados pela grande indústria, alguns acabam não sentido tanta falta, percebo que é necessário um alerta no sentido de chamar a atenção para uma possível perda total dessas frutas dentro do território de resistência quilombola.

Assim, umas das atividades da nossa pesquisa foi trazer reflexões a respeito do extrativismo e mostrar seu lugar dentro dos processos históricos da sustentabilidade de um território quilombola.

A título de comparação, trazemos a experiência do Quilombo Conceição das Crioulas, município de Salgueiro, Pernambuco. A forma como ocorre o trato dos umbuzeiros é diferente de como ocorre em Pau d'arco. Lá existe uma relação mais familiar, é como se os umbuzeiros fossem gente. Todos eles têm nomes e são cuidados o ano todo. Aparecida Mendes, também estudante da quarta turma do MESPT, evidencia em seu trabalho realizado em 2018 (**mulheres quilombolas de conceição das crioulas: extrativismo vegetal como instrumento de emancipação e enfrentamento à violência doméstica**), as formas de manejo do umbu e como ela gera renda e autonomia para as mulheres de Conceição.

Trazendo para essa discussão relatos de trabalhos que dialogam sobre sistema extrativista, é possível pensar sobre uma reflexão que Eloy *et al* (2017), faz a respeito de como ainda se debate pouco a diversidade e a transformação das práticas agropecuárias. Mencionam que os conhecimentos locais sobre práticas de manejo agropecuário tradicional no Cerrado têm sido desconsiderados nas políticas agrícolas e ambientais que são inseridas nos territórios. Essa questão também se estende quando se fala do extrativismo na caatinga.

Dessa forma, se estabelecem diversas possibilidades para pensarmos o papel do extrativismo nesse viver comunitário, no sentido de empoderamento do conhecimento, para manutenção de modos de vida e para repensar os processos de gestão dos próprios territórios. Os locais da existência de frutos nativos que no passado tinha uma expressão maior dentro do território, hoje corrobora para uma dimensão reflexiva de como a comunidade vai ressignificar seu espaço existencial.

2.2 Os sistemas agroextrativistas do quilombo Pau d'Arco e Parateca

Nesta seção, buscaremos explicar como se compreendem as relações entre roças, áreas de umbuzeiro e maracujá do mato. Assim, como já desenhado na chamada do título, quando se refere-se aos sistemas agroextrativistas, o lugar do umbu e do maracujá do mato é também o local de roças, mangas de criação de gado, pastagens assim como local de moradia das famílias, se caso vier uma enchente. Mediante ao que se encontra de resultados, seguiremos com uma certa

caracterização dos sistemas existenciais, e refletindo como ressignificar esses lugares, mas também pensar o extrativismo vegetal como alternativa sustentável.

Produção de Sequeiro

A caatinga, nome usado como sinônimo ao sequeiro, possuiu uma diversidade muito grande de roças. **Lá, as famílias plantam no período chuvoso**, criam gado, fazem curral, constroem barracos e até mesmo casas, no intuito de se prevenir caso ocorra uma enchente.

Tabela 5: Cultivos mais comuns na área de caatinga

Cultivo	Período	Quem cultiva
Milho	Período chuvoso ou irrigação	Chuvoso – 80% famílias Irrigação- 5% famílias
Feijão	Chuvoso	90% das famílias
Maxixe	Chuvoso	Nasce de forma espontânea em 50% das roças das famílias
Melão	Chuvoso	Nasce de forma espontânea ou é cultivado em 50% das roças das famílias.
Sorgo	Chuvoso	20% das famílias
Mandioca	Chuvoso	50% das famílias

Geralmente, essas áreas se caracterizam por diferentes tipos de solos. De acordo o conhecimento tradicional, vários agricultores e agricultoras nomeiam algumas áreas, como capão, carrasco e veredas. Para seu Alípio, um agricultor de 74 anos, como já foi mencionado anteriormente, no capão existe um solo mole (uma areia preta misturada com barro). No carrasco, o solo é considerado como o mais impróprio para os diversos cultivos (muito utilizado para por gado devido a vegetação natural que se cria ou cultiva algum tipo de capim). Segundo os mais velhos é um solo fraco. Já na vereda o solo é muito duro, mas é agricultável. As pessoas experientes do quilombo sabem lidar com todos esses tipos de solos e conseguem cultivar a cultura que mais se adequa a cada um deles.

Quintais produtivos

Para além das áreas de sequeiro, é importante também dizer da importância dos quintais produtivos, pois **neles ocorrem uma interação do vegetal e do animal de forma diversificada**. Conseguem garantir não somente a subsistência da família, mas também geração de renda.

Esse espaço de produção, existente no quilombo, é um dos mais comuns e apropriado para as condições agricultáveis próximo às moradias. Cada quintal é uma realidade. Existe quintal com inovações no formato de “tecnológicas sociais”, quintal com diversas culturas se ampliando para a criação de vários animais.

Esse sistema se estende praticamente em todo o quilombo. Estabelece uma ligação direta com tudo o que se tem relacionado à produção e facilita o manejo conciliando assim com as atividades domésticas.

Em visita ao quintal de Dona Jandira, com mais dois jovens da comunidade interessados na pesquisa, foi possível observar a diversidade e refletir sobre a estabilidade que é ter uma unidade produtiva no quintal. O interessante é que este quintal é próximo a uma área de caatinga, onde se encontram várias roças, inclusive dos vizinhos da própria Jandira.

A água constitui a principal dificuldade enfrentada para manter o sistema de quintal. O quilombo não é abastecido com a água do Rio São Francisco. Sendo assim, já que a população cresce muito a cada ano que passa, e com o crescimento, algumas estruturas criadas para atender à necessidade da população, a exemplo de poços artesianos, já não comportam mais. Muitas famílias possuem caixa de captação de água da chuva, mas essa água é utilizada para consumo humano. No período chuvoso algumas famílias também usam estratégia de encher todas as caixas, baldes, etc. que possuem em casa para poder facilitar no período seco (sem chuva).

Figura 16: Estratégia de armazenamento de água para os animais.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Ainda pensando sobre a questão dos solos dos quintais produtivos. Eles variam de arenosos, argiloso a humoso. Consideram-se que os solos dessa região são muito férteis, além das áreas serem praticamente todas planas, facilitando assim o manuseio na agricultura.

Figura 17: Quintal de Dona Jandira.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Perfil de quintal: Dona Jandira

O quintal de Dona Jandira pode ser uma referência de como estão organizados grande parte dos quintais e quais estratégias se utilizam no período sem chuva. Se houver disponibilidade de água, ou a estratégia de reserva da mesma, os quintais estão o ano todo em pleno vapor de produção.

O quadro abaixo mostra o que se produz no quintal de dona Jandira, e como, nesse espaço, se estabelece uma relação entre criação de galinhas, frutíferas, plantio de mandioca, criação de suínos, área de pastagem para bovino, além de animais como cavalo e jegue.

Tabela 6: Síntese da articulação quintal/sequeiro para a produção de Dona Jandira

ESPAÇO DE PRODUÇÃO	CULTURA	ANIMAIS
Quintal	Manga	Galinha
Quintal	Seriguela	Suíno
Quintal	Coco	Bovino
Quintal/sequeiro	Mandioca	Cavalo
Quintal	Limão	Jumento
Quintal	Goiaba	Pastagem
Quintal	Acerola	
Quintal	Uva	
Quintal	Banana	
Quintal	Pinha	
Quintal	Laranja	
Quintal	Abóbora	
Sequeiro	Feijão/milho/melancia	

Por oportuno, lembramos que esse espaço, o quintal, entra como complemento do roçado da caatinga, e do roçado na vazante. A estratégia de Dona Jandira e família é cultivar nos três tipos de espaço, e com a articulação dos três, garantir a subsistência durante todo o ano, compondo assim seu sistema agroprodutivo. A tabela acima mostra a articulação entre quintal e sequeiro. Sendo que o quintal é um sistema que fica localizado também numa área de sequeiro. Porém, ela usa estratégias para manter durante todo o ano. Enquanto na área somente de sequeiro se cultiva apenas no período chuvoso. Ela utiliza de conhecimentos repassados pelos mais velhos e

falava com muita alegria do sistema que ela e família consegue reproduzir no intuito de garantir a sustentabilidade alimentar.

Figura 18: Dona Jandira cuidando das galinhas.



Valéria Pôrto (Outubro/2018)

Visitamos novamente o quintal de Dona Jandira em março de 2019, para verificar como estava o quintal após as chuvas. No percurso para chegar até a casa de Dona Jandira encontrei com dois jovens, estes se dispuseram a seguir comigo. E foi uma coisa boa ter acontecido, pois encontramos Dona Jandira na lida com a construção de uma casa de seu filho. Como era um pouco distante da casa dela, ela sugeriu que os meninos me acompanhassem na visita. E como foi interessante o percurso e as observações feitas no quintal em companhia dos dois jovens!

As plantas cresceram, o quintal estava mais verde, as manivas que ela havia plantando em outubro se desenvolveram. Havia mais animais no quintal e assim a agricultora segue acreditando na gestão de seus sistemas como base de sustento.

Figura 19: Nova visita ao quintal de Dona Jandira.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Produção de beira-rio e de vazante

A pessoas utilizam várias formas para conseguirem chegar até a beira do rio. É comum utilizarem motos. Mas também vão de cavalo, jegue ou carro. O que importa para o pessoal é chegar até lá e viabilizar o serviço (seja preparo de solo, plantio, colheita ou até mesmo pescaria).

Devemos diferenciar as roças mais distantes da lâmina de água, que são chamadas de roças de beira de rio, das roças de vazante, pois o termo vazante, assim como lameiro, se refere mesmo para áreas úmidas, e as extremamente úmidas conhecidas também como massapé.

Nesses terrenos, ocorre o cultivo assim que água do rio baixa. Meados de março de 2019, uma das agricultoras visitadas, Dona Raimunda, já havia plantado várias culturas. Não tem como definir de forma muito precisa um calendário, pois o mesmo é construindo a partir das condições de cada ano. O que a gente sabe é que o conhecimento carregado pelas agricultoras e agricultores faz com que todas essas pessoas consigam determinar como vão lidar com as condições que tem.

Na vazante se cultiva quase tudo. O mais interessante é a certeza de que de alguma forma ela dará retorno a quem estar cultivando. Essa é a sessão de famílias que praticamente moram lá afim de aproveitar ao máximo a fertilidade e tranquilidade de se ter um roçado na vazante.

Figura 20: Conversa com Dona Jandira e Dona Raimunda na vazante.



Rubens (Março/2019)

Perfis de vazante: Dona Raimunda, Dona Jandira e Dona Natalina

Nessa pesquisa de campo, visitei não somente a Dona Raimunda, mas também a Dona Jandira e Dona Natalina, que possuem suas rocinhas na beira rio, uma do lado da outra sem usar cercas. Elas mantêm uma forma de cultivo de forma autossustentável vivenciando diariamente uma relação de cumplicidade com o Rio e as riquezas que ele proporciona.

Figura 21: roçado de Raimunda na Beira do Rio.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Assim como Dona Raimunda, várias pessoas possuem esses pedacinhos de terra na margem do São Francisco. Quando ele enche muito a vem até próximo ao barraco de Dona Jandira. Seria o ângulo estimando de onde a foto foi tirada. Essa área de dona Raimunda, entre frente e fundo, não chega a ser um hectare, ou seja, é uma produção em pequena escala e de forma praticamente manual afim de garantir minimamente o sustento alimentar da família. Ela relatou que planta de tudo um pouco. Aí nesse pequeno pedaço ilustrado na fotografia, tem plantado: milho, melancia, abobora, melão, feijão, batata. Logo mais -no que se chamaria de fundo, pois fica no fundo do barraco- tem mandioca sendo cultivada.

Não parece, mas essa área está toda plantada. Dona Raimunda vai dividindo e construindo sua roça de forma bem diversificada. O detalhe é que tudo tem um sentido estratégico. Por exemplo, ela sabe o que vai cultivar no local mais úmido, no menos úmido e assim por diante. De fato, Dona Raimunda fala dos diferentes solos e como eles se adequam para cada cultura. Gosta muito do massapé, sendo este uma mistura de barro com areia, nessa parte ela cultiva batata.

Para ela, é uma riqueza poder trabalhar na vazante e ter depois o mantimento pra sustentar a família. Emprega práticas tradicionais no preparo do solo, não utiliza maquinário. Ela disse que usa um enxadão ou arado para abrir as covas. Depois semeia com uma máquina plantadeira muito utilizada ainda pelas famílias. Logo mais cresce um mato entre as fileiras das culturas. Sendo assim, Dona Raimunda segue fazendo a retirada do mato utilizando uma enxada, esse mato acaba se tornando uma cobertura morta.

Figura 22: lavoura de Dona Raimunda na vazante



Rubens Porto (Março/2019)

Devido a agrobiodiversidade existente dentro do território, é muito comum encontrar **diversas variedades de mandioca** no quilombo em questão, estas conhecidas pelos nomes populares mesmo: Castelão, Teixeira Aipinpão, Amarelinha, Joaquinha, miúda doce amarela. Fazendo uma ressalva que a castelão é mais para o preparo de farinha e já a Joaquinha é para mesa (consumo sem processamento).

Além da destocagem, preparo do solo, de manivas, da busca pela semente, no qual ainda se tem sementes crioulas dentro do próprio quilombo. Existe também uma expectativa se o ano vai ser bom ou não de chuva, se vai chegar na época certa de desenvolvimento da cultura. Se não vai tardar e assim fazer com que as agricultoras e agricultores percam a primeira planta.

Figura 23:Preparo de manivas para plantio na vazante.



Jandira (Outubro/2018)

Para viabilizar essa estratégia de diversificação dos espaços, fiquei analisando como essas mulheres se articulam entre as roças e a vida familiar no centro do território, onde estão os aglomerados de casas. São idas e voltas, afazeres e mais afazeres que demandam tempo, determinação e muita coragem para o desenrolar de tantas labutas dessas mulheres que acreditam na agricultura tradicional como o fundamento da existência sustentável.

Ilustramos abaixo como Dona Raimunda se organizou para poder ficar mais tempo na vazante, pois a distância para comunidade onde está sua residência não é tão perto. Na fotografia abaixo, tirada no pequeno barraco de taipa que construiu, aparece o fogão de lenha, um pouco de lenha armazenada, um jirau (local pra colocar coisas e lavar louça), um banquinho, no qual estou sentada. Tudo muito simples e rústico. Ela fala com entusiasmo do que plantou e de como se sente esperançosa de que terá uma boa colheita. Nesse mesmo dia, Dona Raimunda estava fazendo um puxadinho no barraco, afim de ter mais espaço para os filhos quando eles estiverem também no lameiro. Esses momentos nos trazem tantos elementos reflexivos de como dar visibilidade a esses sistemas, que se articulam entre roça e extrativismo.



Figura 24 - Conversa com Dona Raimunda (Rubens Pôrto, março de 2019).

Síntese do tipo de áreas encontradas no quilombo

Tabela 7: Tabela síntese área/solo/cultivos

Tipo de área	Tipo de solo		Principais características	Cultivos / espécies encontrados
	Nome popular	Descrição		
Sequeiro	Capão	Terra firme ou arenosa.	Solo mole (areia preta misturada com barro)	Frutíferas nativas, arbustos, animais.
Sequeiro	Carrasco	Terra firme.	Segundo os mais velhos é um solo fraco, impróprio para os diversos cultivos (muito utilizado pra por gado devido a vegetação natural ou cultivada capim)	Plantas nativas. Culturas perenes e anuais. Criação de animais de grande, médio e pequeno porte.
		Argiloso a humoso		
Sequeiro	Veredas	Solos hidromórficos	Solo duro, mas é agricultável	Arbustos, árvores, ervas, etc.
Sequeiro	Capão, Carrasco, Veredas		Podem compor área de "manga", coberto com mata, propícia para Extrativismo, criação de gado na solta	
Quintais produtivos	Varia entre capão, vereda e carrasco	Arenosos, argiloso a humoso	Considerados muito férteis. Áreas geralmente planas, adequadas para agricultura. Criação suína e aves	Frutíferas, culturas perenes e anuais. Criação de animais de grande, médio e pequeno porte.
Vazante	Vazante	Arenosos, argiloso a humoso	Solo úmido e fértil. Corresponde a uma grande área banhada pelo Rio São Francisco.	Cultivos diversificados (mandioca, batata, milho, abóbora, melancia, feijão, etc.) assim que suas águas baixam
Vazante	Massapé	Humoso	Mistura de barro com areia	Batata

Os animais dentro do sistema produtivo

Essa descrição sobre os sistemas também aponta para importância de pensar os animais, seja de pequeno, médio ou grande porte. E o destaque é que em todos os sistemas os animais estão inseridos. A visibilidade não é tão grande no presente trabalho, porque não é o foco.

Mas quando se fala no processo de territorialização desse lugar, o gado teve uma importância significativa, e mantém uma relação muito forte até os dias atuais com as áreas do espaço em questão. Por exemplo, existiam e ainda existem fazendas de criação de gado dos dois lados do território (esquerdo e direito). Mas diretamente relacionado com nosso propósito, podemos mencionar que os locais onde se tem mais umbuzeiros, e antes também muita produção de maracujá, são áreas que até hoje se criam bovinos. Pode se levantar a hipótese da criação do gado ser um fator determinante na diminuição do maracujá. Porém, não é algo que sai na fala das pessoas. Para, além disso, historicamente se criou o gado, sendo esse manejo realizado a partir das condições existentes. O gado faz parte da territorialização do semiárido. E os criadores (as), desenvolveram meios para manter adaptabilidades no processo de manejo das raças próprias da região.

Podemos também destacar as áreas tidas como “manga”, na caatinga, utilizadas para criação de gado à solta. Também o lugar do extrativismo. Nessa mata é possível encontrar algumas arvores cuja casca é utilizada como medicinal, é o caso da Imburana (*Commiphora leptophloeos*). Ela é uma árvore nativa da Caatinga, sendo muito fácil de ser encontrada no quilombo.

Figura 25: Vegetação da manga.



Valéria Pôrto (Março/2019)

Grande parte da carne fornecida nos açougues que existem dentro do quilombo é praticamente proveniente do gado do próprio quilombo. Aqui se cria para corte, para leite, para venda, sem contar que é um dos setores que cresce e aquece a economia local. Como todos são pequenos produtores, alguns tiram o leite e já beneficiam, fazendo doce, queijos, requeijão e vendendo dentro do próprio quilombo.

Os demais animais estão também inseridos nos sistemas. Algumas famílias criam cabras. Já o suíno e a galinha estão presentes praticamente em todos os quintais produtivos.

Com relação aos processos diversos que podem ocorrer nas comunidades, podemos trazer para essa discussão a autora Bertha Becker (2010), que fala dos processos de transformações dos territórios e da necessidade de se pensar as questões conflitantes inseridas na territorialidade e na gestão do território. Assim, o gado fazendo parte da historicidade e pensando os moldes atuais ele é estrategicamente sustentável dentro do processo de gestão do referido quilombo. Muitas das vezes nossos sistemas são apontados como falidos e ultrapassados. No entanto, não se para, para pensar nas adversidades que as comunidades passam. Nem sempre a política pública chega, nem sempre as condições de acesso a água são totalmente favoráveis.

Figura 26: umbuzeiro dentro de roçados.



Juliel (Março/2019)

2.3 O que é um sistema agroextrativista em Pau d'Arco e Parateca?

Evidenciar os sistemas produtivos quilombolas traz o desafio de pensar moldes próprios com os quais esse povo se organizou historicamente em prol da sua sobrevivência através dos roçados, baseados em saberes empíricos trazidos de África, reproduzidos e adequados em situação de insegurança e sobrevivência (Gomes, 2015).

Nessa perspectiva, entendo os nossos sistemas produtivos como: conhecimentos empíricos repassados às gerações, que envolve historicidade, técnicas empíricas e garante a sustentabilidade familiar e local.

Esse entendimento associa o conceito de sistemas produtivos com a noção de “saberes tradicionais” e, portanto de cadeia-base. Compreendo que os saberes tradicionais trazem elementos que formam agrupamentos de informações, que por sua vez são repassados através da oralidade às gerações presentes e futuras, isso ocorre geralmente de forma oral e comunitária. É preciso entender que a nossa biodiversidade representa não somente o trabalho das comunidades, mas sim constituem parte da sua cultura, suas práticas, seus costumes, seus valores e a vida como todo. Outra coisa, é fomentar a ideia de que o saber tradicional também é ciência e o que chamam hoje de ciência, muito depende dos saberes ancestrais em seu processo de estruturação.

Isto dialoga com o texto de Carneiro da Cunha (2007) que, ao explorar as relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico, aborda a importância dos saberes tradicionais para agronomia. E por mais que hoje se utilizam bastante o saber tradicional no sentido de potencializar a farmacologia, o grande significado do aporte da ciência tradicional vai para agricultura e em particular no que se refere aos defensivos naturais e variedades de espécies cultivadas.

De forma específica, mostramos que os sistemas produtivos quilombolas se caracterizam pela sua diversidade, pela complementariedade entre atividades e espaços, caracterizando assim sistemas agroextrativistas.

Nogueira e Fleischer (2005), apontam para as características, valores e significados que compõem a categoria “agroextrativismo”. Este termo é destacado por organizações interessadas em potencializar sistemas diretamente ligados a

conexões, novos moldes e possibilidades que possam garantir sustentabilidade, renda e conservação ambiental. Pensando nas comunidades tradicionais do Brasil, já é possível apontar inúmeras organizações sociais que estão inovando nos seus territórios numa perspectiva sustentável com base no agroextrativismo.

Antes tido como uma forma “primitiva” ou “atrasada” de exploração econômica dos recursos naturais, o agroextrativismo tem sido crescentemente valorizado e estimulado por atores governamentais e não governamentais em promover alternativas de uso sustentável e conservação ambiental (NOGUEIRA E FLEISCHER, 2005).

É importante pensar toda a interação que acontece nos sistemas de base comunitária e como o extrativismo se insere nesse processo, porém, as vezes fica até mesmo invisível. Nas comunidades quilombolas é característico encontrar uma diversidade de sistemas, envolvendo o agroextrativismo e toda uma desenvoltura direcionada aos aspectos típicos da agricultura familiar.

As questões trazidas neste capítulo dialogam com o trabalho do Rubem Almeida (2019), colega do MESPT, quando ele fala do sistema tradicional, lá em Berizal, Norte de Minas, e pontua de forma relevante a importância do maracujá do mato na comunidade dele.

As áreas de solta de gado, são as mesmas áreas utilizadas para o extrativismo. Trata-se das áreas de chapada, tabuleiro, boqueirão e brejos. Nesses espaços são coletados lenha, madeira, plantas medicinais, frutas nativas (maracujá do mato, umbu, coco licuri, araticum, cagaita, rufão...). Portanto há uma relação de concorrência espacial entre a criação de gado e o extrativismo, nem sempre bem vista pelos ambientalistas, pois o gado pisoteia e come estas plantas, gramíneas e arbustos (Rubem de Almeida, 2019).

Existe essa semelhança nas relações de espaço e até mesmo vegetal. Outra coisa a se considerar é que o município de Malhada faz divisa com o Norte de Minas Gerais, sendo assim, é normal essa relação com questões direcionadas ao gado e a aproximação da vegetação Caatinga /Cerrado, pois no quilombo existe uma transição desses dois biomas, mas a predominância é caatinga.

Nesse contexto, é interessante aproximar estas práticas do conceito de biointeração que o quilombola Antônio Bispo traz (Santos, 2015). Ele potencializa de forma minuciosa as relações existenciais de manutenção e reprodução dos saberes e fazeres que envolvem desde a roça ao pensar político social.

Consideramos também pertinente trazer aqui o termo de “reenvolvimento comunitário”, desenvolvido por mim em um trabalho de conclusão de uma especialização em Inovação Social (SANTOS, 2017). Utilizo esse termo para descrever atividades agroecológicas desenvolvidas por dois grupos produtivos de mulheres. Elas buscam em meio às adversidades se reenvolverem em busca de políticas públicas e reconhecimento enquanto grupos que contribuem diretamente nos processos sócio-políticos do quilombo. E mediante ao cenário caótico em que se encontra o Brasil, momento este de perda de direitos, conquistas históricas sendo desmontadas, pensamos que a biointeração, o reenvolvimento, bem como o reinventar, são ferramentas de luta importante para garantia e sustentação de nossas organizações territoriais quilombolas. Pois, estratégias de sobrevivência historicamente se criaram nesses espaços e são justamente elas que nos garantem até os dias atuais.

Assim, mostramos que o conceito de sistemas agroextrativistas dialoga de forma próxima com as noções de território e gestão territorial. Para essa reflexão, nos chama atenção Gomes (2015), quando fala do campesinato negro no Brasil. Ele consegue trazer a abordagem dos sistemas das roças e como isso foi marcando profundamente as vidas escravas. Mas ressalta dizendo que todo esse processo foi construindo políticas de domínio e as sociabilidades do trabalho.

Entender essas transformações como uma forma de empoderamento do campesinato negro, já naquela época, nos encaminha para a concepção do que realmente estabelece os pilares dos sistemas produtivos quilombolas. O mesmo está calçado na luta pelo território e autonomia a partir da própria organização trabalhista. O que nos leva a entender o entrelaçar da gestão territorial baseada no sistema produtivo.

Mediante o cultivo de roças próprias e a comercialização dos excedentes, as pessoas escravizadas procuravam organizar uma rede mercantil articulada no âmbito das propriedades em que trabalhavam. Tais redes podiam ser estendidas para além dos limites sociais e espaciais das fazendas. Cativos de proprietários diferentes permutavam e negociavam os produtos de suas roças, com o reconhecimento de seus senhores. Em torno dessas roças, os escravizados reelaboravam modos de vida

autônomos e alternativos, forjando experiências profundas que marcaram o período da pós – emancipação (GOMES, 2015).

Esse período mencionado acima tem muito a nos ensinar, pois ao pensar os sistemas produtivos atuais, pensamos a ressignificação e reelaboração das unidades produtivas a partir de seu processo territorial. Que, mesmo tendo sido induzido de forma predadora, ainda emergem meios, caminhos e elementos propícios ao desenvolvimento e empoderamento comunitário. Para isso, podemos pensar também como a garantia das terras (títulos) na contemporaneidade tem a ver com essa discussão de gestão e produção. Pois é a busca pela dita emancipação a partir da simbologia territorial que aflora os sentimentos de pertença ancestral.

Na perspectiva da sustentabilidade

É estratégico pensar no modelo tradicional associado aos aspectos agroecológicos, termo muito usado hoje para potencializar o discurso dos projetos voltados para agricultura familiar, pois a agroecologia é defendida como algo inovador. Eu defendo que nós, povos e comunidades tradicionais já fazemos agroecologia há muito tempo. As nomenclaturas utilizadas podem camuflar fazeres e saberes nos quais vem garantido gerações e gerações.

As dificuldades enfrentadas pelas famílias perpassam todas essas questões citadas anteriormente. É impossível pensar em sistemas num quilombo, sem falar de práticas empíricas, de organização ancestral e territorial.

Por exemplo, a tecnologia social chega de forma revolucionária, quando por exemplo as cisternas de captação de água da chuva chegam no semiárido, ajudando as famílias a reservar água para o consumo humano durante o decorrer do ano. Quando as cisternas de calçadão chegam pra ajudar a produzir. Enfim, são tecnologias sociais que chegaram e proporcionaram melhorias. Mas a população aumenta e as vezes tudo isso não chega em todos os territórios necessitados, ou não comportam a demanda exigida pela quantidade de famílias em determinado território.

Muita gente costuma chamar a terra de mãe terra. Isso porque consegue compreender a riqueza contida na manutenção da vida a partir de um chão, chão este que produz de forma nativa e não nativa. A terra nunca deveria ser mercadoria ou

produto de enriquecimento para alguns que a utilizam de forma expropriada para construir montantes de riquezas. Lembrando que essa riqueza na maioria das vezes custa o sangue, a vida de quem sempre viveu e de fato protegeu a terra.

CAPITULO 3 - AMANHÃ

GESTÃO TERRITORIAL E A SUSTENTABILIDADE DE UM QUILOMBO: MUDANÇAS, ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO, RESSIGNIFICAÇÕES.

Esse capítulo evidencia de forma muito pontuada como as agricultoras e agricultores do quilombo Pau D'arco vem se planejando estrategicamente para lidar com as adversidades e continuar garantindo a sustentabilidade de suas famílias. Para compreender de forma mais reflexiva, segue o debate trazendo algumas dificuldades reais quais as estratégias utilizadas por pessoas participantes do grupo estratégico da pesquisa. Essas possibilidades se adequam às necessidades de cada um para obter os resultados almejados em suas produções.

Esse trabalho visa também apontar perspectivas futuras que estabeleçam uma relação positiva a partir das bases existenciais do passado, presente e direcionando para o futuro. O debate acerca da sustentabilidade traz elementos primordiais para se construir propostas calçadas em estratégias inovadoras que podem ser consideradas em vários aspectos.

O importante a se destacar aqui é que para todas as dificuldades que surgem, as pessoas dão um jeito de resolver e seguir o curso natural da vida. Esse vai moldando a depender das pessoas e das condições no qual está disposta a enfrentar. Sendo assim, também é válido destacar que essas condições também referentes à distância fizeram com que várias pessoas construíssem barracos lá na beira do rio, afim de estarem acompanhando de perto o desenvolvimento da lavoura.

Outra coisa que é importante ficar registrado, é que existe produção dentro do quilombo com finalidade comercial. Algumas famílias estão investido em pequenas áreas irrigadas para produção de melancia, milho, entre outras culturas. Ressalto também que o referido quilombo já foi um grande produtor de feijão, esse era cultivado especificadamente na época chuvosa. Geralmente, após a colheita, as famílias recebiam a visita do atravessador que comprava as sacas de feijão. Ao destacar essa questão da produção de feijão, evidencio o potencial do quilombo para produção

destinada ao mercado. Não trago de forma muito enfática no presente trabalho porque não é o foco desta pesquisa. Mas que fique o apontamento das possibilidades existentes relacionadas aos sistemas e suas dinâmicas ao longo do tempo.

3.1 Mudança do tempo e das águas

Pluviosidade

Para conferir como se deu o período chuvoso, tentamos obter dados referentes aos milímetros chovidos dentro de alguns meses no território. Dessa forma, verificamos a Instalação de um pluviômetro na roça de seu Zé, o que nos permitiu mensurar a pluviosidade na comunidade entre outubro de 2018 e março de 2019. A figura abaixo mostra o coletor no qual foi retirado as amostras apresentadas abaixo.

Figura 27: Pluviômetro da roça de seu Zé da Vila.



Valéria Pôrto (Março/2019)

A tabela abaixo apresenta os dados coletados em campo:

Tabela 8: Pluviosidade na comunidade (out. 2018 a mar. 2019)

Mês	Quantidade	Local	Ano
Outubro 2018	46mm	Território	2018
Novembro 2018	170mm	Território	2018
Dezembro 2018	200mm	Território	2018
Janeiro 2019	20mm	Território	2019
Fevereiro 2019	150mm	Território	2019
Março 2019	36mm	Território	2019
Todos	622mm	Território	2018/2019

Fonte: trabalho de campo, autora. Dados coletados em 2018-2019

As informações acima são referentes a quantidade de chuva, esta é considerada relevante, mas o agricultor (a) relatou nas visitas ocorridas em campo que a mesma faltou em um período importante para o desenvolvimento da cultura. A questão é que choveu bastante em dezembro e já em fevereiro bem menos. Porém, apesar dos 200 mm chovidos em dezembro, foi todo em um só período, o que não é suficiente para manter um bom equilíbrio das culturas da época. As variações ocorridas no período chuvoso nessa região, é algo bastante observado pelos agricultores e agricultoras. Em alguns casos, os agricultores (as) deixaram para plantar depois das chuvas ocorridas em dezembro, mas não houve a chuva esperada depois deste período: foi pouca ou só foi chover novamente em janeiro. Todas essas possibilidades são hipóteses. Esses fenômenos são chamados pelo povo da comunidade de mudança do tempo. Alguns falam que o tempo mudou e que não é mais possível saber a época certa para plantio. Também relatam que antigamente se perdia lavoura por excesso de chuva e já hoje se perde por falta de chuva, ou porque chove num período passado ao desenvolvimento da cultura.

Refletindo sobre todas essas questões, é muito fácil compreender que todas essas questões impactantes têm muito de como o agronegócio tem feito grandes investidas em torno das comunidades tradicionais. A comunidade do seu jeito também consegue fazer esse tipo de análise, contribuindo assim na busca por respostas e soluções do poder público das diversas esferas.

A perturbação nas chuvas foi evidenciada na visita da roça de milho de seu Zé, na beira do rio, onde foi possível verificar a perda: o milho não conseguiu desenvolver totalmente, pois as espigas não formaram grãos em todos os pés. Na fala do casal de agricultores, apesar de não conseguir uma colheita satisfatória, era possível aproveitar o que restou, para alimentar os animais.

Figura 28: Colheita de milho na roça de seu Zé.



Joaquim (Março/2019)

Devido à incerteza do período chuvoso, as vezes as famílias já ficam na expectativa pensando qual seria a estratégia caso as primeiras chuvadas não sejam suficientes para vingar a primeira planta. E dessa forma, muitos arriscam uma segunda planta, caso percam a primeira e depois ocorra chuva suficiente para garantir uma segunda tentativa de plantio e colheita.

Por exemplo, enquanto se preparava para as chuvas de final de 2018 para 2019, dona Jandira também colhia mantimentos da planta anterior na vazante em locais bastante úmido, pois em outubro o sol está muito quente no interior da Bahia e nem sempre as culturas resistem, se não tiverem em local úmido como na vazante ou sendo cultivados em sistemas de irrigação no caso dos solos secos.

Figura 29: Plantio de abobora na vazante.



Jandira, (Outubro/2018)

Vazão do rio

Antigamente os mais velhos/velhas do quilombo, apreciavam o reinar de muitas garças, mergulhões e pato d'água. Atualmente, é uma raridade ver algo do tipo. Isso tudo tem a ver com o processo de mudança climática, a indução dos grandes pacotes tecnológicos (agrotóxicos), a chegada de muitos produtos da grande indústria, e fatores provocados também por conta de uma série de alterações globais.

Hoje, a lagoa do Pau D'arco se encontra totalmente seca. É possível atravessar andando de um lado para o outro. Barrancos descidos, rasa, ou seja, sem condições de segurar a água apenas em seu curso normal. Os córregos que ajudam no escoamento da água do Rio São Francisco até a lagoa estão precisando de uma recuperação. As margens necessitam passar por um processo de reflorestamento, pois as espécies nativas que ainda permanecem em um lado da margem são: Canudo (muito canudo), Algodão de seda, fedegoso, entre outras. Já do outro lado da margem é possível encontrar espécies arbóreas, como: Mari, Moquém, juazeiros, quixabeiras, entre outras.

Quando aparece a questão do Rio São Francisco e apontamos que sua vazão já há um bom tempo não é suficiente para escoar até as lagoas do território em questão, aponta para uma problemática que gera inúmeros entraves, levando assim, as famílias a buscarem alternativas viáveis para manter algumas atividades. Por exemplo a atividade da pesca acaba se tornando distante, pois as lagoas que estão próximas ao aglomerado de casas não são abastecidas pelo Rio. Mas com tudo isso as pessoas vão pescar nas lagoas mais distantes tendo em vista que é uma das atividades de subsistência do quilombo.

Assim segue as reflexões de como vão se dando as estratégias em meio as costuras que tornam fazeres ancestralmente arraigados em um quilombo em práticas e até mesmo técnicas passíveis de inovações no século XXI, em meio ao turbilhão de investidas destinadas a retirada de direitos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil.

O quilombo no qual aconteceu essa pesquisa se trata de um quilombo no interior da Bahia, um estado onde muito se investiu em assistência técnica e projetos direcionados a agricultura familiar, com grande ênfase na agroecologia. Contudo isso, no momento este não está recebendo assistência técnica rural (ATER). Ou seja, as famílias realmente produzem por conta própria e mesmo com todo um arcabouço oral e prático formado de conhecimentos e saberes ancestrais, elas também precisam de orientações técnicas.

Algo importante a se destacar aqui também é como foi se dando a estrutura territorial dos espaços em que se trabalham. Pois dependendo do período, o acesso alguns espaços de produção individual ou coletiva acaba se tornando difícil. Por exemplo para seguir sentido à beira do rio, no período chuvoso, é complicado o acesso de carro e de moto. Geralmente as pessoas acabam indo de cavalo ou jegue.

Figura 30: Dona Jandira encontrando dificuldades pra chegar na vazante.



Valéria Pôrto (2019)

3.2 Controle alternativo de pragas

A questão dos insetos invasores é algo recorrente na lavoura das pessoas que fazem parte do grupo estratégico. Vamos trazer essa questão na perspectiva das estratégias, na medida em que tem um número considerável de pessoas que utilizam preparados naturais no controle alternativo de pragas. Apontaremos para culturas, principais ataques de insetos e os produtos utilizados estrategicamente para o controle.

Os dados apresentados na seção abaixo foram coletados pela autora no âmbito de sua pesquisa de campo para realização de trabalho de conclusão da graduação em agronomia, na Universidade do Estado da Bahia, através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Aponta para questões que fazem parte diretamente do sistema agroextrativista do quilombo e caiu estrategicamente viável para os dias atuais em que se luta tanto contra o uso de agrotóxico no Brasil.

É importante ressaltar que os dados mostram pouquíssimas mudanças de 2012/2013 para 2019. Outra coisa é que um dos participantes do grupo chave também estava nessa pesquisa realizada anteriormente.

Assim a pesquisa evidenciou que o controle alternativo de pragas é uma das mais antigas práticas utilizadas por esse grupo, que encontrou nos recursos naturais em suas propriedades a solução para os insetos que começaram a atacar as lavouras. Por muito tempo houve a predominância prioritária dessa prática, que foi quase que exclusiva totalmente, devido ao uso dos químicos em toda a região. Isso mostra o quanto é importante uma discussão em torno desse eixo da produção agrícola nas comunidades tradicionais. Tendo em vista o histórico dessa população e a diversidade sociocultural que a mesma possui (Santos, 2013).

Dentre os cultivos expostos pelas famílias o feijão é a planta mais prejudicada, principalmente por ação de pulgões.

Tabela 9: Principais culturas, e incidência de pragas

Culturas	Nome científico	Pragas	Nome científico
Abóbora	<i>Cucúrbita moschata</i>	Cigarrinha	<i>Empoasca kraemeri</i>
Feijão	<i>Phaseolus vulgares</i>	Lagarta rosca	<i>Agrotis ipsilon</i>
Hortaliças		Lagarta do cartucho	<i>Spodoptera frugiperda</i>
Milho	<i>Lea mays</i>	Lagarta medideira	<i>Pseudoplusia includens</i>
Melancia	<i>Citrulluslanatus</i>	Mosca branca	<i>Bemisia tabaci</i>
Mandioca	<i>Manihotesculenta</i>	Pulgão	<i>Metopolophium dirhodum</i>
Melão	<i>Cucumis meloL</i>	Vaquinha	<i>Diabrotica speciosa</i>

Fonte: Santos, 2013. Coleta de dados 2012/2013.

Todos os controles que foram citados pelos entrevistados, são utilizados praticamente para mais de um inseto (praga). Também é aplicado mais de uma vez: caso não resolva na primeira aplicação a segunda acontece após oito dias ou quinze dias. Cada produtor faz o preparado com sua própria formulação, isso significa a existência de vários produtos no território.

Tabela 10: Tipos de controle alternativos utilizados nos cultivos.

Controle alternativo	Principal aplicação	Frequência de aplicação
-----------------------------	----------------------------	--------------------------------

Água de casca de árvore	Várias pragas	Semanal ou quinzenal
Água de mandioca (Manipoeira)	Várias pragas	Semanal ou quinzenal
Extratos vegetais	Várias pragas	Semanal ou quinzenal
Urina de vaca	Várias pragas	Semanal ou quinzenal

Fonte: Santos, 2013. Coleta de dados 2012/2013.

Dos controles alternativos utilizados, o mais citado em todas as entrevistas foi a casca da peroba⁶. Outro produto bem utilizado é a manipoeira, resultante do processo de prensagem da mandioca para fabricação artesanal de farinha.

Já os extratos utilizados são extraídos de plantas como nim (*Azadirachta indica*) e São Caetano (*Momordica charantia*), entre outros. As plantas a serem utilizadas são escolhidas com base em observações: a planta que não apresenta problemas por ataques de pragas é considerada “remédios”, ou seja, pode ser aproveitada na lavoura para controlar tais insetos.

É conveniente ressaltar a importância dessas observações, pois mesmo não sendo comprovados cientificamente, na maioria das vezes os produtores realizam testes para verificar se a planta realmente tem efeito repelente. Praticamente todos os produtos são encontrados dentro da propriedade, o que possibilita ao produtor fazer o controle com menor custo, e segundo os mesmos, evita possíveis problemas à saúde humana e ao meio ambiente, o que a torna uma alternativa viável, sobretudo economicamente.

Tabela 11: Plantas utilizadas como repelentes, ou na forma de extratos para o controle alternativo de pragas dos cultivos, levantamento realizado em julho de 2012 e janeiro de 2013.

Nome popular	Nome científico	Parte utilizada	Forma de aplicação	Principal aplicação
Angico	<i>Anadenanthera Colubrina</i>	Casca	Pulverização via foliar	Várias pragas
Babosa	<i>Aloe arborescens</i>	Folha	Pulverização via foliar	Lagarta e pulgão

⁶ Trata-se de uma árvore encontrada em vários lugares no território, de grande porte com 20 a 30 m de altura, pouco copada, muito esguia, com tronco de 60 a 90 cm de diâmetro, com casca rugosa acinzentada, com tecido protetor, de espessura variável e profundamente sulcada longitudinalmente coloração vermelho-rosada, uniforme ou com manchas escuras, pesada e muito durável.

Cebola	<i>Allium cepa</i>	Folha	Pulverização via foliar	Pulgão e lagartinha
Jurema Preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>	Casca	Pulverização via foliar	Pulgão, mosca branca, lagarta
Mamona	<i>Ricinus communis</i>	Semente	Pulverização via foliar	Pulgão
Nim	<i>Azadirachta indica</i>	Planta folha	Pulverização via foliar	Qualquer praga
Peroba	<i>Aspidosperma polyneuron</i>	Casca	Pulverização via foliar	Várias pragas
Pereiro	<i>Aspidosperma Pyrifolium</i>	Casca	Pulverização via foliar	Várias pragas
Pimenta	<i>Capsicum spp</i>	Fruto	Pulverização via foliar	Pulgão e formiga
São caetano	<i>Momordicacharantia</i>	Folhas	Pulverização via foliar	Lagarta e pulgão

Fonte: Santos, 2013. Coleta de dados 2012/2013.

Na abordagem foi constatado que muitos produtores fazem os preparados (defensivos naturais utilizados no controle de pragas) sem uma formulação padrão.

Todas as plantas citadas são combinadas a outros produtos, entre outros: fumo, sabão, manipoeira ou mesmo extratos de outras plantas. Verificou-se que, alguns produtores (as) usam extratos naturais, mas, também acrescentam produtos químicos, a exemplo da creolina. Isso faz com que deixe de ser orgânico, além de torna-los mais onerosos, devido emprego de componentes externos.

Além disso, no desenvolvimento do trabalho foi constatado que no território quilombola Pau D'arco e Parateca são empregados tanto uso de produtos químicos, quanto naturais: 71% dos produtores utilizam as duas formas de controle (químico e natural), 26% natural e 3% não utilizam controle. Não foi constatada a utilização de produtos químicos como única forma de controle (Santos, 2013).

Os resultados desse trabalho são semelhantes aos encontrados por Costa e Silva (2011), nas comunidades Quilombola Moça Santa e Coqueiro Campo, no município de Minas Nova-MG, onde os autores identificaram a utilização de diversas receitas de defensivos agroecológicos, muitas vezes com ingredientes que cultivam em suas terras.

Ao contrário, Resultados diferentes foram encontrados por Brito *et al* (2009), que constataram que nas Comunidades Quilombolas do Território da Região de Vitória da Conquista-BA, 69 % dos participantes não utilizam nenhum tipo de defensivo. Por sua vez, Pinheiro *et al* (2011), estudando problemas e as potencialidades da comunidade Remanescente de Quilombo Serra do Abreu, verificaram que os Quilombolas dessa localidade desconhecem práticas ecológicas para controle de pragas e doenças em plantas, porém expressam interesse em conhece-las.

Para Gondra e Andrade, (2007) *apud* Souza *et al* (2010) as rápidas mudanças sociais e os processos de aculturação econômica e cultural afetam fortemente o conhecimento local sobre o uso dos recursos naturais. Assim surgem as irregularidades ambientais, tornando-se mais difícil a convivência com a natureza e a utilização dos recursos naturais de forma adequada. Para esses autores, problemas decorrentes da perda cultural são irreversíveis, e as possibilidades de desenvolver sustentavelmente numa região com base na experiência local são reduzidas. Portanto, faz-se necessário o intercâmbio de informações entre a comunidade científica e a comunidade tradicional a fim de contribuir para promover a sustentabilidade e o resgate do conhecimento tradicional.

3.3 Seu Alípio: agricultor experimentador

Um dos participantes do grupo estratégico foi seu Alípio. Ele desenvolve de forma muito criativa e experimentadora os sistemas deles. Certa vez seu Alípio recebeu umas manivas de um pessoal que estava prestando assistência técnica ao quilombo, isso por volta de 2008 a 2009, ele teve um cuidado de escolher uma área apropriada para o plantio da mandioca e plantar as manivas. Logo após o tempo de desenvolvimento, ele fez colheita, em seguida o processo para obtenção da farinha.

O que chamou atenção é que nessa época a equipe já não estava mais assistindo a comunidade pois o projeto havia encerrado. Na época, eu cursava agronomia e acompanhava a equipe, então, ele fez questão de me chamar e fazer o relato de como aquela variedade se desempenhou e sobretudo a qualidade da farinha extraída da mesma. Além de tudo isso, ele me entregou alguns quilos da farinha para que pudesse entregar a técnica que o tinha passado a maniva. Nesse processo todo,

ele chegou à conclusão de que aquela maniva não era tão adequada para a fabricação de farinha.

Contar esse fato foi para posicionar seu Alípio na pesquisa como um **agricultor experimentador**.

As visitas realizadas com seu Alípio, teve como finalidade compreender como seu Alípio organiza as estratégias para produzir em seus diversos espaços. Além de conseguir manter um quintal muito produtivo, seu Alípio também planta na roça da caatinga e na vazante. Perceba que ele consegue se organizar de forma que de acordo as mudanças que ocorrem ele possa restabelecer seus fazeres agrícolas em seus diversos moldes.

Ele mostrou como vai conseguindo manejar água para conseguir manter uma pequena irrigação. Conta que já abriu juntamente com o grupo familiar dois poços artesianos. Mas um a vazão não é boa e o outro ainda não foi instalado a energia elétrica para que possa funcionar. Ele diz que tem consciência de que não pode utilizar água do poço público que abastece o quilombo para irrigar planta. Sendo ele busca meios próprios, juntamente com seus familiares no intuito de cultivar o ano todo. No quintal de seu Alípio, próxima à sua casa, encontra – se uma diversidade de plantios. Desde frutíferas, pastagem a criação de pequenos animais. Seu Alípio estrategicamente planta Capim elefante, mais conhecido como anapier, para conseguir alimentar o gado na época mais seca. O capim fica ao lado do plantio de mandioca. Na verdade, é uma área que ele separou no quintal de casa. Ele utiliza a pouca água alternando através do sistema de irrigação para diversas culturas.

Mesmo com tantas críticas feita aos pacotes tecnológicos, é possível perceber que as comunidades conseguem aproveitá-los de forma ressignificativa. Isso evidencia a capacidade e dinâmica de inovação por parte dos agricultores e agricultoras. Mas para além desses apontamentos, também é possível observar a grade produção de conhecimento proveniente desse processo de ressignificação construída por um povo .

Figura 31: Se Alípio mostrado a diversidade de seu quintal.



Valéria Pôrto (2019)

Para esse agricultor, a roça é o sistema que vive nele. Mesmo aposentado ele não deixa de cultivar no quintal e plantar todo ano, no período chuvoso. Mas esse ano

especificadamente lamentou muito. Pois em uma área depois de seu quintal, ele plantou um milho, confiante no desenvolvimento desse cultivo a partir da água das chuvas, mas ele relatou que a chuva chegou um pouco tardia e o milho não vingou. Assim como também relatou sobre a roça da caatinga, no qual mostrarei mais à frente.

Os sistemas existentes no quilombo as vezes se confluem, trazendo para as famílias inúmeras possibilidades de sustento. No quintal de seu Alípio ele mostra com muito entusiasmo tudo que ele cultiva. A mandioca e suas variedades se adaptam aos cuidados desenvolvidos por ele. O feijão catador está sendo irrigado por um sistema de gotejo montado por ele mesmo e assim segue fazendo o mesmo com a mandioca. O capim elefante, conhecido como Anapier, como mencionado anteriormente é para ajudar na alimentação animal no período mais crítico. Podemos pontuar essas ações como estratégias.

Figura 32: plantio de mandioca de seu Alípio no quintal.



Silene (Março/ 2019)

Sendo o agricultor que é, conta com pesar a perda do milho. Mas por outro lado ele se alegra pelo o que consegue manter seu sistema de quintal e como tudo que é produzido contribuiu diretamente para a sustentabilidade dele, dos filhos e netos. Esse

senhor possui uma família grande dentro do território, na qual é muito conhecida sobretudo por esse perfil de agricultor familiar.

Ele falou de forma enfática sobre a casa de farinha e sua utilidade dentro do quilombo. A casa já existe há mais de 30 anos. Porém, tem ficado parada, pois não existe mais a mesma demanda de fabricação de farinha de antes. Ele lamenta e conta que o tempo mudou. Não é possível produzir com as mesmas condições de antes. Ele conta que antes as chuvas eram regulares e que era possível plantar e aguardar pela colheita. Assim como o próprio o custo de produção era praticamente zero. Hoje, de uma forma ou de outra já se utiliza alguns insumos externos, por exemplo, a irrigação.

Logo após esse momento em seu quintal, seguimos para uma roça localizada depois da estrada principal que corta o quilombo, dividindo as casas da beira da lagoa das casas da beira da caatinga. Para ele, o milho e o feijão plantados na época chuvosa, não teve uma produção satisfatória. Segundo ele, faltou chuva no período correto. Mas mesmo assim foi possível encontrar algumas vagens de feijão, coquinhos de melancia (melancia pequena). E muito maxixe espalhado pela roça.

Mesmo seu Alípio já estando com seus 74 anos, ele conta de como ainda se encanta com a agricultura local. Se mostra aberto aos novos processos de resignificação a partir de novos conhecimentos e adaptações viáveis introduzidas com inovação tecnológica social.

É muito instigante ver as roças quilombolas e perceber que processo indutivos ou impositivos dos grandes pacotes tecnológicos, não afetou os nossos modelos de roças tradicionais diversificadas. As roças são todas consorciadas, ou seja, dificilmente se implantaria um modelo monocultor, de apenas uma cultura prevalecer, como geradora de renda e sustento familiar. Esse dia mostrado nas imagens foi um momento rico e prazeroso da pesquisa, pois pude compreender num grau mais elevado o papel enquanto pesquisadora de meu povo. E essas evidências devem chegar através de nossos escritos e nossas falas nos espaços acadêmicos reforçando

assim o chamado de o estado que se comprometa em executar políticas públicas direcionadas ao agricultor (a) tradicional.

Figura 33: Percurso comentado e colheita.



Valéria Pôrto (Março/2019)

3.4 Apontamentos para a sustentabilidade

O que é desenvolvimento sustentável?

Segundo Ferrari (2018), o termo desenvolvimento sustentável surgiu na Conferência Mundial do Meio Ambiente, a qual foi realizada em Estocolmo, no ano de 1972. Sendo que, esse termo também foi citado em outras Conferências e Tratados sobre Meio Ambiente que sucederam Estocolmo. A ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, se atentou em garantir uma atenção ao termo, citando-o em onze dos vinte e sete princípios elaborados, intitulando-o como princípio. A Constituição Federal contempla o princípio do Desenvolvimento Sustentável em seu artigo 225,

especialmente quando nos diz: "... o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Em sua palestra sobre o princípio do desenvolvimento sustentável, Ferrari fala que a conceituação mais usada e aceita sobre Desenvolvimento Sustentável foi elaborada em 1987, pela então Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, no relatório Nosso Futuro Comum. A referida autora lembra a definição básica do Desenvolvimento Sustentável, como "aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades". Já Fiorillo (2009), conceitua da seguinte maneira o princípio do Desenvolvimento Sustentável:

O princípio do sustentável tem por conteúdo a manutenção das bases vitais da produção e desenvolvimento reprodução do homem e de suas atividades, garantindo igualmente uma relação satisfatória entre os homens e destes com o seu ambiente, para que as futuras gerações também tenham oportunidade de desfrutar os mesmos recursos que temos hoje à nossa disposição". (FIORILLO, 2009 apud Ferrari, 2018)

Para Sirvinskas (2009) procura conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento sócio-econômico para que, mesmo em meio a tanta complexidade, ocorram formas de melhoria da qualidade de vida do homem. Nessa perspectiva chama atenção no que toca a utilização racional dos recursos naturais não renováveis. Também conhecido como meio ambiente ecologicamente equilibrado ou ecodesenvolvimento. (SIRVINSKAS, 2009 apud Ferrari, 2018).

O autor ainda menciona que, devido ao fato de muitos críticos considerarem não existir uma forma exata que possa medir o princípio do desenvolvimento sustentável, a não ser que seja através do Produto Interno Bruto (PIB), a ONU criou, então, outra forma de medida que é o Índice de Desenvolvimento Humano, sendo este fundamentado em três pilares: expectativa de vida com saúde, acesso à educação / nível de escolaridade e renda mínima / vida digna. O referido princípio tem respaldo legal na Constituição, com o artigo 170, inciso VI, que no diz:

Art. 170. *A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:*

(...) VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (BRASIL. Constituição Federal, 1988.)

Nesse sentido Fiorillo (2009), enfatiza a ideia principal de assegurar a existência digna, através de uma vida com qualidade. Com isso, o princípio não objetiva impedir o desenvolvimento econômico. Pois entende que a economia é importante para o crescimento do país, e na maioria das vezes, representa alguma degradação ambiental. Contudo, o que se procura é minimizá-la, pois pensar de forma contrária significaria dizer que nenhuma indústria que venha a deteriorar o meio ambiente poderá ser instalada, e não é essa a concepção apreendida do texto. O correto é que as atividades sejam desenvolvidas lançando-se mão dos instrumentos existente adequados para a menor degradação possível. (FIORILLO, 2009 *apud* Ferrari, 2018)

A reflexão a ser feita a partir dessas construções é que mesmo o desenvolvimento sustentável entendido como a questão chave para manutenção da vida, ela ainda consegue ser menos importantes do que os interesses do capital. O desenvolver predador existencial em nosso país, visa muitas das vezes o surgimento de projetos de morte. Basta pensar os grandes empreendimentos desastrosos espalhados pelo Brasil.

As consequências geradas nesses processos chamados de desenvolvimento, afeta as populações atuais, degrada o meio ambiente e compromete de forma assustadora a existência das futuras gerações. Dito isso, cabe aos pesquisadores não convencionais desse sistema, trazer elementos reflexivos sobre a importância de pensar alternativas viáveis de produção, de tecnologias sociais que dialoguem com os ecossistemas e, sobretudo com as ditas minorias populares desse referido país.

Ainda sobre como vem se dando de fato o desenvolvimento sustentável, Nascimento (2012), declara que os modelos desenvolvimentista que prevalecem no mundo e que produzem ganhos importantes para o desenvolvimento humano por várias décadas, demonstraram sinais irrefutáveis de crise e configurações dos problemas ambientais, sendo esses ameaçadores dos grandes processos de desenvolvimento humano em médio e longo prazo.

Para Ribeiro (1992), se pensarmos o desenvolvimento ideologicamente, encontraríamos uma das noções mais inclusiva no senso comum e também na literatura especializada. Ele ressalta a sua importância no processo organizacional da sociedade e todas as relações envolvidas politicamente e economicamente. E ainda,

alguns antropólogos a considerou não apenas como uma simples ideia, mas sim como uma grande religião secular inquestionável.

A sustentabilidade na perspectiva dos quilombos

O debate da sustentabilidade nos chama atenção para as nuances forjadas na informalidade e formalidades dos povos e comunidades tradicionais em que estamos procurando evidenciar nossos modos e fazeres a partir de sistemas agrícolas que garantem a sustentabilidade de famílias e mais famílias quilombolas.

Políticas públicas

Nesse sentido, também é importante refletir e potencializar o debate sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil. Para isso, vamos dialogar com Vieira *et al* (2010), no qual se estabelece alguns subsídios para uma política de fomento. Percebo na referida publicação que vários autores e autoras tratam de trazer o debate sobre a questão territorial afim de enfatizar a importância das políticas públicas destinadas aos territórios. Tratam de dialogar sobre as desigualdades sociais, as políticas que de alguma forma foram acessadas por territórios e com toda a complexidade do mesmo foi possível uma implementação que contemplasse algumas bases existenciais.

Mesmo com a apropriação do termo pelo agronegócio, os territórios que realmente promove o desenvolvimento sustentável calçado em princípios ecológicos, justos e que visam sobretudo a garantia da sustentabilidade de pequenas famílias, conseguiram ter visibilidade e produzir material para provar a relevância de seus sistemas.

Tentar entender como vai se dando a integração de vários sistemas locais nos possibilita continuar pautando políticas públicas que dialoguem com saberes ancestrais, no caso das comunidades eminentemente tradicionais do Brasil. Os territórios formados pela nomenclatura política afim de atender uma organização de estado representa uma categoria, mas os territórios tradicionais que estão dentro desse território representa uma outra categoria. Dessa forma, pensemos como

ocorrem as articulações afins de que, por exemplo, os territórios de identidade e cidadania visem uma atenção maior por parte do estado no sentido de se ter investimento a partir de seus índices de desenvolvimento.

Sabe-se que as políticas públicas conquistadas no Brasil nos últimos 10 anos, possibilitou o crescimento das ações de fortalecimento da agricultura familiar. Essas políticas instigou uma maior organização no setor produtivo das comunidades fazendo a economia girar e colocando produtos agroecológicos na merenda escolar e na mesa de quem mais precisa. A modalidade construída de elaboração de editais destinados para um determinado seguimento foi algo que também contribuiu para a sustentabilidade de várias comunidades. Os projetos que foram direcionados especificadamente para as comunidades quilombolas, no caso da Bahia, a exemplo do projeto Bahia Produtiva, no qual teve um edital no valor de nove milhões de reais destinados para todas as comunidades quilombolas reconhecidas e com CNPJ. Este teve como finalidade selecionar 30 projetos. Esse tipo de projeto por mais que não contemple todas, tem uma grande importância, fortalecendo assim a economia local e regional dos territórios.

A sustentabilidade dos quilombos tem ligação direta com os processos de gestão desde a construção de uma luta direcionada para a garantia de um território ancestral. A necessidade de se construir elementos pensando nas perspectivas passadas é justamente para que as ações sustentem buscando estabelecer laços que garantam elos para além do que se tem como alternativa no momento.

Todas as estratégias construídas para se garantir um território passa por lutas e relações internas e externas a partir de parcerias que compreendem seu lugar enquanto sujeito de direito e como usar as ferramentas adequadas para se garantir avanços sociais no qual já deveria ter sido reconhecido pelo estado. O desafio posto para que essas novas reflexões apontem alternativas viáveis para a construção de novas estratégias é muito grande. Mas isso vai se fortalecendo a cada pesquisa, a cada trabalho concluído e aprovado pelas bases e pela própria academia.

Ressignificações

Almeida (2008) fala dos diferentes processos de territorialização em curso e que devem ser objetos de reflexões. Com isso reforça a ideia da diversidade dos

processos construtivos de estratégias que possibilitaram a manutenção de espaços de resistência. Quando reforçamos a ideia de que os quilombos não são estáticos e suas constantes transformações ao longo da história, é no intuito de tentar explicar a necessidade do que chamamos hoje de ressignificação de alguns espaços estabelecidos ancestralmente, mas que não ficaram parados no tempo

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao Estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade afetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva. A chamada “comunidade tradicional” se constitui nesta passagem. O significado de “tradicional” mostra-se, deste modo, dinâmico e como um fato do presente, rompendo com a visão essencialista e de fixidez de um território, explicado principalmente por fatores históricos ou pelo quadro natural, como se a cada bioma correspondesse necessariamente uma certa identidade (Almeida, 2008, p.118).

As mudanças ocorridas nas comunidades tradicionais vêm acompanhadas de reinvenções estratégicas as possibilidades de se manterem firmes em seus propósitos de (re) existência e manutenção das vidas no sentido completo do existir enquanto ambiente. E quando grupos étnicos se juntam para proteger um território, ele protege a vida humana, a natureza em todo seu conjunto de relações que os constituem enquanto seres.

A sociedade brasileira é marcada pelas desigualdades estruturais (fundiária, sociais, econômicas) que revela os caminhos construídos em torno de um projeto econômico com pouco encadeamento para a melhoria das condições de vida das populações pobres do campo, sobretudo do norte e nordeste. Dessa forma há uma lacuna grande que ocasionou a degradação de áreas agricultáveis e descapitalizou ou endividou agricultores e agricultoras. Em especial nas áreas de Quilombos, situadas no semiárido brasileiro, esses efeitos se misturam com a vivência, com intempéries, devido à escassez de chuva, falta de recursos, além da exclusão social histórica. Isso se reflete diretamente na vida dos quilombolas, que enxergam na agricultura uma forma não somente de geração de renda, mas de organização e afirmação identitária. A construção de um projeto social mais autêntico, menos dependentista e excludente, estava se estabelecendo no Brasil. Neste período, várias

ações desenvolvidas no Brasil foram criadas para atender algumas demandas específicas da sociedade brasileira que contribuíram para o desenvolvimento da classe menos favorecida desse país e, sobretudo os/as agricultores/as familiares trazendo como princípio básico essa questão da sustentabilidade.

É extremamente importante que façamos a reflexão a respeito das políticas públicas que chegam em nossas comunidades, e qual a relação delas na perspectiva da sustentabilidade atrelada ao processo de inclusão produtiva quilombola. Algumas comunidades acessaram políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros, que tem como objetivo fomentar a geração de renda das famílias quilombolas. Mas pensar a relevância da produção de forma sustentável é entender o passado, analisar o presente e propor ações viáveis, justas e sustentáveis para a geração futura.

Mesmo com o avanço a partir dessas políticas públicas, é preciso pensar que no passado o desenvolvimento e divulgação dos pacotes tecnológicos pela revolução verde trouxe uma série de consequências devido às práticas inadequadas, que não levaram em conta a preservação dos recursos naturais (solo, flora, fauna, mananciais de água), os saberes, fazeres e sabores populares e a cultura de várias comunidades tradicionais.

Partido dos pontos que aqui foram levantados, nos faz pensar o processo de reprodução social das comunidades quilombolas, e a necessidade de entender como muitas dessas políticas influenciaram na dinâmica social, naquilo que se refere à organização das comunidades e sua continuidade a partir de uma lógica sustentável. Pois, devido ao modelo de produção no qual foi apresentado a sociedade brasileira, houve uma ruptura em várias estruturas que alavancavam a soberania alimentar, a partir de um contexto comunitário de vida. E procurar formas de trazer o conhecimento empírico em parceria com algumas tecnologias, é uma estratégia que nós, enquanto acadêmicos e filhos (as) das comunidades quilombolas devemos adotar.

O desenvolvimento sustentável necessita de planejamento e da participação de todas as esferas da população. É necessário analisar cuidadosamente o quanto já gastamos dos recursos e quanto ainda nos resta. Devemos também compreender que os

recursos naturais podem acabar e seu uso consciente é fundamental para não comprometer o nosso futuro enquanto espécie humana.

Saberes tradicionais e educação

Pensar a vida no dia do território quilombola Pau D'arco, a luta por direito, reconhecimento enquanto povo que existe e resiste e contribuiu diretamente para as questões sociais, nos faz lembrar da luta e resistência de Conceição da Crioulas, luta essa sobretudo através da educação como bem descreve Silva (2016), ela fala de como as mulheres mudaram a realidade política social daquela comunidade. As negras e aí destacando as quilombolas têm revolucionado vários espaços. E na questão agrícola fazem a diferença em todos quesitos.

Para Souza (2015), uma quilombola que estudou educação quilombola, em uma comunidade chamada Barreiro Grande, na região do TVC, ela considera que o reflexo de várias lutas, possibilitou a instituição em 2003 da Lei 10.639 que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Ela relata que a partir da lei foi posto um desafio epistemológico, pedagógico e político para os sistemas de ensino e em particular para os/as docentes. Isso ajuda a reforçar a ideia do Projeto pedagógico da comunidade ser construído a partir das relações existentes dentro do quilombo, havendo assim a chance de aderir por exemplo ao calendário agrícola.

Acreditamos que a educação escolar precisa ter e criar sentido para quem a está vivenciando, visto que ela também é lugar de construção e reconstrução de valores, culturas e identidade. Com base nessa convicção, a pedagogia quilombola precisa ter a cultura local como eixo sustentador, de modo que os elementos que estamos destacando aqui trazem intrínsecos a ancestralidade e a cultura do quilombo (SOUZA,2015).

Para a referida autora, não se trata de uma pedagogia para quilombolas, mas de saberes pedagógicos já vivenciados pelos quilombolas nas suas experiências cotidianas. As formas de ensinar e aprender devem ser construídas a partir da oralidade, dos fazeres e saberes construído a partir da base de resistência do povo. Sendo assim, se faz necessário que os povos quilombolas mantenham as suas formas próprias de educação calçada através uma política de educação escolar capaz de

atender às aspirações, interesses e necessidades reais das comunidades, enfatiza Souza(2015).

Acabei dando uma ênfase as reflexões feitas pela autora mencionada acima, devido ao seu lugar de posição, além de ser quilombola é filha do território TVC, mais precisamente do município de Ibotirama. Ela é uma das nossas referencias da Bahia, no que toca a questão sobre educação quilombola. A mesma também relatou em sua dissertação a protagonização das mulheres quilombolas do quilombo no qual ela realizou a sua pesquisa.

Traz de forma muito forte o repasses dos saberes tradicionais orientados pelas mulheres, e sobretudo as mulheres mais velhas, as matriarcas. Me chamou muito atenção da dissertação da autora, uma fala de um senhora, no qual diz o seguinte:

Eu não sei também a leitura, é só a roça. Contando serviço de roça eu sei fazer. (...) Eu sei dritrinar uma roça de principio ao fim. Sei o tempo de plantar, sei o tempo de limpar, sei o tempo de colher, sei o que planta, o que não planta, tudo eu sei, eu sei. (Dona Sizaltina.)

Muitos dos conhecimentos repassados através da oralidade vem sendo mediado por matriarcas ou mulheres ativas no dia a dia de seus territórios.

A título de exemplo, ilustramos o conhecimento de dona Raimunda, grande conhecedora dos solos.

A gente consegue saber qual o melhor de tipo de terra pra qual planta, pois já temos o costume. E a gente planta pro sustento da família, toda a vida a gente plantou. Gerar riqueza não gera, mas a gente tem uma abobora, uma mandioca. Ai já não precisa comprar, e o que sobra a gente vende ou troca (conversa com Dona Raimunda na Beira do Rio, março de 2019).

O conhecimento dessas mulheres não vem de livros, não foi a ciência convencional que proporcionou isso a elas, mas sim a vivencia a partir da oralidade e prática ainda quando criança acompanhamos os seus mais velhos. Elas falam com muita propriedade sobre as texturas do solo. Mostram a diferença entres eles, no seu falar e no cultivar a cada novo plantio.

Figura 34: Dona Raimunda falando como lida com o solo.



Rubens (Março/2019)

As narrativas dessas mulheres nos faz refletir a necessidade do alinhamento do saber tradicional ao tecnológico social. Para que se possa levar em consideração as mudanças ocorridas ao longo do tempo e assim construir processos de ressignificação sem excluir as características ancestrais presentes nas vivências cotidianas do povo.

Continuando com a questão anterior sobre o conhecimento das mulheres, Dias *et al* (2016), nos apresenta uma experiência sobre mulheres extrativistas do estado do Pará, e as catadoras de mangaba do Sergipe. O que nos chama atenção é o termo utilizado para falar dessa experiência que é: estranhamentos e familiaridades. Isso para explicar a diferença e a semelhança entre grupos que possuem meios e modos de lidar com a natureza e seus recursos. A diversidade existente nos grupos sociais do Brasil, dificilmente serão agrupados de forma linear a ser apresentado em todos os seus sentidos. E para isso a oralidade se ressignifica no que toca a abrangência de como os anciões, guardiões vem se reinventando ao longo da história.

Também é importante destacar as conquistas já adquiridas no campo da diversidade agrícola, é o caso do nono artigo dedicado aos direitos dos agricultores,

este foi aprovado pelo Congresso Nacional. Dessa forma, visibiliza e demonstra o quanto essa grande diversidade tem contribuindo não somente para o Brasil, mas sim para o mundo. E quando se fala de recursos fitogenéticos, se fala de interesses base a sobrevivência humana. O que se percebe através dos relatos da Embrapa é que existe essa grande conquista a partir de um reconhecimento, mas por outro lado ainda existe uma lacuna a respeito de informações primordiais sobre a agrobiodiversidade (DIAS *et al*, 2016).

Os saberes tradicionais compõem um conjunto de informações, modos de fazer, criar e saber, que são transmitidos oralmente entre os participantes de determinado grupo, que transcendem gerações, e cada dia que passa, através de estudos. É possível analisarmos em que medida a sustentabilidade realmente vem sendo pautada pelos governantes a fim de criarem projetos realmente sustentável. É preciso entender que a nossa biodiversidade representa não somente o trabalho das comunidades, mas sim constituem parte da sua cultura, suas práticas, seus costumes e a vida como todo.

A ciência se equivoca quando resolvem utilizar nossos recursos, nossos conhecimentos meramente como matérias primas. Os saberes tradicionais existem sem o uso de recursos metodológicos cientificamente definidos. Mas não possuem força suficiente para manter-se e estabelecer-se identificando a partir desses conhecimentos no intuito de adquirirem a identidade a partir de um processo de autodenominação.

Consigo pensar e dialogar com o texto de Cunha (2007), sobre: Relações e Dissensões entre Saberes Tradicionais e saber científico. Ela fala da importância dos saberes tradicionais para agronomia. E por mais que hoje se utilizam bastante o saber tradicional no sentido de potencializar a farmacologia, o grande significado do aporte da ciência tradicional vai para agricultura e em particular no que se refere aos defensivos naturais e variedades de espécies cultivadas.

Uma questão muito importante também é quando ela traz a ideia da junção do conhecimento científico e o saber tradicional, mesmo não sendo idênticos. Mas que a grande potência está justamente no fato de serem diferentes. Bom, continuo com a minha concepção de que o saber tradicional é à base da ciência. Mas, para, além disso, que o saber tradicional, também não é ciência!

Desta forma, é conflituoso pensar a territorialização dos nossos quilombos, no Brasil a partir de alguns escritos. Isso porque em alguns casos abordam as famílias como ilegítimas, não donas do território. Trazer para o processo acadêmico o conhecimento produzido nas formas de resistência e lutas coletivas para garantia do mesmo é problematizar os instrumentos de gestão territoriais utilizados, sejam eles formais ou informais. No caso de Pau D'arco e Parateca, o reconhecimento se deu por conta da autoafirmação dos próprios quilombolas através de reuniões no qual tiveram informação e formação. Portanto, a definição e reconhecimento enquanto terra de quilombo veio devido ao reconhecimento histórico trazido pela própria população utilizando seus conhecimentos gerados no decorrer de sua formação enquanto povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO RESSIGNIFICAR AO GESTAR SUSTENTÁVEL

Ao desenvolver este trabalho, me deparo com várias questões bem intrigantes. Primeiro preciso dizer que esse processo da escrita a partir do meu chão deveria ser algo prazeroso, não sofrível, mas na verdade, não é bem assim que acontece. A complexidade em que os territórios quilombolas, e o entrelaçar da vida de quem faz parte do contexto, se depara ao ter que olhar de dentro e falar de dentro, mas também debruçar, em análise externa, faz com que conflitos sociais e pessoais emergem. Acho que essa não é a melhor forma de iniciar esse texto pra finalizar a discussão sobre a dinâmica agroextrativista, a gestão e a sustentabilidade. Porém, a autora não se coloca nesse espaço como alguém neutra ou fria as questões existenciais no qual a envolve.

Entendo que a vida é feita de escolhas, passar pela academia e atender as exigências impostas por ela, é extremamente desafiador. Nós, enquanto filhos (as) das comunidades historicamente marginalizadas nesse país, resolvemos adentrar esse espaço, e usá-lo pra melhoria de nosso povo. Nós, somos militantes, trabalhadores (as), e ousamos ser acadêmicos (as). Isso interfere diretamente no processo, pois muitos conseguem fazer essa junção de forma extraordinária. Já outros (as), seguem de forma árdua, e prazerosa ao mesmo. Não sei se tem a ver como o fato de eu ser mulher, negra quilombola, de lidar conflitos gerados anos antes de adentrar ao espaço acadêmico, mas esse é o meu caso.

Sinto uma felicidade imensa a cada conquista realizada em minha trajetividade acadêmica, percebo que cresço a cada dia, hora ostento todos os meus títulos, hora escondo. E assim vai se dando a caminhada. Me polio para não culpar a ninguém por minhas dificuldades, por não conseguir a fluidez que gostaria de ter no processo da escrita, porém, gostaria de deixar registrado nessa reflexão sobre ressignificação, gestão e sustentabilidade que, aos poucos estou aprendendo a ressignificar o processo árduo em algo encantador. O fato de não ter desistido de mim mesma e nem de meu povo, me faz encontrar estímulo para gestar as emoções do eu, a partir daquilo que eu quero (escrever), e quando menos espero, chego à conclusão de que a sustentabilidade a ser discutida também precisa ser sustentada a partir do encontro

peçoal da autora com as demais questões territoriais e ancestrais na qual a submerge.

Dialogar com vários autores (as) sobre os processos de gestão territorial de um determinando quilombo nos traz a responsabilidade de pontuar elementos contextuais de forma autêntica. Ou seja, evidenciar a relação entre passado, presente e propor possíveis estratégias para a sustentabilidade da geração futura em meios ao gestar contemporâneo.

Pensar o Desenvolvimento Sustentável é buscar base estrutural para se construir estratégias de planejamento e de participação social de todas as esferas da população. Outra coisa é nos empenharmos em desconstruir a ideia que circula por aí, de uma sustentabilidade sem povo, sem território, sem historicidade e pode se dizer, até mesmo sem elo com o real sustentar.

Trazer propostas de projetos produtivos que dialoguem com a essência comunitária pode ser um novo modelo para experimentar a sustentabilidade em seu sentido orgânico. Bem como reformular o próprio termo que tanto vem sendo utilizado de forma banalizada. Pois, o agronegócio se apropriou também desse termo para se promover e lançar seus pacotes de forma exacerbada.

A complexidade e responsabilidade que temos ao construir o conhecimento, nos chama atenção para as seguintes questões: Como formar mentes conscientes, como estabelecer diálogo com os/as que estão contribuindo para a instabilidade ambiental? E assim, realizar intervenções que respondam às demandas das comunidades, bem como uma apresentação epistemológica calçada na junção do conhecimento do passado com o contemporâneo, e apontado expectativas futuras. Sendo assim, a minha proposta de pensar os processos de gestão territorial do Pau D'arco, a partir de suas especificidades, e dentre elas analisar os sistemas agroextrativistas, é justamente no intuito de trazer a ideia de sustentabilidade através das vivências. Buscar, por meio das técnicas empíricas, o aperfeiçoamento de novas construções viáveis ao empoderamento comunitário no que toca a questão produtiva.

O (re) conhecimento que emerge de etnicidades e de culturas portadoras de saberes ou conhecimentos tradicionais associados a um universo também científico, deveria abarcar todas as formas de saber, além de conseguir dispor de organismos

apropriados a agrobiodiversidade, essa seria a grande jogada rumo ao tão sonhado desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, M. C. **Dilemas do Conhecimento.** Disponível em <[file:///C:/Users/Cliente/Downloads/DILEMAS%20DO%20CONHECIMENTO%20-Conceicao%20Almeida\(Bolivia\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/DILEMAS%20DO%20CONHECIMENTO%20-Conceicao%20Almeida(Bolivia).pdf)>. Acesso em 29/07/2017.

ARRUTI, J.M. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação Quilombola.** Bauru, SP: Edusc, 2006.p.26.

BARBOSA, L. F *et al.*, Diagnóstico preliminar da comunidade quilombola de tabacaria no município de palmeira dos índios, Al **Extensão em Debate - Revista de extensão da Universidade federal de Alagoas v.1, 2010.** Disponível em <<http://www.ufal.br/seer/index.php/extensaoemdebate/article/view/69/44>> Acesso em 18/05/2013

BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010

BRUM, Argemiro Luís. Mercado e cadeias produtivas. In: SIEDENBERG, Dieter (Org.). Desenvolvimento sob múltiplos olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.

CUNHA, M. C. **Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico.** Conferência realizada na Reunião da SBPC em Belém, Pará, em 12/7/2007.

CUNHA, M.C.D. 'Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica'. **Estudos avançados**, 13, 147-163,1999.

DIAS, T *et al.*, **Diálogos de saberes: relatos da Embrapa** . Coleção Povos e Comunidades Tradicionais, volume 2.p 265 e 470. Brasília, DF: Embrapa,2016.

EDUARDO. C. M, L. **Constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos Limites e potencialidades** Disponível <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n81/09.pdf>. Acesso em 17/10/2017.

ELOY, L; CARVALHO, I,S.,IFIGUEIREDO,I.B. **Sistemas Agrícolas Tradicionais no Cerrado: Caracterização, Transformações e Perspectivas.** ISPN - setembro de 2017.

FERRARI, A.R. **O princípio do desenvolvimento sustentável.** Disponível em< <https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> Acesso em 09/11/2018.

FERRARI. A.R. **Princípio do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> acesso em 16/05/2018.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro.** 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> acesso em 16/05/2018.

GOMES, F. S. **Mocambos e quilombos: uma história de camponato no Brasil**. 1ª ed- São Paulo: Claro Enigma, 2015 – (Coleção Agendas Brasileira). p31.

GUEDES, L. M. **Estratégias de sobrevivência: O aprender com a resistência em comunidades Remanescente de Quilombolas**. 2000, 42 p. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador 2000.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia e Pesquisa**, Brasília, v.22 no. 2, p.201-20, maio/2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>. Acesso: 14. maio.2013.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades censo de Malhada-Ba. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/malhada/panorama>> acesso em 25/07/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA); UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA); UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB). **Relatório de Identificação, Delimitação e demarcação (RTID) da Comunidade Quilombola Parateca Pau D'Arco. Malhada, BA**, p. 07-39, 2006

LITTLE, Paul. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília, 2002.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009

Nascimento, E. P. **Trajetória da Sustentabilidade: do ambiente ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados 26 (74), 2012

NOGUEIRA, M; FLEISCHER, S. **Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: 125-157.

RIBEIRO, G.L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologias e utopia no final do século XX**. Ci. Inf., Brasília, 21(1): 23-31, jan/abr.1992.

SANTANA, E.C. S. **Escolarização, festejos e religiosidade na constituição identitária de um Quilombo Contemporâneo no oeste da Bahia**. 2011 p194. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós-graduação em educação contemporânea, Universidade do Estado da Bahia, Barreiras-BA, 2011.

SANTOS, A. B. **Colonização, quilombos, modos e significados**. Brasília, 2015. p81 e 89.

SEPLAN/BA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico**. Bahia: MDA/SDT/CODETER, novembro de 2010.

SILVA, G.M. **Educação e luta política no quilombo de conceição das crioulas**. 1.ed – Curitiba: Appris, 2016. p55

SILVA, V. S. Rio das Rãs à luz da noção de Quilombo. **Revista Afro-Ásia**, n.23, 2000. Disponível em <http://www.portalanterior.uneb.br/cepaia/docs/rio_das_ras.pdf> Acesso em 08/02/2013.

SIRVINSKAS. Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Disponível em <<https://www.linkedin.com/pulse/princ%C3%ADpio-do-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel-amarildo-r-ferrari>> acesso em 16/05/2018.

SOUZA, S. P. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 2015 pp 52 a 76. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988. 108 p. (Coleção Temas básicos).

TOLEDO, V. M. BASSOLS, N. B. **A Memória Biocultural – A importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIEIRA, F.P. *et al.*, **2010 Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. P 206 e 207. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

WHITAKER, D. C. A. **A Cultura e o Ecossistema: Reflexões a partir de um diálogo**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

XAVIER, R. **História da cidade de Malhada-Ba**. 2012. filed in: [Estadual](#), [Malhada](#), [Regional](#). Disponível em <<http://mediosaofrancisco.com/2012/04/05/historia-atualizada-da-cidade-de-malhada-ba/>> Acesso em 15/01/213.